

CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS
XXIV REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
26 de Março de 2009

1
2
3
4
5 No início dos trabalhos o **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH)**, destacou
6 a participação brasileira no Fórum Mundial da Água, em Istambul/Turquia e convidou à mesa, os
7 Conselheiros José Machado (ANA), Benedito Braga (ANA) e Fernando Coimbra (MRE)
8 concedendo-lhes a palavra. **Conselheiro José Machado (ANA)**. (...) mas de todo modo eu creio
9 que é nosso dever falar sobre a nossa participação perante a instância máxima do nosso sistema de
10 recursos hídricos e eu faço isso com muito prazer. Claro, somos três, há outros, há vários aqui
11 neste plenário que estiveram em Istambul também, o próprio Dr. Dalvino, a Rosa, o Carlão, pelo
12 menos os que de imediato me vem à cabeça, o Rodrigo Flecha enfim, que poderiam falar até
13 melhor do que eu. O que eu queria para introduzir o tema e depois os demais colegas eles
14 complementam é dizer que essa é a segunda vez que eu participo do Fórum Mundial da Água. O
15 Dr. Braga participou de todas as edições, essa é a segunda vez que eu participo. Eu participei no
16 México três anos atrás e na ocasião a minha avaliação foi que o Brasil teve uma participação muito
17 tímida no fórum do México em vários sentidos, embora tivéssemos tido uma participação digna
18 porque nós levamos na nossa bagagem a nossa experiência e isso foi apresentado em algumas
19 circunstâncias no Fórum Mundial do México. A nossa avaliação era de que no Fórum de Istambul
20 o Brasil deveria comparecer de maneira mais robusta, não só procurando envolver um número
21 maior de participantes para levar uma experiência bem mais ampla do nosso país, como também
22 deveríamos ter uma condição de trabalho em Istambul mais adequada para permitir uma
23 interlocução mais forte com outros parceiros de outros países, e também dar uma retaguarda
24 melhor para a delegação brasileira. Nesse sentido nós nos preocupamos em primeiro lugar em
25 articular a delegação brasileira, então foi feita uma reunião na Agência Nacional de Águas com
26 uma participação muito ampla. Uma reunião muito ampla com muitos estados representados,
27 organizações não-governamentais, associações de usuários de água, membros do Governo Federal,
28 então nós fizemos na ANA uma reunião um pouco para definir quais entidades e quais pessoas
29 representando instituições tinham disponibilidade em de ir a Istambul e se nós poderíamos ir a
30 Istambul de uma forma mais aí articulada, quer dizer, uma delegação bem definida. Nesse processo
31 nós também anunciamos que tínhamos a pretensão de ter um estande no fórum, um estande
32 minimamente adequado para poder abrigar não apenas materiais, a gente poder ter lá condições de
33 ter materiais audiovisuais e materiais impressos para poder distribuir para os participantes do
34 fórum. E ao mesmo tempo uma disponibilidade de espaço para nós podermos fazer algumas
35 reuniões de trabalho e eventualmente até alguns debates, celebrar alguns acordos de cooperação e
36 coisas do tipo. Além disso, aí já com uma forte influência e contribuição do Dr. Braga, também foi
37 possível definir a participação de vários dos membros da delegação em sessões específicas do
38 fórum. Então com essa visão e com essa forma de trabalho nós logramos, é uma opinião que eu
39 tenho, mas essa é uma opinião compartilhada com muitos com os quais eu conversei durante o
40 fórum e depois do fórum, nós logramos então ter uma participação muito significativa em
41 Istambul. A delegação brasileira uma delegação bastante representativa, representando instituições,
42 mas numericamente também muito significativa. Tivemos 14 parlamentares sendo 5 senadores e 9
43 deputados federais que tiveram uma inserção muito bem articulada e incisiva no fórum, quer dizer,
44 os parlamentares brasileiros tiveram intervenções no fórum e influenciaram as deliberações ou o
45 encaminhamento do segmento parlamentar, porque teve um segmento parlamentar no fórum. A
46 nossa Secretária Executiva do Ministério do Meio Ambiente representou o ministro na reunião de
47 ministros que houve e, portanto, o Ministério teve também uma presença oficial, não só através da
48 ANA e da própria Secretaria Nacional de Recursos Hídricos, mas também através da Secretária
49 Executiva do Ministério do Meio Ambiente. Na ocasião assinamos um acordo de cooperação ANA
50 e a nossa correspondente em Portugal, o INAG, um acordo de cooperação que foi assinado lá;

51 tivemos uma reunião de trabalho com a delegação da Espanha porque nós temos um acordo de
52 cooperação com a Espanha, então fizemos um balanço dessa cooperação; fizemos uma reunião no
53 estande da ANA da comunidade dos países de língua portuguesa com os quais nós temos também
54 já uma agenda de trabalho que se iniciou no Congresso da ABRH, da Associação Brasileira de
55 Recursos Hídricos em São Paulo, então depois houve uma reunião em Luanda; e agora tivemos
56 uma reunião em Istambul, portanto a terceira reunião dessa comunidade na área de recursos
57 hídricos, então nós estamos construindo uma agenda com os países de língua portuguesa. No nosso
58 estande aconteceram inúmeras atividades, inúmeras atividades entre brasileiros, entre brasileiros e
59 algumas delegações estrangeiras; o ministro do meio ambiente de Portugal esteve no nosso estande
60 se reunido com a nossa secretária executiva, o embaixador brasileiro na Turquia ficou o tempo
61 todo conosco acompanhando no nosso estande todas as atividades do estande; fizemos o
62 lançamento de um trabalho, o Fórum Nacional de Órgão Gestor de Recursos Hídricos lançou uma
63 publicação, enfim, eu acredito que foi muito proveitosa a nossa participação em Istambul. Eu diria
64 que das cinco edições do fórum pelos relatos que eu ouvi foi à participação mais incisiva do Brasil.
65 Eu acredito que nós tivemos uma participação muito boa. Essa é a minha avaliação. Eu não sei, eu
66 gostaria que o Braga também falasse. Os parlamentares lá na ocasião definiram uma linha de
67 trabalho. Eles ali naquele momento e animados pelo contexto muito instigante que havia ali, o
68 ambiente de trabalho e de prospecção sobre a política de recursos hídricos, os parlamentares
69 decidiram trazer para o Brasil algumas propostas a serem levadas ao parlamento no sentido de se
70 criar alguma subcomissão ou algo que o valha que seja capaz de repercutir a política nacional de
71 recursos hídricos de uma forma mais incisiva no parlamento brasileiro. O que nós reputamos muito
72 importante porque o parlamento pode nos ajudar muito a fortalecer a política nacional de recursos
73 hídricos. De modo que eu avalio que foi uma decisão correta termos tomado essa iniciativa de
74 construir esse processo porque o Brasil mostrou sua cara, sua identidade no fórum; e isso eu
75 acredito que foi muito importante dada à condição de ser um país hoje muito respeitado no mundo
76 todo pelo fato de ter uma lei de águas, de ter um sistema de gestão de recursos hídricos sendo
77 construído da maneira como estamos construindo. Então eu acho que isso foi muito positivo.

78 **Conselheiro Benedito Braga (ANA).** Muito obrigado ao senhor Secretário Executivo do
79 conselho. Bom dia a todos. Dr. Machado falou muito bem sobre a nossa participação no fórum, a
80 participação brasileira, com qual relato eu concordo plenamente. Houve uma inserção muito
81 qualificada do Brasil e eu aqui poderia falar talvez com o outro chapéu do Conselho Mundial da
82 Água. Este fórum realmente estabeleceu um novo patamar nos fóruns mundiais. Por quê? Nós
83 tivemos uma participação recorde, foram 18.000 participantes registrados no fórum, ou seja, que
84 participaram em sessões, em reuniões, e mais perto de 15.000 que participaram da Expo onde
85 estava o estande do Brasil. Então um total de mais de 30.000 pessoas participaram do evento. Isso
86 por si só já traz um sinal extremamente importante, foram representantes de 192 países, isso
87 significa que é um evento que realmente engloba o mundo todo. É realmente um fórum global.
88 Além disso, eu queria destacar a repercussão política desse evento. Nós tivemos no primeiro dia
89 uma reunião de chefes de estado, coisa que não tinha acontecido anteriormente. O conselho junto
90 com o Governo da Turquia, evidentemente o gabinete do Presidente da Turquia fez um convite a
91 23 Chefes de Estado e 16 compareceram a essa reunião. Nós tivemos o Presidente do Iraque, nós
92 tivemos o Príncipe Herdeiro do Japão e da Holanda, o Príncipe de Mônaco, nós tivemos outros
93 Chefes de Estado de países da Ásia Central, então isso significa que o tema da água realmente ele
94 começa a entrar na agenda política internacional de forma mais estruturada. Tivemos reunião de
95 parlamentares. Foram mais de 300 parlamentares de todo mundo. E aí eu gostaria de aproveitar o
96 ensejo e enfatizar o que o Dr. Machado falou de que a presença dos nossos parlamentares foi
97 destacada, quer dizer, não foi só que assistiram a reunião, falaram, e falaram bem, e foram a
98 ouvidos. E o documento que resultou deste processo inclui as ponderações dos nossos
99 parlamentares. Tivemos reunião de autoridades locais, prefeitos, governadores e nesse sentido
100 assinaram o Consenso de Istambul que é um documento em que se comprometem a cuidar dos

101 sistemas de água e saneamento porque prefeito obviamente tem outros interesses além só do que
102 água e saneamento, mas mostrou também esse processo de interesse no tema da água. E tivemos a
103 reunião de ministros. Foram 95 ministros que participaram dessa reunião num processo de
104 discussão de uma declaração ministerial que levou quatro meses. Eu tenho a impressão que o
105 Ministro Coimbra irá discorrer mais detalhadamente sobre esse processo, uma vez que o nosso
106 Ministério de Relações Exteriores foi quem conduziu do ponto de vista do Brasil essa discussão ao
107 longo do tempo. Eu acho que a declaração ministerial teve uma evolução, apesar de críticas que
108 foram veiculadas na mídia sobre questões delicadas como direito humano, água, e assim por
109 diante. Mas a declaração ministerial ela tratou de temas que são muito caros ao nosso país como,
110 por exemplo, o desenvolvimento de infra-estrutura na área dos recursos hídricos; a utilização da
111 água como um elemento do desenvolvimento sustentável, e não aquela discussão tradicional da
112 conservação da água, sem dúvida muito importante. Nós que estamos vinculados ao Ministério do
113 Meio Ambiente temos plena consciência da importância da conservação, entretanto o documento
114 foi além, foi à discussão da utilização da água para o desenvolvimento da infra-estrutura e para a
115 erradicação da pobreza, ou seja, temas que são interessantes a nós brasileiros. Então eu tenho
116 impressão que foi também um grande sucesso nessa questão política com a declaração ministerial.
117 Além disso, nós tivemos a parte temática do fórum e que nós tivemos seis temas focando diferentes
118 aspectos das mudanças globais, em particular as mudanças climáticas, mas nessas cem sessões e
119 outros tantos cinquenta eventos laterais e sessões especiais, nós tivemos um interesse enorme e
120 discutimos temas também muito caros ao Brasil. Por exemplo, a ANA organizou uma sessão sobre
121 gestão de recursos hídricos em países federativos, tivemos lá a participação da Austrália, a
122 participação da Indonésia, participação dos Estados Unidos, da Turquia, da Austrália, ou seja, uma
123 série de países que estão interessados no sistema de gestão por bacia hidrográfica e tem a questão
124 da jurisdição da dominialidade diferenciada. Por exemplo, nos Estados Unidos não existem rios da
125 união, só existem rios estaduais. Na Austrália houve recentemente um movimento de centralização
126 da gestão de recursos hídricos em função da complexidade e da longa seca que tiveram ao longo
127 dos últimos dez anos, e assim sucessivamente, então foi uma sessão muito interessante. O Rodrigo
128 Flecha falou em nome do Brasil, do nosso sistema, trouxe o sistema nacional, mencionou a
129 importância deste conselho nacional, ou seja, eu acho que o fórum ele tratou também do ponto de
130 vista temático de assuntos de grande interesse para nós. A questão do financiamento dos serviços
131 de água e saneamento, a questão da gestão transfronteiriça foi uma sessão... Imaginem vocês, numa
132 reunião em que na mesa estava a união árabe unida e representantes da Turquia na audiência, então
133 ao final da discussão tem a questão do Tigres e o Eufrates e todas as dificuldades de gestão
134 transfronteiriça, foi uma sessão muito animada em que o Mauri foi o relator dessa sessão lá em
135 Istambul. Então Dr. Vicente eu acho que o fórum foi um grande sucesso não só de público como
136 de crítica. Eu acho que a crítica que apareceu nos jornais é uma crítica que sempre acontece, não
137 há uma informação muito boa a respeito de posicionamento de alguns países a respeito de alguns
138 temas. Há um mau entendimento às vezes daqueles que veiculam as notícias e aí ficou uma idéia
139 de que o fórum não foi aberto porque a polícia reprimiu alguns manifestantes que queriam entrar
140 no fórum. Tinha dentro do fórum 20.000 participantes, protestando tinha 70, quer dizer, a
141 diferença, a ordem de magnitude tira aquela conversa que existia de que o fórum não é aberto, que
142 as pessoas não podem exprimir, não, o fórum é extremamente aberto. Existem alguns que por não
143 terem os argumentos para convencer os outros usam outras formas de manifestação, e infelizmente
144 essas notícias são aquelas que correm mais rápido. Então eu achei que era importante trazer a
145 vocês notícias positivas desse fórum, resultados bons e uma inserção muito qualificada, muito boa
146 do nosso país nesse evento. Eu acho que eram essas as informações. **Conselheiro José Machado**
147 **(ANA)**. Só lembrar por final que antes de Istambul nós organizamos o Fórum de Foz de Iguaçu.
148 Também foi uma iniciativa inédita porque nós também fizemos uma preparação, e lá em Istambul
149 há uma construção, evidente que isso não está decidido, mas há uma vontade de que a cada fórum
150 mundial haja também um fórum nacional, um fórum brasileiro. Quer dizer, há uma idéia da gente

151 também começar no futuro a ter também oportunidade de fazer uma discussão mais ampla no
152 Brasil, e aí esse é um processo de construção. Eu acho que a gente veio cheio de idéias de lá
153 porque a delegação brasileira discutiu muito entre si e revelou uma grande convergência, uma
154 grande unidade de propósitos, e aí é uma coisa muito ampla, federativa. O fórum de comitês estava
155 presente também, enfim, eu acho que nós tivemos lá uma condição, uma sinergia muito boa do
156 time brasileiro. Eu acho que foi muito positivo. **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo**
157 **do CNRH).** Antes de passar ao Ministro Coimbra várias pessoas chegaram. Nós vamos começar a
158 reunião às 10h com a previsão da chegada do Presidente do Conselho Ministro Carlos Minc, então
159 nós fizemos um pequeno aquecimento, estamos fazendo um pequeno aquecimento ouvindo
160 pessoas que tiveram uma participação relevante e importante no Fórum Mundial da Água.
161 **Conselheiro Fernando Estellita Lins de Salvo Coimbra (MRE).** O Ministro está descendo então
162 eu vou ser muito breve. Eu tenho pouco a agregar a essa descrição das duas pessoas que me
163 precederam Dr. Machado e Dr. Braga. Eu queria só um pouco tocar nas questões do segmento de
164 governo do fórum. Como todos sabem é um fórum que não é governamental, então ele se pretende
165 justamente a proporcionar um espaço de debate e diálogo envolvendo os diferentes atores
166 engajados na discussão e na implementação das questões afetas aos recursos hídricos. Portanto, nós
167 nos concentrarmos nessa parte governamental que teve como o Presidente da ANA sinalizou uma
168 etapa anterior que foi essa de Foz do Iguaçu que também envolveu um processo de coordenação de
169 governo com vistas ao nosso engajamento na discussão do que acabou constituindo a Declaração
170 de Iguaçu. As posições brasileiras foram trabalhadas em coordenação entre o Ministério do Meio
171 Ambiente, a ANA e o Itamaraty e nós procuramos nesse processo de construção do que veio a ser a
172 Declaração Ministerial, uma posição que resguardasse as nossas principais posições nessa questão.
173 Nós enfatizamos a dimensão de desenvolvimento sustentável que já foi apontada aqui, a questão do
174 combate à pobreza, a busca da erradicação da pobreza, a necessidade de cooperação internacional
175 para alcançar esses objetivos mediante recursos financeiros novos e adicionais, capacitação,
176 educação, tanto através de cooperação internacional como também de esforços no âmbito nacional.
177 O modelo brasileiro de governança e de debate é um modelo que nós procuramos também
178 apresentar como um modelo eficaz que já está dando resultados como esse conselho aqui é um
179 exemplo muito claro, eficiência nos usos múltiplos da água, esses usos múltiplos como fator de
180 desenvolvimento do país e de busca de equidade. De modo que essa foi um pouco a linha geral do
181 nosso posicionamento na negociação do que acabou resultando na Declaração de Istambul. A
182 Declaração de Istambul ela acabou resultando de um processo de busca de consensos, então é um
183 documento... O fato também de ter sido esse processo conduzido no contexto e a margem do
184 Fórum Mundial também retirou dele um pouco da estrutura de discussão que se dá de um modo
185 geral nas Nações Unidas e que em geral permite um debate um pouco mais estruturado e
186 certamente mais representativo. Entretanto, o debate aconteceu, houve quatro rodadas de
187 negociação e o texto que saiu em Istambul foi fruto dessa busca de aproximação, e claro que nessa
188 busca, ainda mais num ambiente externo às Nações Unidas nem sempre o resultado é o que nós
189 gostaríamos. Eu acho que teve uma evolução com relação à Declaração do México. Eu acho que a
190 declaração está melhor para o Brasil, para os países em desenvolvimento; mas ficou aquém de
191 nossas aspirações sobre uma série de aspectos notadamente ligados aos meios de implementação e
192 a uma referência mais clara a essa dimensão de cooperação internacional que está presente na
193 Agenda 21 e nos documentos que emanaram das conferências do Rio de Janeiro e de Johannesburgo
194 para não falar nas diferentes outras resoluções adotadas pelas Nações Unidas em matéria de
195 recursos hídricos. Eu queria então aqui mencionar que a nossa delegação foi presidida pela
196 Secretária Executiva do Ministério do Meio Ambiente, Dra. Isabela Teixeira e integrada, portanto,
197 por um leque bem representativo dos principais órgãos de governo e também da sociedade
198 envolvidos na questão. Eu queria tocar muito brevemente numa questão que foi mencionada em
199 alguns relatos de imprensa e que eu acho não traduziram adequadamente as posições brasileiras no
200 tocante à questão do direito à água. Eu queria aqui sinalizar de uma maneira muito breve às linhas

201 gerais da nossa posição a esse respeito. Nós acolhemos favoravelmente a indicação de uma perita
202 independente no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas. No ano passado o Conselho
203 de Direitos Humanos da ONU designou essa perita para estudar justamente a questão do direito à
204 água. Nós estimamos que as Nações Unidas é o fórum adequado para discutir essa questão.
205 Consideramos que é no âmbito do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas que as
206 questões relacionadas a direitos humanos devem ser discutidas porque ali está representado o
207 universo dos países de toda a comunidade internacional e também com ampla participação dos
208 diferentes agentes e organizações governamentais e não-governamentais que estão interessadas no
209 assunto dos direitos humanos. Isso em termos de processo. Em termos de substância nós
210 entendemos que primeiro: toda essa discussão deve estar ancorada na Declaração do Rio de Janeiro
211 sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável e sobre a questão e, portanto, que tem como
212 embasamento o direito soberano sobre os recursos naturais. Então esse direito consagrado em
213 diferentes instrumentos adotados nas Nações Unidas é a orientação, é um princípio fundamental
214 que nós defendemos e consideramos essencial nessa questão. A outra dimensão que nós estimamos
215 fundamental também levar em conta é a do direito ao desenvolvimento. Nós entendemos que o
216 acesso a água e ao saneamento básico constituem elementos fundamentais e constituintes do direito
217 ao desenvolvimento. Entendemos ademais que o direito à água deve estar considerado no contexto
218 dos direitos econômicos sociais e culturais consagrados no Pacto Internacional sobre Direitos
219 Econômicos, Sociais e Culturais de que o Brasil é parte e que é um dos mais importantes tratados
220 em matéria de direitos humanos em vigor no planeta. Portanto, entendemos que o direito à água, a
221 água potável e ao saneamento básico são ingredientes de direitos como o direito à saúde, o direito à
222 alimentação e o direito à habitação. Todos esses direitos consagrados do pacto internacional a que
223 me referia. Além disso, também é necessário enfatizar que o pacto reconhece que a realização
224 progressiva desses direitos está também vinculada à cooperação internacional para a realização dos
225 mesmos, portanto, estimamos que essa é uma dimensão também fundamental a se considerar ao
226 discutir o direito à água. Finalmente queríamos também ressaltar o compromisso brasileiro com a
227 implementação das metas do milênio, lembrando que dentre essas metas está à redução de 50% do
228 número de pessoas sem água potável e número de pessoas sem saneamento básico. Deve cair pela
229 metade até 2015, de modo que esses são compromissos que o Brasil reconhece e está empenhado
230 em realizar. Eu tenho certeza que aqui muitos estarão de acordo comigo nesse particular. De modo
231 que eu queria só transmitir essa precisão para evitar qualquer tipo de mal entendido no tocante ao
232 que saiu em termos de negociação da Declaração de Istambul, porque a declaração, eu repito, é um
233 documento negociado, é um documento em que você nem sempre consegue traduzir tudo que você
234 gostaria de traduzir porque envolve numerosos atores e numerosos países. De modo que esses
235 seriam os esclarecimentos que eu teria a dar e me desculpem se me estendi um pouco sobre essa
236 questão, mas eu achei que era importante aproveitar um público tão qualificado para transmitir
237 esses esclarecimentos. Muito obrigado Secretário. **Sr. Vicente Andreu Guillo. (Secretário**
238 **Executivo do CNRH).** Dr. Braga. **Conselheiro Benedito Braga (ANA).** Só complementando as
239 palavras do Ministro. É mais ou menos assim: um direito humano fundamental é a liberdade, é não
240 ser punido fisicamente quando preso, e assim por diante. Esses direitos para serem exercidos não
241 precisam de nada, só de você querer que eles sejam exercidos. Já para colocar água na torneira,
242 potável, para o cidadão; para produzir comida para o cidadão comer; para construir uma casa para
243 o cidadão habitar, precisa de dinheiro, por isso que a posição nossa foi muito clara de que direito
244 humano à água, sim, mas no contexto dos direitos econômicos sociais e culturais como o Ministro
245 muito bem esclareceu. Então é uma coisa muito simples, mas que alguns insistem em não entender.
246 **Sr. Vicente Andreu Guillo. (Secretário Executivo do CNRH).** Eu queria agradecer muito ao
247 Machado, ao Braga e ao Ministro Coimbra por essa contribuição. Eu acho que a gente tem uma
248 boa base sem prejuízo de que essa discussão retome, eu particularmente acho que nós devemos
249 retomar dentro do conselho, mas qual é o encaminhamento? Assim que chegar a Declaração de
250 Ministros a gente fazer com que todos os conselheiros tenham conhecimento e acesso, encaminhar

251 a todos, e aí avaliarmos se isso cabe uma discussão a respeito ou não. Eu quero adiantar que eu
252 particularmente gostaria de discutir essa questão dessa doutrina, com profundo respeito e como
253 membro do governo inclusive de acatamento a essa posição manifestada aqui com bastante
254 coerência e conteúdo pelas pessoas que estão à mesa. Mas eu particularmente gostaria de num
255 determinado momento que a gente pudesse atualizar esses posicionamentos porque todos são
256 posicionamentos que ao longo do tempo nas relações internacionais eles vão sendo assumidos,
257 então que a gente dê uma atualizada. Essa atualização inclusive pode ser a sua manutenção, mas
258 que a gente possa eventualmente dar uma atualização dessa doutrina. Ainda queria dar um informe.
259 Ontem aconteceu uma reunião da frente parlamentar ambientalista, a ANA esteve presente, nós
260 também, o CNBIO, o Ivo representando o Ministro, e nós fizemos uma proposta que foi muito bem
261 aceita de integração da frente parlamentar com o conselho. Então nós vamos passar a informar a
262 nossa agenda a frente parlamentar. Inclusive provavelmente nós passaremos a contar com
263 representação da frente parlamentar nas nossas reuniões acompanhando e contribuindo também
264 nessa direção que já foi até apontada aqui de que o fórum está inovando no sentido da participação
265 de parlamentares, e se a gente for olhar a representação do conselho, o conselho é uma
266 representação essencialmente executiva de parte do governo, do poder executivo. Então
267 eventualmente também a participação de parlamentares pode vir a contribuir com temas relevantes
268 para o conselho nacional. Eu queria agradecer a participação, a contribuição, e vamos tentar aqui
269 nos organizar para o restante da reunião. Obrigado Ministro, obrigado Braga. Eu fui informado de
270 que o quórum já foi obtido e nós temos uma parte inicial, mas é o início da reunião. Nós recebemos
271 aqui à mesa a informação de que o Ministro estaria descendo. Eu estou vendo ali o Julio ansioso, é
272 a primeira vez que eu vejo o Julio ansioso, eu nunca vi. Ele já está pulando da cadeira, é a primeira
273 vez que eu o vejo assim. Então uma sugestão é que ele pudesse falar um pouco sobre o lançamento
274 dessa série: Governança Pública das Águas, durante dois ou três minutos. Como a idéia é de que no
275 item apresentação a gente possa se concentrar sobre o texto de conjuntura que a ANA apresenta
276 como obrigação a ser apresentada anualmente; então nós aproveitaríamos o tempo até a chegada do
277 Ministro no sentido de que essas publicações fossem apresentadas ao plenário. Podemos fazer
278 isso? Começaríamos então pelo nosso eco ansioso, hidro ansioso, já que o ministro é eco ansioso,
279 nós somos hidro ansiosos, o nosso hidro ansioso Julio Rocha. Por favor, Julio. **Conselheiro Julio**
280 **Cesar de Sá da Rocha (CERH/BA).** Senhor Presidente diz que quando baiano fica ansioso o
281 baiano morre. Não tem isso não. Baiano é tranquilo não é conselheira Catarina? Mas eu queria
282 agradecer ao presidente pela oportunidade, também somando os esforços de todos que falaram do
283 fórum. Nós fizemos... Doze estados no âmbito do fórum nacional de órgãos gestores apresentaram
284 textos sobre a política estadual de recursos hídricos, esse trabalho foi lançado em Istambul, em
285 francês e inglês, além da versão em português, eu acho que é um momento interessante porque é
286 uma reflexão dos próprios estados sobre suas políticas. E aqui eu queria fazer o registro de que o
287 Estado do Acre, o Estado do Amazonas, do Pará, do Mato Grosso, Rio Grande do Norte, Alagoas,
288 Sergipe, Bahia, Goiás, Minas Gerais, São Paulo e Paraná atenderam a primeira chamada do fórum.
289 Eu acredito que no segundo semestre nós vamos fazer uma nova edição desse trabalho que tem um
290 artigo do presidente da ANA abrindo os trabalhos e um artigo de vossa excelência concluindo o
291 texto sobre a análise da gestão e da política da implementação da 9433. Então eu vou deixar na
292 entrada com a Secretaria Executiva um exemplar para cada conselheiro e conselheira. Dizer que foi
293 uma oportunidade interessante, e Istambul significou isso, de exposição dos estados das políticas
294 estaduais. Eu acho que o grande desafio nosso, inclusive para a próxima gestão do conselho, e aí é
295 o momento também dos estados afirmarem, é que esse conselho tenha uma representação nacional,
296 que esse conselho efetivamente seja um conselho nacional com representação de todos os estados.
297 Esse é um desafio muito importante para a consolidação do sistema. Dizer da mesma forma que a
298 política nacional passa também pela política dos estados. Nós precisamos implementar
299 efetivamente o fortalecimento dos estados para que eles toquem o regime jurídico estadual
300 combinado com o regime jurídico federal. Eu queria agradecer pela oportunidade e que hoje nós

301 vamos ter condição, eu acho que é importante, amanhã vamos ter uma assembléia dos conselhos
302 estaduais para a eleição do próximo mandato. Eu faço um apelo aos conselheiros e as conselheiras
303 dos estados que fiquem até amanhã porque nós precisamos renovar a representação dos estados
304 para garantir a presença, a participação dos estados e mais ainda que os estados estejam presentes
305 na reunião do conselho nacional. Muito obrigado presidente. **Sr. Vicente Andreu Guillo.**
306 **(Secretário Executivo do CNRH).** Obrigado Julio. Nós temos a apresentação além da Conjuntura
307 de Recursos Hídricos no Brasil, nós temos três outras publicações: Oficina, água, floresta e solo; A
308 água: manual de uso; segundo o que consta aqui em quatro línguas. É isso? Não. É o glossário que
309 está em quatro línguas. Aliás, me lembrou do Julio uma passagem, ele falou que também está em
310 inglês e francês, eu estava num evento na França, um evento sindical há muitos anos atrás na
311 companhia de um amigo de vocês o Paulo Rangel que hoje é deputado na Bahia, deputado
312 estadual; e ao final da reunião nos reunimos o grupo de latinos, e o Paulo começou a falar, a tentar
313 falar em castelhano com os latinos que estavam lá, em portunhol, uma hora o representante cubano
314 que estava do meu lado falou assim: esse seu amigo fala qual língua? Porque ele falava assim:
315 “entonces”, “nosotros”. Então esse portunhol com sotaque não está representado no trabalho não,
316 não é? Era só fazer esse registro. Nós temos também o glossário, a água, manual de uso, e como eu
317 já mencionei o relato dos trabalhos. Então eu pediria para o João para também rapidamente assim
318 como foi feito pelo Julio para que o João falasse rapidamente sobre esses materiais no sentido da
319 gente ir aproveitando esse nosso tempo até a chegada do Ministro. Por favor. **Conselheiro João**
320 **Bosco Senra. (MMA/SRHU).** Bom dia a todos e todas. Nesse relato dos trabalhos, Oficina, Água,
321 Floresta e Solo, importante registrar que o plenário do Conselho Nacional depois de assistir uma
322 apresentação sobre um trabalho nessa relação água, floresta e solo, um trabalho desenvolvido,
323 sobretudo na bacia do Paraíba do Sul solicitou a CTIL que debatesse esse tema. Foi constituído um
324 grupo de trabalho e por isso estamos trazendo a vocês o resultado desse trabalho, da oficina que
325 aconteceu e do trabalho desenvolvido pela CTIL. Então queremos parabenizar inclusive a CTIL
326 por esse importante trabalho feito. Como é um tema muito importante na relação, na integração da
327 política ambiental com a política de recursos hídricos como prevê a nossa lei, então julgamos que
328 era importante compartilhar com todos e fazer essa divulgação. Esse Glossário de Termos nós
329 estamos reeditando, ele foi revisto pela Câmara Técnica de Gestão de Recursos Hídricos
330 Transfronteiriços, é um glossário muito importante que serve de base para as relações que o Brasil
331 tem estabelecido com os demais países de áreas fronteiriças e orienta também a própria Câmara
332 Técnica de Recursos Hídricos Transfronteiriços. Então eu queria parabenizar a câmara técnica pela
333 produção, pela dedicação nesse trabalho. É um trabalho que hoje tem sido referência em vários
334 países, tem se baseado, tem solicitado esse material para seus trabalhos. Água: Manual de uso, nós
335 estamos aqui fazendo uma nova reedição revisada desse manual que contempla, traz algumas
336 informações sobre a política, algumas dicas. Eu queria registrar que estamos reeditando, tem sido
337 utilizado muito pelas escolas pelos órgãos, há uma demanda muito grande desse material por parte
338 da sociedade de uma maneira geral pela maneira que ele trata e aponta caminhos para a pesquisa,
339 para informação de todos os brasileiros da sociedade de uma maneira geral. Eu queria aqui com
340 isso também agradecer e parabenizar a equipe de comunicação da Secretaria pelo esforço de fazer
341 com que a gente pudesse na semana da água estar fazendo o lançamento desse material produzido
342 com a colaboração dos membros do conselho e também da Secretaria Executiva do Conselho
343 Nacional. Muito obrigado. **Sr. Vicente Andreu Guillo. (Secretário Executivo do CNRH).** Muito
344 obrigado João. Eu queria informar que a partir de hoje as transmissões serão regulares e ao vivo
345 através do nosso site cnrh.gov.br, então eu passei ontem e comprei uma camisa nova só porque
346 falaram que estava passando ao vivo, para ficar menos feio pelo menos. Então as nossas reuniões
347 serão transmitidas ao vivo. Eu queria também aproveitando o nosso tempo anunciar a presença
348 aqui, já destacamos a presença de toda a direção da ANA aqui presente, mas queria destacar a
349 presença do Paulo Varella que foi recém designado pelo presidente nacional como diretor da
350 Agência Nacional de Águas, está aqui conosco. Tem uma festa de posse, a posse já ocorreu, a

351 posse formal já ocorreu, mas têm uma festa às 5h30min. Eu falei para ele preparar o buffet porque
352 nós vamos correr para a reunião acabar antes, e está todo mundo convidado para ir a ANA para
353 participar da sua posse. Eu tive oportunidade de estar com ele na semana passada na formação do
354 comitê de bacia do Canindé-Piauí, no Estado do Piauí, e foi muito agradável. Inclusive
355 particularmente eu queria registrar isso: o seu cuidado, o seu interesse e a sua paixão, como ele
356 próprio comentou conosco no avião, pelas questões relativas ao semi-árido, então é uma grande
357 qualidade que a ANA assume e que o sistema ganha, ele já vinha contribuindo, mas que também
358 juntamente com outros diretores, com toda a diretoria, mas com o olhar também bastante focado na
359 questão do semi-árido que eu acho bastante relevante. Muito obrigado Paulo pela presença, e todos
360 convidados a sua festa hoje à tarde se nós tivermos sucesso em concluir a reunião até as 17h30min.
361 Não é nem às 18. A festa é às 17h30min lá na Agência Nacional de Águas. Eu tenho aqui naquele
362 roteiro básico, dar boas vindas a todos os conselheiros, o quórum já está estabelecido como já foi
363 mencionado. Esta é a primeira reunião de 2009, então bons trabalhos para este ano. Eu queria
364 informar que há um desejo de que as reuniões do conselho aconteçam com uma frequência maior.
365 Isso é fruto de uma oficina que também depois ao final será dado um informe, uma oficina com os
366 participantes das diversas câmaras temáticas onde essa questão foi identificada, e nós buscaremos
367 atender fazendo com que as nossas reuniões aconteçam com mais frequência porque a nossa pauta
368 é uma pauta cada vez mais densa e importante. Pede para comentar sobre o processo de eleição dos
369 novos conselheiros para o mandato 2009-2012 que está em curso, no qual tivemos 550 inscritos e
370 491 habilitados. As assembléias para as escolhas conforme o segmento elas acontecerão no período
371 que vai de 31/03 a 02/04 com exceção da escolha dos conselhos estaduais que comporão o CNRH,
372 como já foi dito aqui pelo Julio, e que deve acontecer amanhã. Aonde é a reunião Julio? Na
373 Secretaria, no auditório da Secretaria. Também agradecer formalmente, é um espaço
374 compartilhado, mas agradecer formalmente ao Ministério da Cultura pelo espaço cedido e explicar
375 que essa é uma iniciativa do Conselho Nacional fazendo suas reuniões de forma itinerante para
376 divulgar a sua atuação e facilitar a participação dos diversos atores envolvidos na gestão de
377 recursos hídricos. O Ministro já vem chegando. Assim que ele chegar daremos um informe rápido
378 sobre o que nós já encaminhamos. Em seguida passaremos a palavra ao Ministro. Ele sempre
379 brinca nas reuniões com os secretários sobre o gerúndio: está chegando; está descendo. Nós
380 estamos esperando. Adiantar também que o almoço vai acontecer das 12h30min às 14h a menos
381 que a gente faça algum ajuste na agenda em função do início dos trabalhos, mas ele está previsto
382 para as 12h30min às 13h. Também lembrando aquelas recomendações de que a cada intervenção
383 dos conselheiros eles informem o seu nome, órgão ou entidade que representam para efeito de
384 registro. As intervenções não serão permitidas durante a apresentação de matéria, acontecendo
385 logo a seguir ficando facultada também a cada conselheiro a delegação da palavra ou não, e
386 encerrada as discussões a matéria será submetida ao plenário para votação. Durante o processo de
387 votação não será concedida palavra para novos pronunciamentos nem pedidos de vista e apartes. A
388 matéria será declarada aprovada ou rejeitada por maioria simples dos membros presentes, metade
389 mais um dos votos dos conselheiros. Então, por favor, logo após a ordem do dia eu gostaria de ter
390 o número de conselheiros aqui presentes para que a gente no caso de votação a gente possa ter
391 respeitado esse ponto do nosso regimento. Somente terão direito a voto os conselheiros titulares; os
392 conselheiros suplentes com direito a voto são aqueles que estejam substituindo os titulares
393 ausentes. Os conselheiros suplentes têm direito a voz. O relator de cada matéria deverá fazer uso
394 da palavra por dez minutos para apresentá-la ao plenário com suas respectivas justificativas. Após
395 a apresentação das matérias serão abertas inscrições para os conselheiros que quiserem se
396 manifestar sobre o assunto. Os conselheiros inscritos serão chamados pela ordem de inscrição e
397 farão uso da palavra por até três minutos, devendo todos se aterem exclusivamente sobre o assunto
398 em discussão. São aquelas recomendações que são feitas sempre ao início da reunião. Eu também
399 já quero dar um informe adiantando que o item 4.4 previsto na nossa ordem do dia original que era:
400 Apresentação do programa de proteção ambiental e desenvolvimento sustentável do sistema

401 aquífero guarani com a publicação. Nós recebemos uma justificativa do Luiz Amore, Secretário
402 Geral do projeto que informa que: por motivos alheios à nossa vontade os trabalhos de tradução,
403 edição e impressão do documento para o Programa Estratégico de Ação – PEA, não estarão
404 prontos para divulgação na reunião do Conselho Nacional de Recursos Hídricos de 26 de março
405 conforme anteriormente previsto. Lamento o infortúnio do ocorrido já que apenas no início da
406 presente semana fomos comunicados da modificação no cronograma de entrega dos trabalhos pela
407 empresa especificamente contratada que alegou problemas estruturais que não foram passíveis de
408 solução. Pedimos nossas sinceras desculpas aos distintos conselheiros e às conselheiras pela
409 impossibilidade de cumprir com a divulgação do documento - PEA - na oportunidade. Reiteramos
410 nossa disposição de realizar a devida apresentação dos resultados do projeto em uma próxima
411 reunião ou outra oportunidade que considere adequada. Então o item 4.4 originariamente proposto
412 para a agenda do dia de hoje ele não será cumprido por essa impossibilidade aqui apontada pelo
413 Luiz Amore, ex-secretário geral do projeto, porque o projeto foi concluído com financiamento da
414 OEA. Estão sendo desenvolvidos esforços pelos quatro países no sentido de garantir uma secretaria
415 executiva de transição com vistas à continuidade do projeto. Continuidade não só do projeto do
416 ponto de vista científico, do seu conhecimento político e de gestão de recursos hídricos, mas
417 também do ponto de vista financeiro para que a gente possa em conjunto com os quatro países
418 buscar os recursos necessários para a continuidade do projeto com essa importância. Ele
419 provisoriamente será coordenado pelo CIC-PLATA, os recursos estão sendo encaminhados ao
420 CIC-PLATA, o Tratado da Bacia do Rio da Prata para a continuidade. Eu estou fazendo meu
421 esforço de adiantar a reunião. O que mais que eu faço Priscila? Cantar é horrível, eu até posso
422 cantar, mas vocês é que não vão suportar, ainda mais agora com a transmissão ao vivo... Eu acho
423 que a única música que eu me lembro do meu tempo é o hino do palmeiras, na íntegra. Aprovado?
424 Tem uma observação aqui importante, eu tive um informe muito rápido, eu não sei se vai se
425 consolidar ou não durante o evento, pedidos de urgência, então só fazer a lembrança e depois
426 durante a reunião, evidentemente respeitado esse ponto. Então vou só fazer a leitura: se houver
427 requerimento de urgência para exame das matérias não constantes da pauta o presidente consulta o
428 plenário sobre a inclusão da matéria para deliberação na ordem do dia na mesma sessão, caso
429 contrário o tema estará automaticamente incluído na pauta da próxima reunião, seja ela ordinária
430 ou extraordinária. O requerimento de urgência deverá estar assinado por no mínimo 15
431 conselheiros. É isso. Pois não. (Intervenção fora do microfone). A ata é o primeiro ponto formal do
432 início da reunião, então eu procurei adiantar informes relativos ao ponto. Então o Presidente do
433 Conselho, nosso Ministro Carlos Minc. Por favor, Ministro. Estávamos todos aguardando a sua
434 chegada. Ministro em relação à agenda nós procuramos adiantar diversos pontos relativos a
435 informes que são informes de procedimentos e também fizemos a apresentação de três publicações
436 que constavam da nossa pauta. Então a primeira foi o Glossário de Termos referentes à gestão de
437 recursos hídricos fronteiriços e transfronteiriços; apresentamos também este documento que é
438 Água: Manual de uso; apresentamos um terceiro documento que foi o relato dos trabalhos da
439 oficina água, floresta e solos; e também por iniciativa do comitê gestor, o meu exemplar, não
440 constava da pauta, mas eu queria fazer chegar a suas mãos. Esse aqui é o que nós vamos ter
441 formalmente apresentação juntamente com a Agência Nacional de Águas, esse trabalho de
442 conjuntura que o senhor teve a oportunidade eu acho que ontem de receber o primeiro exemplar, e
443 eu recebi o segundo. Essa é a formalidade. Eu recebi com dedicatória da ANA. Julio, por favor, um
444 exemplar só para passar as mãos do Ministro. Os exemplares estavam aqui à mesa, então nós
445 fizemos também a apresentação deste documento, série, Textos e Água, Governança pública das
446 águas, experiência dos estados brasileiros na gestão de águas. Fizemos também uma apresentação
447 de informes feitos pelo Braga que é vice-presidente do Conselho Mundial de Águas, pelo
448 Presidente da Agência Nacional de Águas José Machado, e também pelo nosso Ministro Coimbra,
449 foi dado um informe sobre o evento do Fórum Mundial da Água que recentemente aconteceu em
450 Istambul. Feitas essas preliminares passo a palavra então ao Presidente do Conselho Ministro

451 Carlos Minc. **Ministro Carlos Minc Baumfeld. (Presidente do CNRH)**. Bom dia a todas e a
452 todos. Eu queria saudá-los, queria justificar aqui um pequeno atraso, eu estava neste momento
453 numa reunião do ZEE Brasil, do consórcio formado pela Embrapa, IBGE, recursos minerais,
454 MMA, e com todos os governos da Amazônia, comunidades, seringueiros, indígenas e etc. Nós
455 estamos num grande esforço de terminar o Zoneamento Econômico Ecológico da Amazônia, o
456 macro zoneamento até o final deste ano. Eu que venho da geografia, na nossa gestão no Rio de
457 Janeiro como Secretário fizemos rapidamente a lei do zoneamento econômico ecológico,
458 contratamos as universidades, nos associando ao ZEE Brasil e o Rio de Janeiro está terminando
459 também este ano o seu zoneamento econômico ecológico. Então eu tive obrigação de passar e dar
460 as informações mais recentes de combate ao desmatamento, do avanço do arco verde na Amazônia
461 que estava muito parado. Os governos se queixavam que a gente chegava com a Polícia Federal e
462 com o IBAMA, mas o outro lado que era o crédito, a Embrapa, a regularização fundiária estavam
463 mais atrasados, havia um descompasso entre a mão da fiscalização e a mão que ajudava o
464 desenvolvimento sustentado. Também informei a eles que ontem nós já assinamos com o BNDES
465 e a Noruega a primeira parcela do Fundo Amazônia, já foram depositados 110 milhões de dólares,
466 e aí vamos poder então também incentivar mais empreendimentos sustentáveis na região, inclusive
467 com o uso de serviços ambientais, pagamento de serviços ambientais para recuperar, por exemplo,
468 matas ciliares e reforçar os nossos rios, as nossas bacias hidrográficas. Eu queria saudar na segunda
469 reunião que eu venho nessa minha gestão que não completou ainda dez meses no Conselho
470 Nacional de Recursos Hídricos e dizer para vocês que o objetivo, um dos objetivos da nossa
471 gestão, além de entrar em questões importantes como saneamento, que o Ministério andou meio
472 afastado da questão do saneamento. Nós agora entramos fundo, o Secretário Vicente com apoio da
473 equipe da ANA, Presidente José Machado e sua equipe, nós estamos participando fortemente junto
474 com o Ministério das Cidades, Ministro Márcio Fortes; e brevemente vamos lançar a base do 1º
475 Plano Decenal de Saneamento Ambiental com uma estratégia de dobrar o esgoto coletado e tratado
476 no Brasil, de fazer estudos por bacias, por vulnerabilidade, vendo quais são as áreas que devem ser
477 feitos esforços prioritários, ou seja, o Ministério do Meio Ambiente entrou de cabeça no
478 saneamento porque é inacreditável que o meio ambiente fique fora do saneamento. A principal
479 causa, o esgoto sem tratamento, de poluição e contaminação dos recursos hídricos, rios, lagoas,
480 baías e uma das principais causas da mortalidade infantil por doenças de veiculação hídrica
481 causadas pela água poluída. Então essa é uma orientação forte do Ministério, do Secretário
482 Vicente, do Presidente Machado, todas as nossas equipes, e com as parcerias que estão andando
483 muito bem com o Ministério das Cidades, e no caso do São Francisco também com o Ministério da
484 Integração Nacional. Então essa é uma informação, estamos levando mesmo a sério, e brevemente
485 isso vai ser lançado. Outra posição do Ministério desde o início que agora vai começar a tomar
486 corpo é trabalhar no conceito de parques fluviais que não são parques tipo Chico Mendes, são
487 parques de intervenção. Nós fizemos no Guandu, parque fluvial do Guandu usando terras dos
488 municípios, Universidade Federal Rural, agricultores, Exército Brasileiro; plantamos 2 milhões de
489 mudas e usamos um nome que depois descobrimos que a ANA usava o mesmo nome que são os
490 produtores de águas. Agricultores e pequenos proprietários que recebem pagamento por serviços
491 ambientais para recuperarem as suas matas ciliares. Nós temos acompanhado mensalmente os
492 trabalhos da ANA sobre inventariamento das bacias, organização dos planos, a questão da
493 vulnerabilidade, a questão da água, os programas conjuntos nossos da água doce, o programa das
494 cisternas. Vamos lançar brevemente no Nordeste uma grande campanha contra a desertificação.
495 Lançamos o Plano Clima, o Fundo Clima que está na Câmara para ser votado, vai dar 900 milhões
496 de recursos do petróleo para mudanças climáticas, inclusive para a adaptação. O que significa isso?
497 Prevenção de enchentes, sobretudo no litoral, e trabalho de recuperação de solo e água no
498 Nordeste, seguramente vai ser a região mais atingida pela mudança climática até o final do século,
499 esse aumento mínimo de 2 graus que já é um desastre e que talvez seja mais do que isso, então nós
500 temos que nos preparar. O Fundo de Mudanças Climáticas vai garantir algo em torno de 900

501 milhões por ano para isso, e uma parte não pequena disso para recuperação de recursos hídricos.
502 Quero dizer que conversei bastante com a direção da ANA, toda a direção da ANA, Presidente
503 Machado e todos os seus companheiros; com a Secretaria a Nacional de Recursos Hídricos e
504 Ambiente Urbano e essa reunião de hoje aonde um dos pontos de pauta será a aprovação, se assim
505 entender o plenário, do Plano de Bacia Araguaia/Tocantins, eu espero que isso seja uma marca e
506 que mude até conceitos como o licenciamento, não só do setor elétrico, mas da questão das
507 hidrovias, da questão da irrigação. Hoje em dia no Brasil cada hidrelétrica é uma guerra. O
508 governo quer licenciar todas, os ambientalistas são contra todas, uma que não é licenciada a
509 Ministra Dilma e o Ministro Lobão ameaçam se jogar pela janela, uma que é licenciada o
510 Ministério Público ameaça prender o Roberto Messias que é o Presidente do IBAMA e ao
511 Machado que dá a outorga. Então isso não pode acontecer assim. Então nós vamos mudar o
512 sistema de licenciamento. Esse licenciamento vai ser feito a partir dos planos de bacias
513 hidrográficas. Esses planos são um trabalho de fundo, participativo, coordenados pela ANA, com
514 participação da nossa Secretaria, dos governos estaduais, das Secretarias de Meio Ambiente e
515 Recursos Hídricos, participam empresários, por exemplo, do setor elétrico, participa universidade,
516 o lado acadêmico, então isso vai ser um novo paradigma. Eu fiz questão pelo fato inclusive de não
517 haver um conselho de bacia instalado no Araguaia/Tocantins, imagino que inclusive essa seja uma
518 das recomendações que vai ser provavelmente aprovada nesta reunião, pelo menos assim
519 esperamos. E aprovar um plano de bacia no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que é o
520 órgão máximo do país para deliberar sobre ações de recursos hídricos que isso tem um significado
521 histórico. Primeiro eu quero que vocês vejam isso como um empoderamento do Conselho Nacional
522 de Recursos Hídricos, ou seja, dar mais poder às decisões do Conselho Nacional de Recursos
523 Hídricos. Segundo, dar mais coerência, eficácia e racionalidade, não tem sentido o Presidente
524 Machado foi um dos que me alertou isso desde o início, confesso que no início eu não dei a devida
525 dimensão, não atentei para devida dimensão, e agora estou amplamente convencido e militante
526 dessa causa, de você combinar sempre que possível as hidrelétricas com as eclusas e hidrovias. Se
527 você for fazer eclusa como se tem feito agora vinte anos depois ela é o dobro do preço, ou o triplo,
528 e se você quer evitar o desmatamento da Amazônia, e uma estrada obviamente desmata e, além
529 disso, tem a espinha de peixe, uma hidrovia é uma ótima solução onde couber. Há outro caso no
530 Pantanal que vai estourar uma pedra que alaga, mas tirando uma exceção que confirma a regra, no
531 geral as hidrovias são ótimas para o meio ambiente, e os planos de bacia devem aconselhar
532 fortemente até a simultaneidade dessas obras. Outra questão importante é a irrigação. Nós temos
533 que aumentar a produção de alimentos, quanto mais se intensifica a produtividade em certas áreas
534 você diminui a pressão em cima de áreas novas que a gente quer preservar. Nós temos áreas com
535 grande potencial de irrigação inclusive nessa bacia, de 4, 5 milhões de hectares e que estão
536 irrigados 200.000, portanto um sub- aproveitamento, essa deve ser uma forte indicação positiva do
537 plano de bacia; por outro lado você tem áreas que estão usando uma quantidade brutal de água e
538 hoje as técnicas modernas de cotejamento, de racionalização, permitem fazer a irrigação, aumentar
539 a produtividade da agricultura sem usar uma quantidade de água brutal que acaba faltando para
540 seus usos múltiplos, para compatibilização dos usos múltiplos que a água deve ter inclusive o
541 abastecimento. Eu quero dizer que as conclusões no caso da votação do Plano de Bacia
542 Hidrográfica do Araguaia/Tocantins nós vamos levar isso fortemente em conta no licenciamento. É
543 possível que algumas hidrelétricas em determinadas áreas sejam desaconselhadas, sobretudo num
544 primeiro momento. No segundo momento pode mudar a situação, mudar a conjuntura, aumentar a
545 necessidade de energia, melhorar as tecnologias de fazê-las com menor impacto, mas a curto prazo
546 é muito possível que a gente chegue à conclusão que algumas poucas que até geram pouca energia
547 não sejam levadas logo. E outras muitas no Tocantins, por exemplo, serão feitas com muito mais
548 rapidez e legitimidade porque elas sendo aprovadas pelos estados, ambientalistas, universidades,
549 governos, ANA, Secretaria, setor elétrico, não digo que algum ambientalista, eu sou ambientalista,
550 e algum promotor federal não entre na justiça contra, mas elas vão com uma legitimidade muito

551 maior. Os seus estudos serão muito mais rápidos porque outros foram feitos antes até para explicar
552 se o local é bem encaixado, ou seja, se ela permite gerar uma grande quantidade de energia
553 alagando uma quantidade menor de área; apresenta uma boa relação energia gerada versus área
554 alagada; não afeta grandemente praias de rio, peixes e unidades de conservação. Então essas que
555 representam a grande quantidade, a maior geração de megawatts será aprovada seguramente com
556 mais celeridade, com mais transparência, com mais de legitimidade e terão uma chance muito
557 menor de serem contestadas, por exemplo, judicialmente como acontece com quase todas. Vejam o
558 que aconteceu com o Jirau recentemente. O nosso Messias teve vários pedidos de prisão por ter
559 levado adiante um licenciamento no meu modo de ver correto, até porque a Ministra Marina no
560 passado, depois de dois anos de guerra, já tinha conseguido diminuir em 80% a área alagada
561 usando novas tecnologias, como geradores bulbo, que aproveitam a força horizontal das águas e
562 não apenas a queda e permitem, portanto, a redução substancial das áreas alagadas. Eu fico
563 particularmente contente com isso, no Rio de Janeiro eu fui autor da lei estadual de recursos
564 hídricos, como secretário eu consegui desbloquear no parlamento o pagamento pelo uso da água
565 para os comitês de bacias. Nós chamamos agora para Presidente do INEA do Rio, o Firmino que é
566 uma pessoa que montou o comitê de bacia do Rio São João e agora está montando os outros
567 comitês de bacia. O Machado conhece bem a Marilene Ramos que é a atual Secretária de Meio
568 Ambiente que me substituiu, que é uma mulher de recursos hídricos, era Presidente da SERLA.
569 Então nós temos no Rio hoje tanto a Presidente do INEA, que era presidente da SERLA que é uma
570 mulher de recursos hídricos, quanto o Presidente do INEA que é o órgão ambiental onde juntamos
571 todos, é uma pessoa de recursos hídricos. Então como autor da lei de recursos hídricos, como autor
572 da lei que desbloqueou o pagamento, como um fã dos comitês de bacias, como alguém que
573 começou a plantar o parque fluvial do Guandu e do Macacu, e agora queremos fazer, e a reunião
574 está marcada para daqui a alguns dias com os prefeitos e governadores para lançar o parque fluvial
575 do São Francisco; eu quero dizer do meu apreço pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos e a
576 importância que eu atribuo para esta votação de hoje que eu quero que seja paradigmática. Isso não
577 significa que todas as outras hidrelétricas que estão sendo discutidas, vão parar esperando seus
578 planos de bacia porque isso demora um tempo. Esse demorou quase dois anos, um ano e meio, dois
579 anos para ser feito e daí a alta qualidade. Eu quero dizer para tranquilizar, sobretudo os nossos
580 companheiros do conselho que são da área governamental, da área de estrutura, da área de energia,
581 que esse plano foi mostrado para o Presidente Lula e foi mostrado para a Ministra Dilma antes
582 dessa reunião, porque a gente não gosta de surpresas. Eu sou do governo, eu sou um fiel Ministro
583 do governo, às vezes pareço meio maluco, mas não sou completamente, e sei que decisões dessa
584 ordem de grandeza devem ser comunicadas de forma leal e transparente àquelas pessoas que estão
585 à frente do governo e as quais nós somos solidários, eco-solidários. Assim como eu sinto que o
586 governo é solidário a nós como ontem, por exemplo, introduziu no PAC da habitação a questão das
587 placas solares de aquecimento solar, a madeira certificada, em vários casos a coleta da água da
588 chuva, e apenas o PAC da habitação já é altamente favorável para o meio ambiente. A melhor
589 forma Machado de impedir a favelização das encostas, do que restou da Mata Atlântica, e impedir
590 que as margens dos rios sejam ocupadas por favelas fluviais são habitações formais em lugares
591 adequados, dignos. Você não vai conseguir resolver o problema da habitação em favela e na faixa
592 marginal de proteção dos rios com polícia. Você resolve isso garantindo casa digna para as pessoas
593 da área popular e que, portanto, vão ser relocadas das margens dos rios e das áreas de risco das
594 encostas para habitações do PAC da habitação ainda por cima com uma placa solar e uma madeira
595 certificada, coletando água da chuva, muito melhor; porque com 500 reais, você em um ano e meio
596 paga essa diferença na conta de água e deixa de usar a água cara e tratada com cloro e sulfato de
597 alumínio para regar grama, dar banho em cachorro e limpar carro que é o que acontece no Brasil
598 hoje e faz com que a gente seja o país do desperdício. Então eu vejo assim com olhos
599 especialmente de carinho e de esperança a reunião de hoje porque eu acho que o conselho pode dar
600 um passo. Pode dar um passo grande no sentido de aprovar um plano de uma bacia

601 importantíssima que envolve vários estados, vários municípios, uma das maiores bacias, senão a
602 maior bacia hidrográfica do país e que sabendo que o que for resolvido nesse plano vai ser lei para
603 o governo, vai ser lei para o governo. Não vai ser tese de doutorado para ser citada em outra tese
604 de doutorado. Vai ser lei como uma resolução do CONAMA, ou seja, para o licenciamento de
605 hidrovias, para orientação, saneamento, área de Belém, por exemplo, para garantir eclusas que
606 estão no meio do caminho, não estão sendo feitas, umas começaram vinte anos mais tarde do que
607 deveria. Isso vai ser incorporado nas decisões políticas e administrativas do governo, ou seja, vocês
608 estão fazendo história, vocês vão criar paradigmas, vocês vão empoderar o Conselho Nacional de
609 Recursos Hídricos, e vão fazer deste fórum um fórum onde o governo vai ter que olhar; o governo
610 e a sociedade, os ambientalistas, os técnicos, as universidades, os governos estaduais, vão olhar
611 com muito carinho porque vão saber que aqui se decide. O que for decidido aqui se cumpre. É o
612 cumpra-se. O cumpra-se das decisões do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Houve uma
613 reunião importantíssima agora em Istambul, o Ministério esteve representado por várias pessoas,
614 entre as quais a nossa Subsecretária Isabela, o Machado, a Marilene do Rio de Janeiro, vários aqui
615 estiveram presentes, já tive informes de que a reunião foi uma reunião de altíssimo nível, parte
616 disso foi tratada e outra parte será. Nós já tínhamos grandes tarefas teremos várias outras: avançar
617 com os nossos inventários; com os nossos levantamentos; melhorar a qualidade das nossas águas;
618 proteger nossos rios; pensar em termos de mudanças climáticas. Lá no Rio de Janeiro nós estamos
619 com uma grande obra que já introduz a questão do clima. Nós estamos com uma obra de 200
620 milhões na baixada fluminense, uma obra que eu comecei com a Marilene e está continuando com
621 apoio do Ministério das Cidades, ela draga as bacias dos rios Iguaçu, (inaudível) e Botas, 3 milhões
622 de pessoas, realociza casas, draga, planta árvores nas margens. Qual é a novidade? Além de
623 impedir as inundações que milhares de pessoas perdem tudo e as vidas, o nome baixada está
624 dizendo, é baixo, quando chove muito e a maré sobe não pelo efeito clima, pelo efeito da lua, isso
625 já significa um caos. Rios que tinham 5 metros estão com meio metro, às pessoas jogam tudo e
626 qualquer coisa, daí a educação ambiental como fator preponderante. Agora imaginem daqui a trinta
627 anos quando o nível do mar subir 10 cm ou 15 cm? Já é um caos hoje imaginem daqui a 30, 40
628 anos. Então o que nós estamos fazendo? Usando as ciclovias e as estradas em pontos mais elevados
629 como diques protetores, ou seja, isso se chama em linguagem de clima, adaptação. Nós temos
630 redução, mitigação e adaptação. Adaptação é aquilo que você tem que fazer sabendo que mesmo
631 com todo o nosso esforço alguma desgraça ocorrerá e nós temos que nos preparar para ela. Ontem
632 o Governador de Pernambuco Eduardo Campos nos falou que Pernambuco está perdendo litoral,
633 ele diz que tem vários projetos picados, o Ministério Público embargou vários deles por falta de
634 consistência, e ele encomendou para o Ministério e, portanto, para a ANA, para a Secretaria e ao
635 Conselho soluções para medidas que podem ser diques, reforços, recifes, elevações, engrossamento
636 de areia. Em suma, algo para impedir que as praias de Pernambuco sejam destruídas pela maré.
637 Isso não é uma coisa para daqui a 40 anos, isso foi encomendado ontem na frente do Presidente
638 Lula pelo Governador de Pernambuco Eduardo Campos que disse que tem vários projetos
639 pequenos, alguns com e outros sem consistência e ele quer um projeto carimbado por algo acima
640 de qualquer suspeita para poder usar os recursos para que não sejam destruídas as praias de Recife
641 e das redondezas. Então nós não estamos falando numa coisa para daqui a 50 anos, essa demanda
642 me foi feita ontem pelo Governador de Pernambuco e o Presidente Lula falou: cumpra-se. Faça
643 isso. Nós temos que fazer isso. Vou fazer isso sozinho? Espero que o Conselho Nacional de
644 Recursos Hídricos e nossos órgãos pensem soluções para coisas como essas que estão
645 acontecendo, tem que tem estudo sério, projeto, recursos, prioridades, e isso está dentro do nosso
646 Plano Nacional de Clima assinado pelo Presidente no dia 1º e que prevê estudos de vulnerabilidade
647 e medidas de adaptação para esse caso. Falei demais. Quero dizer que não vou poder ficar até o fim
648 da reunião, mas vou acompanhar talvez uma boa parte dela. Tenho uma boa expectativa. Já
649 prometi e virei para todas as reuniões do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Quero dizer
650 que provavelmente dependendo de como as coisas aconteçam hoje nós temos que fazer uma

651 programação; porque como várias obras de hidrovias, de irrigação, de recursos hídricos, de
652 hidrelétricas estão sendo planejadas para áreas aonde não existem planos de bacia, nós temos que
653 também Machado olhar um pouco o Brasil e concentrar o esforço da ANA, o esforço dos comitês
654 de bacia, o esforço da Secretaria Nacional de tal maneira que a gente se antecipe; porque algumas
655 vezes o nosso plano de bacia de alguma região vai ficar pronto daqui a três anos e lá já vão estar
656 uma série de coisas e que não vão ser reversíveis. Então a gente também tem que ter esse sentido
657 de realidade e de antecipação. É claro que nós não vamos conseguir num estalar de dedos fazer
658 todos os planos com a seriedade que esse foi feito para todas as regiões, e as obras não vão parar,
659 ou seja, algumas terão que ser licenciadas mesmo antes do plano estar concluído. Mas sabendo
660 onde vai haver concentração delas nós podemos também pensar numa concentração de esforços
661 para poder ter uma atividade com diagnóstico profundo, com uma indicação profunda, com uma
662 orientação do uso da água, de áreas a preservar, de áreas a aproveitar, de áreas a incentivar a
663 irrigação, o saneamento, a hidrovia de forma harmônica, planejada, científica que use todo esse
664 conhecimento. Muitos de vocês há muitos e muitos anos militam nessa área, pesquisam essa área,
665 são administradores municipais, estaduais, federais, são pessoas da universidade, são técnicos de
666 alto nível da ANA, da Secretaria. Então nós temos que usar esse nosso conhecimento para que nós
667 não adiantemos soluções e que depois nós venhamos a nos arrepender dessas soluções, muitos
668 efeitos dos quais irreversíveis. Aí nos vai restar chorar o óleo derramado, a hidrovia não feita, a
669 hidrelétrica não perfeita. Eu acho que a nossa palavra de ordem é: planejar, antecipar, racionalizar,
670 dar transparência, dar coerência, permitir que o país se desenvolva e que a gente tenha mais
671 energia renovável, que a gente tenha mais irrigação sem desperdício, que a gente tenha mais
672 hidrovia para substituir estradas predatórias no meio da floresta sem o qual você não consegue, as
673 pessoas precisam se comunicar. Eu estou cada vez mais convencido dessa importância. Eu estou
674 imbuído dessa importância, queria compartilhar com vocês e mostrar confiança que eu tenho neste
675 conselho que deve ser cada vez mais forte, mais empoderado, mais respeitado e nós todos em
676 conjunto fazemos depois o cumpra-se das decisões deste conselho. Bom dia a todos. Saudações
677 ecológicas e libertárias. Ótimo trabalho para vocês. **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário**
678 **Executivo do CNRH).** Muito obrigado presidente. Como primeira atividade nós queremos fazer o
679 lançamento então do 1º Relatório de Conjuntura elaborado pela Agência Nacional de Águas
680 cumprindo o que o Conselho determinou em sua resolução que aprovou o Plano Nacional de
681 Recursos Hídricos. Eu convido à mesa o Presidente da Agência Nacional de Águas, Dr. José
682 Machado também acompanhado pelo João Gilberto Lotufo Superintendente da Agência para a
683 apresentação do documento. Por favor. Por favor, Dr. Machado. **Conselheiro José Machado**
684 **(ANA).** Prezado Ministro Carlos Minc, prezados conselheiros e prezadas conselheiras. Eu queria
685 dizer da enorme alegria e satisfação de entregar a este Conselho, na presença do Excelentíssimo
686 Senhor Ministro do Meio Ambiente, o 1º Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos do Brasil
687 cumprindo uma deliberação deste conselho. Nós reputamos uma publicação histórica, é o primeiro
688 relatório de conjuntura. Nós temos a convicção de que a cada ano será publicado um relatório de
689 conjuntura e esta publicação se transforma assim num instrumento extraordinário de disseminação
690 do estado da arte dos recursos hídricos no Brasil favorecendo o debate, a análise crítica e a
691 correção de rumos. Então eu queria me congratular com os meus colegas da Agência Nacional de
692 Águas, sobretudo a equipe técnica que esteve à frente deste trabalho aqui representada pelo nosso
693 Superintendente de Planejamento Dr. João Gilberto Lotufo, de modo que senhor Ministro é sempre
694 bom a gente ter a sensação do dever cumprido. Eu tenho manifestado em inúmeras ocasiões,
695 inclusive ao próprio Ministro e ele verbalizou isso aqui hoje com muita propriedade, eu fiquei
696 muito feliz com seu pronunciamento, exatamente direcionado a instância máxima do sistema
697 nacional de gerenciamento de recursos hídricos que é este conselho. Eu cada vez mais me
698 convenço de que este conselho tem que ser fortalecido para que ele possa realmente dar a linha
699 sobre a política. E nós que somos responsáveis pela implementação temos que fazer o dever que o
700 conselho nos estabelece. Então na medida em que essa era uma demanda do conselho, a ANA,

701 sobretudo, beneficiada em 2008 por uma circunstância muito favorável sob vários aspectos, o país
702 vivendo um momento de crescimento; nós tivemos um orçamento muito melhor do que os
703 anteriores, nós pudemos aproveitar aquela conjuntura para realizar uma série de trabalhos dentre
704 eles o relatório de conjuntura e o plano do Araguaia/Tocantins. Em breve nós esperamos trazer a
705 este conselho com a presença do senhor Ministro também a entrega do Plano Estratégico de
706 Recursos Hídricos dos afluentes da margem direita do Amazonas, que é um trabalho que está em
707 fase de conclusão, muito em breve ele estará sendo entregue a este conselho. O Ministro colocou
708 uma coisa que eu reputo muito importante. De fato o potencial que existe na Amazônia do ponto
709 de vista de recursos hídricos é algo para onde os olhares dos nossos planejadores da área elétrica
710 estão olhando, porque é uma área que tem um enorme potencial hidrelétrico. Os estudos de
711 viabilidade, os inventários estão sendo feitos e a ANA mandatada por este conselho, orientada pelo
712 Plano Nacional de Recursos Hídricos tem procurado elaborar esses planos exatamente para que
713 tenhamos condições e instrumentos para poder fazer um processo de licenciamento e outorga
714 compatível porque sem isso fica muito difícil. Como foi o caso, por exemplo, do Madeira que
715 tivemos que dar a outorga, o licenciamento sem que a gente tivesse ainda um estudo mais
716 detalhado e mais articulado. Então eu acredito que nós com a entrega desses trabalhos e em breve o
717 dos afluentes da margem direita nós vamos ter uma condição muito boa para analisar os projetos
718 que virão por aí dando uma qualidade e uma segurança para os tomadores de decisão muito maior
719 do que sem eles. É com muita satisfação que eu aqui faço essa entrega oficial ao senhor Ministro e
720 a este conselho desse relatório e se me permite o Vicente, passar a palavra ao Lotufo para que ele
721 então de uma forma bem sintética possa fazer uma apresentação geral do conteúdo desse trabalho.

722 **Sr. João Gilberto Lotufo (ANA).** Bom dia Ministro. Bom dia Machado. Bom dia Vicente. Bom
723 dia a todos. É um prazer muito grande estar podendo estar aqui hoje e apresentar esse trabalho que
724 vai estar disponível a partir de hoje na internet. Já está na página da ANA. A idéia era já passar
725 aqui inclusive, mas nós tivemos problemas operacionais aqui pelo fato da transmissão e não
726 conseguimos, mas nós vamos passar rapidamente alguns pontos para poder dar uma idéia desse
727 relatório. Aí está só a especificação daquilo que a gente vai falar e nós vamos apresentar alguns
728 dados mais relevantes. A idéia é que seja uma ferramenta para que a gente tenha sistematicamente
729 e periodicamente a situação dos recursos hídricos no país, é um processo em construção
730 permanente, nós precisamos estar sempre inovando já que a base é a informação, e juntar dados
731 nesse país dessa dimensão e transformá-los em informação é o grande desafio. O Machado já falou
732 que é em atenção a essa resolução, subsidia estudos de planejamento, ele está acoplado ao
733 Programa Nacional de Avaliação de Qualidade da Água que é um dos temas relevantes no
734 processo, e também ao Sistema Nacional de Informações de Recursos Hídricos. É um elemento
735 importante. A periodicidade e à elaboração prevista é anual, conforme a deliberação, e o ano base
736 nosso nesse primeiro aqui é de 2007. A idéia é sempre ter o ano anterior, então ano que vem nós
737 teríamos 2009. Essa idéia do arcabouço de parceiros institucionais, então vem à questão desde
738 Instituto Nacional de Meteorologia, DNOCS com informações de reservatórios, a SRHU, todos os
739 órgãos gestores dos estados que tem informações e todas as superintendências da Agência
740 Nacional de Águas, inclusive o envolvimento de toda a diretoria que apoiou esses trabalhos. Tem
741 três principais produtos. Um é mais doméstico que é chamado desktop, que é para um trabalho
742 mais técnico; tem o relatório de conjuntura que é esse que os senhores receberam, e o mais
743 interessante ainda é o da internet que além desse relatório de forma amigável ele tem outras
744 funcionalidades interativas para o usuário. Essa é a idéia de cada ano lançar um relatório com cores
745 diferenciadas, aí já está sendo uma previsão de quais seriam as cores dos próximos anos. Essa é a
746 página na internet onde estão as principais informações, eu posso trabalhar a nível nacional, posso
747 trabalhar a nível de região hidrográfica e para temas específicos. Não vou me deter. O relatório ele
748 está distribuído em três grandes temas: a análise da situação dos recursos hídricos em termos de
749 quantidade e qualidade; a questão da gestão, como anda as estruturas, as leis, nos estados e na
750 União; e uma conclusão e uma tentativa de avaliar a gestão como anda de uma forma mais objetiva

751 para orientar o desenvolvimento do sistema. No caso da análise da situação dos recursos hídricos,
752 todos esses sistemas foram envolvidos desde chuva, disponibilidade hídrica, eventos críticos, água
753 subterrânea, setores usuários da água, demandas para os diferentes usos, o balanço da demanda
754 disponibilidade incluindo a qualidade da água com todos esses indicadores listados. Essa é uma
755 visão do ano de 2007 das anomalias em relação à média, quer dizer, choveu a mais, choveu a
756 menos, o que é mais azul foi o que choveu muito mais; o que é mais avermelhado é que choveu
757 muito menos. Então a gente vê no ano quais são as regiões que foram mais afetadas em 2007 e do
758 lado direito onde houve uma estiagem mais prolongada por semestre. E com isso a gente pode
759 monitorar todas essas regiões e aquelas bolinhas representam postos, informações, e a cor já indica
760 se foi acima do normal aquele ano ou abaixo do normal e quantos %, mostrando aquelas curvas o
761 grau, aquela curva azul indica em cada local desses dados observados de vazão se ele ficou dentro
762 de uma faixa aceitável ou foi muito acima da média. Então aí a gente começa a ver os diferentes
763 comportamentos hidrológicos desde uma normalidade total na Amazônia até a gente chegar aqui
764 embaixo em Itaipu onde a gente percebe que houve uma enchente substantiva próxima as máximas
765 observadas no passado. Ainda nessa tentativa de dar ao leigo, isso é muito importante, maior noção
766 da interatividade destas questões, mostra exatamente o impacto das chuvas, menor disponibilidade
767 hídrica de chuva na região do Tocantins causando aqui uma seca substantiva que as pessoas que
768 estão aqui da região do Tocantins podem atestar exatamente o que ocorreu no ano de 2007. A
769 mesma coisa acompanha o sistema de reservatórios do Nordeste verificando a situação deles ano a
770 ano, onde foram os municípios em que houve ou estiagem, foi decretado estado de emergência, ou
771 decorrente de inundação, então aí estão mostradas estas informações espacialmente. A questão da
772 irrigação, onde está concentrado o total de área irrigada no país que é estimado de 4,6 milhões de
773 hectares e quais as vazões demandadas, esse grau esverdeado das regiões mostra exatamente onde
774 se tem maior demanda para irrigação. No slide seguinte nós vemos o total de uso da água no país
775 comparado com a referência de 2000, inclusive que foi o plano nacional, mostrando aí um aumento
776 razoável da ordem de 16% e também os diferentes setores usuários. Aí a questão do
777 balanço/demanda/disponibilidade e também os trechos de rio, os percentuais de trechos de rio que
778 a gente consegue classificar que estão sujeitos a essa questão. Como a gente vê essa escassez
779 relativa está concentrada em regiões bem conhecidas, em especial no Nordeste, no Rio Grande do
780 Sul também e em algumas áreas em São Paulo particularmente, região metropolitana
781 principalmente. Aí a questão da qualidade da água, então esses trechos vermelhos ilustram onde
782 está a maior criticidade em termos de poluição, e também afere a questão de percentual de trechos
783 de rios que se enquadra em cada uma dessas classes e na sequência uma visão mais detalhada. Essa
784 aí é a bacia, a região hidrográfica do Paraná mostrando claramente as regiões mais críticas onde a
785 gente dá um zoom desde a região metropolitana de São Paulo, depois Meia Ponte aqui em Goiânia,
786 a região de Curitiba e ali Londrina e Maringá. Então essas cores ilustram justamente, o azul a
787 situação é muito boa e o vermelho é uma situação péssima em termos de qualidade da água. Aí
788 entra numa linha de gestão obviamente, então o que interessa é saber o aspecto institucional, como
789 estão os órgãos, os aspectos legais, comitês instalados, os instrumentos e mecanismos de
790 gerenciamento incluindo planos, outorgas e etc., e também recursos e onde são utilizados esses
791 recursos. Aí a gente segue a evolução do processo da criação das políticas vindo desde a lei de São
792 Paulo, depois em 97 a lei nacional e o estabelecimento das leis nos 27 estados. E a evolução então
793 espacialmente no país desde a esquerda para a direita mostrando a evolução no tempo até que o
794 país tivesse leis em todos os estados. O próximo vai mostrar a evolução dos comitês também nesse
795 mesmo período, identificando, aí são os comitês estaduais e os comitês de domínio de águas de
796 múltiplo domínio, são oito instalados no país. E aí a evolução espacial desses comitês, a gente vê
797 que exatamente coincide naquelas áreas onde nós temos mais problemas que é onde está o maior
798 contingente populacional do país. A questão da outorga, a destacar o aumento significativo das
799 outorgas em águas subterrâneas mostrando o controle que os estados começam a exercer sobre esse
800 manancial relativamente à água superficial e a distribuição espacial das outorgas emitidas no país

801 detonando esses tons de azul, as grandes concentrações. Esse slide, nós estamos praticamente
802 fechando, eu não vou me deter nele, mas ele vai fundo no que diz respeito desde a origem dos
803 recursos que alimentariam o sistema de gerenciamento de recursos hídricos decorrentes das
804 compensações pelo uso da água e etc., no nível federal principalmente decorrente dos recursos
805 oriundos da legislação decorrente do uso da água pelo setor elétrico, na esfera estadual nos fundos
806 estaduais de recursos hídricos e no nível de bacias hidrográficas com a cobrança onde hoje nós
807 temos praticamente o Piracicaba e o Paraíba do Sul. Aí a gente vê a quantidade de recursos que
808 deveriam estar fluindo para o setor e nesses gráficos se mostra, por exemplo, a reserva de
809 contingência que é o gráfico à direita embaixo, denotando naquelas barras vermelhas que são os
810 recursos institucionalizados pela lei que são sistemicamente contingenciados inicialmente e não
811 aportando para o setor. Finalmente essa é uma visão muito rápida, muito genérica, mostra que esse
812 é um processo de construção permanente, ou seja, nós temos que evoluir cada vez mais; e para isso
813 dependemos dessa articulação, dessa chegada das informações o que não é fácil obter. É uma
814 ferramenta que permite a gente estar avaliando a nossa eficácia, a eficácia do sistema olhando
815 também para o mais importante que é a água, e não só para as estruturas implementadas; a questão
816 da atualização sistemática e periódica, então dá essa noção temporal da evolução, e esse destaque
817 que sem a contribuição de cada um de vocês que estão aqui e dos que não estão principalmente dos
818 estados e de outras instituições federais, esse trabalho não poderia ter chegado até aqui. Eu
819 agradeço e gostaria que vocês visitassem o site da ANA. Talvez hoje nós não tenhamos ainda essas
820 funções interativas porque nós tivemos algum tipo de problema ainda com o sistema, mas esse
821 material já está perfeitamente navegável. Eu gostaria que vocês participassem disso e que a gente
822 daqui para frente fosse melhorando e construindo cada vez melhor esses indicadores e esse
823 mecanismo de transparência para que todos tenham acesso àquilo que nosso sistema produz e está
824 fazendo e como está a água no nosso país. Muito obrigado. **Sr. Vicente Andreu Guillo**
825 **(Secretário Executivo do CNRH)**. Muito obrigado José Machado, ao Lotufo, parabéns pelo
826 excelente trabalho. Eu acho que ele é instigante também na medida em que possibilita
827 concretamente que a gente possa avançar entre outras questões até mesmo na implantação dos
828 instrumentos previstos na lei de águas, em especial em função de um dos mapas que vocês
829 apresentaram o enquadramento de corpos hídricos. Então o mapa a respeito da qualidade de
830 recursos hídricos apontando regiões críticas no país vai permitir que nós possamos também avaliar
831 e implantar adequadamente. Esse instrumento tem sido implantado precariamente, é muito
832 importante, tem uma grande consequência sobre o licenciamento de empreendimentos de
833 saneamento, enquadramento de corpos d'água, e eu acho que esse mapa em especial me chamou
834 muita atenção no sentido de que temos aí um instrumento no sentido de viabilizar a implantação da
835 política nacional. O Presidente, o Ministro gostaria de fazer algum comentário? **Ministro Carlos**
836 **Minc Baumfeld (Presidente do CNRH)**. Não. Apenas elogiar o trabalho e comentava aqui ao pé
837 do ouvido do Presidente Machado, várias dessas informações vão estar diretamente ligadas à
838 questão da vulnerabilidade, da adaptação, então nós temos agora não só o Plano Nacional Clima
839 como vamos ter em julho o novo inventário das emissões, porque o inventário atual está
840 completamente defasado, e vamos ter em março de 2010 a atualização do Plano Clima. E saindo o
841 fundo, o plano votado no Congresso e o Fundo de Mudanças Climáticas eu vejo muito que estudos
842 como esses combinados com outros sejam orientadores de aplicação de recursos em função de
843 correções, prevenções, adaptações. Então eu acho que isso tem que ser considerado não apenas
844 como um esforço monumental, uma coleta e uma organização de dados de alto nível, mas,
845 sobretudo, como um instrumento de trabalho. Não vamos ficar com esse na estante esperando o
846 próximo do ano que vem. Vamos tirar todo o sumo da laranja para fazer com que isso alimente
847 boas políticas. Eu acho que o mais frustrante Machado para quem faz um estudo dessa qualidade é
848 que esse estudo fique na estante aguardando com um espaço do lado o próximo do ano seguinte. A
849 pergunta é: o que é que a gente pode tirar daqui para orientar políticas públicas? É o que nós vamos
850 fazer. **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH)**. Muito obrigado José

851 Machado, ao Lotufo, muito obrigado então pela apresentação. Inclusive se houver necessidade, eu
852 não sei como é que está o agendamento do lançamento perante a imprensa José Machado, mas se
853 houver necessidade havia o desejo de que esse lançamento se tiver a imprensa aqui fosse feito
854 também junto com a presença do Ministro caso seja necessária à sua participação. Eu queria
855 convidar então agora o Senhor Marley Caetano Mendonça para nos ajudar nos trabalhos. Declarar
856 formalmente aberta a reunião do dia de hoje, cumprimos e adiantamos diversos aspectos. Tudo isso
857 era prévio Ministro. Lembrando que eu acho muito importante essa primeira transmissão na íntegra
858 ao vivo da reunião do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Tem um roteiro aqui Ministro que
859 é a prova de erro. Eu sigo a risca, às vezes até consigo errar, mas é fantástico. Então, por favor,
860 Marley, eu gostaria que você informasse o quórum da reunião. **Conselheiro Márley Caetano de**
861 **Mendonça (MMA/SRHU)**. Senhor Secretário nós possuímos quórum para a realização da
862 reunião. **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH)**. Você tem o número, por
863 favor, caso haja necessidade de alguma votação? **Conselheiro Márley Caetano de Mendonça**
864 **(MMA/SRHU)**. A última consulta eram 35. Não sei que chegaram mais algumas pessoas. **Sr.**
865 **Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH)**. Está bem. Então são mais de 35
866 conselheiras e de conselheiros presentes. Nós entraremos aqui na fase de informes que todos... Nós
867 adiantamos diversos informes que já foram aqui prestados, então o passo seguinte é a posse dos
868 novos membros do conselho. Por favor, Marley proceda à leitura dos novos conselheiros
869 indicados. **Conselheiro Márley Caetano de Mendonça (MMA/SRHU)**. O Ministério do
870 Planejamento, Orçamento e Gestão indicou o Sr. Eduardo Rodrigues da Silva como conselheiro
871 titular, e a Sra. Elisa Monteiro Malafaia como conselheira suplente. O Ministério do Meio
872 Ambiente indicou o Sr. Reinaldo Aparecido de Vasconcelos como conselheiro suplente. A
873 Secretaria Especial de Política para as Mulheres indicou a Sra. Maria Márcia dos Santos Leporace
874 como conselheira suplente. O Conselho Estadual de Recursos Hídricos da Paraíba indicou o Sr.
875 José Targino Maranhão como conselheiro suplente. A Companhia Energética de Minas Gerais –
876 CEMIG indicou o Sr. Luiz Henrique de Castro Carvalho como conselheiro suplente. A
877 Confederação Nacional da Indústria CNI indicou a Sra. Vanessa Lucena Empinotti como
878 conselheira suplente. **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH)**. Muito
879 obrigado. Então neste ato estão empossados os novos membros, fica aqui a saudação da Secretaria
880 do Conselho, lembrando a todos a permanência e continuarem na reunião para a manutenção do
881 seu quórum. Agradecer também a participação dos conselheiros que neste ato foram substituídos.
882 Eu pergunto ao plenário se existe alguma matéria de urgência ou alguma matéria a ser retirada de
883 pauta? Por favor, Conselheiro João Bosco. **Conselheiro João Bosco Senra (MMA/SRHU)**. Bom
884 dia Ministro Presidente deste Conselho. Bom dia Secretário Executivo. Eu queria solicitar a
885 inversão de pauta para a gente aproveitar a presença do Ministro, que o item 3.1 resolução da
886 proposta do Plano Estratégico de Recursos Hídricos Araguaia/Tocantins pudesse ser a primeira
887 deliberação a ser votada pelo Conselho. **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do**
888 **CNRH)**. Muito obrigado. Alguma outra alteração ou pedido de urgência? Então encaminho à
889 votação essa proposta de alteração da ordem do dia. Como eu já manifestei nas reuniões passadas a
890 gente gostaria sempre do voto como uma manifestação ativa e não uma manifestação passiva dos
891 presentes. Então, por favor, conselheiros e conselheiras que são favoráveis à alteração da ordem do
892 dia, por favor, levantem seus crachás. Muito obrigado. Podem abaixar. Aqueles que são contrários?
893 Abstenções? Então fica aprovada a alteração. Por favor, Marley qual é a nova ordem do dia?
894 **Conselheiro Márley Caetano de Mendonça (MMA/SRHU)**. Senhor Secretário a nova ordem do
895 dia fica a seguinte: Item 2 – Proposta de deliberação que aprova a proposta de Plano Estratégico de
896 Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica dos rios Tocantins/Araguaia encaminhada pela Câmara
897 Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos. Item 3 - Deliberação sobre proposta de resolução
898 objeto de pedidos de vista. Item 3.1 - Proposta de resolução que aprova o detalhamento operativo
899 dos programas VIII, X, XI e XII do Plano Nacional de Recursos Hídricos. Item 3.1.1 - Programa
900 VIII - Parecer do representante do Ministério das Relações Exteriores, MRE, Conselheiro

901 Fernando Coimbra e do representante das organizações civis de recursos hídricos, Conselheiro
902 João Clímaco. Item 3.1.2 - Programa X - Parecer do representante do Ministério das Relações
903 Exteriores, MRE, Conselheiro Fernando Coimbra. Item 3.1.3 – Programa XI - Parecer do
904 representante dos conselhos estaduais de recursos hídricos do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul,
905 Conselheiro Luís Henrique Magalhães Noquelli. Aí há uma correção na pauta. A representação na
906 verdade é do Mato Grosso e Paraná. Não é isso Raquel? Houve um equívoco na edição da pauta,
907 na verdade o Conselheiro Noquelli representa os Estados do Mato Grosso e Paraná. Item 3.1.4 –
908 Programa XII - Parecer do representante dos conselhos estaduais de recursos hídricos da Bahia e
909 Ceará, Conselheiro Júlio Rocha e do representante do Ministério da Integração, Conselheiro
910 Rosalvo de Oliveira Júnior. Item 3.2 - Proposta de resolução que define os procedimentos de
911 indicação dos representantes do governo federal, dos conselhos estaduais, dos usuários e das
912 organizações civis de recursos hídricos no Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Item 3.2.1 -
913 Parecer do representante das organizações civis de recursos hídricos, Conselheiro João Clímaco.
914 Só um minuto para corrigir a numeração. Dando sequência. Item 4 - Deliberação sobre proposta de
915 resolução que: item 4.1 - Estabelece princípios, fundamentos e diretrizes para educação, o
916 desenvolvimento de capacidade, a mobilização social e a informação para gestão integrada de
917 recursos hídricos no sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos, encaminhada pela
918 câmara técnica de educação, capacitação, mobilização social e informação em recursos hídricos.
919 Item 4.2 – Cria unidades de gestão de recursos hídricos de rios de domínio da união e estabelece
920 diretrizes e procedimentos complementares para a criação de comitês de bacia hidrográfica
921 encaminhada pela câmara técnica do plano nacional de recursos hídricos. E aí nós fechamos a nova
922 ordem. **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH)**. Muito obrigado. Eu não
923 sei se há oportunidade, mas em seguida se gente pudesse refazer e fazer a projeção durante os
924 intervalos de fala, de tal forma que essa reorganização ficasse mais explícita e clara para todos
925 conselheiros e para todas as conselheiras aqui presentes. Então o primeiro item da ordem do dia é
926 submeter ao plenário a aprovação da ata da 23ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional. Eu
927 tenho aqui um item escrito assim: importantíssimo, informar que os procedimentos quanto à
928 elaboração e divulgação das atas do conselho foram modificados, o que pode ser observado quando
929 do encaminhamento dos documentos. Agora a transcrição da ata terá a transcrição literal da
930 reunião com anexo, não cabendo ajuste fala haja vista a fidedignidade aplicada na degravação de
931 uma reunião. Serão aceitas correções de nomes e cargos, para evitar esses erros solicita-se a
932 identificação com nome e sobrenome e o segmento que representa durante a sua manifestação. A
933 ata consta do resumo dos encaminhamentos conforme os senhores e senhoras receberam.
934 (Intervenção fora do microfone). O resumo? Foi recebido. Informar que devido ao grande número
935 de páginas de transcrição literal ela será disponibilizada nos e-mails, quer dizer, a transcrição
936 literal será disponibilizada nos e-mails para convocação e também no site. Pergunto ao plenário se
937 existe algum ajuste de correção na ata apresentada? Não havendo eu peço a todos também à
938 votação. Por favor, eu gostaria que os conselheiros e as conselheiras que aprovam a ata da 23ª
939 reunião, por favor, manifestem levantando seus crachás. Muito obrigado. Aqueles e aquelas que
940 são contrários? Abstenções? Então aprovada por unanimidade. Passamos então ao item 2.1 da
941 ordem do dia, da nova ordem do dia que é a deliberação sobre a proposta de resolução que aprova
942 a proposta de Plano Estratégico de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica dos rios Tocantins e
943 Araguaia; encaminhada pela câmara técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos. Eu gostaria
944 de convidar o Presidente da Câmara Técnica do Plano, o Sr. Sidnei Gusmão Agra para encaminhar
945 a matéria e definindo dez minutos para sua apresentação em. Por favor, Sidnei. **Sr. Sidnei Gusmão**
946 **Agra (Presidente da CTPNRH)**. Senhor Ministro, Senhor Secretário Executivo, senhores
947 conselheiros e demais presentes, mais uma vez eu quero dizer da minha alegria em me manifestar a
948 este conselho na condição de Presidente da Câmara Técnica do Plano. A pauta hoje está bastante
949 recheada de matérias que passaram por essa câmara técnica, mas em especial este plano. Eu pediria
950 a Raquel que projetasse a nota técnica se for possível. A idéia é que eu faça a apresentação da nota

951 técnica que é de autoria da Câmara Técnica do Plano e na seqüência à equipe técnica da ANA
952 apresenta o plano propriamente dito para que a gente tenha conhecimento do conteúdo ali
953 estabelecido. Essa é a nota técnica oriunda da última reunião da câmara técnica ocorrida em
954 fevereiro, dias 16 e 17, onde a matéria foi discutida e chegamos a esse parecer que foi a CTIL e
955 agora está no plenário do conselho. Eu acho que tem alguns pontos a destacar, por exemplo, ali no
956 item número 2, destacando que este plano estratégico da bacia hidrográfica da região hidrográfica
957 do Tocantins/Araguaia ele é um dos planos previstos no programa 3.6 do Plano Nacional de
958 Recursos Hídricos. O programa 3 trata dos instrumentos, o subprograma 3.6 trata então exatamente
959 dos planos de recursos hídricos e do enquadramento, e o plano Tocantins/Araguaia é mencionado
960 naquele documento como um dos planos que estavam em elaboração e que chegaria a sua
961 conclusão em breve. No item número três destacamos que isso foi matéria de discussão na câmara
962 técnica na sua última reunião de número 55, passando para o item de número 5 considerando as
963 características da bacia hidrográfica dos rios Tocantins e Araguaia, a ANA definiu essa bacia como
964 prioritária para implementação dos instrumentos de recursos hídricos. Entende-se o plano como
965 esse instrumento orientador da implementação da política e do sistema naquela região hidrográfica.
966 No item número seis se destaca um fato relevante que é o fato da bacia ainda não possuir o seu
967 comitê e por isso não há quem aprove o plano de bacia propriamente dito. Daí a idéia de tê-lo
968 como um plano estratégico para aquela região hidrográfica referendado, validado, aprovado por
969 este Conselho Nacional de Recursos Hídricos para que ele sirva como instrumento orientador da
970 implementação da política naquela região. O processo de elaboração do plano conforme afirmamos
971 no item 7 ele respeitou aquelas premissas que a Lei 9433 e a Resolução 17 estabelecem para que se
972 elabore um plano, inclusive com o testemunho dos órgãos gestores estaduais que estavam
973 presentes naquela reunião, tanto Tocantins como o Conselho Estadual do Pará estavam
974 representados naquela reunião da câmara técnica; mencionando que participaram ativamente como
975 atores importantes no processo de participação da construção do plano. A nota técnica segue
976 apresentando os conteúdos de cada um dos relatórios do plano. Eu vou avançar essa parte porque aí
977 vai ser a fala na seqüência da Agência Nacional de Águas. Então vamos para o item número 14 da
978 nota técnica onde fica estabelecido que aquelas contribuições recebidas ao longo dos três
979 momentos de consultas públicas que aconteceram ao longo das três etapas da elaboração do plano,
980 elas estão materializadas num relatório específico garantindo, registrando a participação dos
981 conselhos estaduais daquelas unidades da federação. Eu tinha dito ali já na introdução, mas o item
982 número 15 destaca que o processo de elaboração do plano foi baseado na Lei 9433, foi baseado no
983 que está proposto na Resolução 17, garantido uma forte participação pública que teve duas
984 instâncias. Já estou no item 16. Um, as reuniões públicas em si ao longo do desenvolvimento do
985 plano em cada uma das etapas de elaboração do plano, e a composição de um grupo técnico de
986 acompanhamento do Plano, o GTA que acompanhou mais de perto a elaboração do plano em cada
987 uma das suas etapas. Item número 19, está contado como se deu a formatação deste GTA através
988 da indicação de diversas instituições. No item 20 a gente destaca a sua composição e o instrumento
989 legal, a Portaria que o criou formalmente. Ele é composto então por 9 Ministérios, 2 Secretarias
990 Especiais, 1 representante do Congresso Nacional, 35 representantes dos estados e do Distrito
991 Federal e outros representantes como 7 órgãos de governo, 7 usuários, 21 da sociedade civil. Então
992 durante o processo de elaboração do plano foram realizadas aquelas três rodadas ao longo das três
993 etapas, foram 14 apresentações em cinco unidades da federação e 144 atores envolvidos entre
994 governo, sociedade civil e usuários. Além disso, o próprio GTA realizava as suas reuniões em
995 Brasília, foram 5 reuniões ao longo do processo de elaboração do plano. Chegando finalmente as
996 nossas conclusões. Eu acho que isso é o que sintetiza o que foi falado até agora. Em que pese que
997 alguns membros da câmara técnica apresentaram algumas sugestões de contribuições tanto do
998 ponto de vista metodológico como do ponto de vista de informações que podem ser aportadas ao
999 plano, a câmara técnica entendeu que sem prejuízo, essas novas informações podem ser agregadas
1000 ao plano nas suas revisões periódicas que devem ocorrer e que precisam ocorrer, entendendo o

1001 plano como um processo dinâmico que vai se atualizando periodicamente. Também foi importante
1002 a manifestação da câmara técnica materializada no item número 24, de aproveitar essa
1003 oportunidade de implementação deste plano estratégico de recursos hídricos para acelerar o
1004 processo de implementação e fortalecimento do sistema naquela região, inclusive quanto à criação
1005 do comitê de bacia que ainda não está criado. Então concluindo, item número 25, diante de tudo
1006 que foi exposto: considera-se que os trabalhos que integram o plano estratégico conduzidos pela
1007 ANA eles foram desenvolvidos segundo os fundamentos, objetivos e diretrizes da Lei 9433, da
1008 Resolução 17, entendendo dessa forma que o plano tem elementos essenciais para orientar a
1009 implementação do sistema, bem como o atendimento dos objetivos da política nacional de recursos
1010 de hídricos. Para encerrar finalmente a minha fala, a gente podia projetar a minuta de resolução.
1011 Então a resolução em seus considerandos destaca logo de início que ainda não foi constituído o
1012 comitê da bacia, e consequentemente nós não temos ainda o plano de recursos hídricos para bacia;
1013 mas entende-se que há uma necessidade imediata de contar com instrumento de planejamento
1014 estratégico para o uso e conservação das águas naquela bacia de modo que se entende que este
1015 plano enquanto a gente não tem o plano da bacia, a gente pode contar com esse plano estratégico.
1016 Entendendo-se inclusive que ele foi elaborado segundo o espírito da legislação. E aí podemos
1017 passar para o primeiro artigo que é muito direto. A resolução se propõe a aprovar a proposta de
1018 plano estratégico de recursos hídricos para a bacia hidrográfica dos rios Tocantins e Araguaia, na
1019 forma do seu relatório síntese; destacando no artigo 2º que na implementação deste plano deverão
1020 ser empreendidos esforços visando com brevidade possível promover as condições necessárias à
1021 criação e funcionamento do comitê de bacia e a devida aprovação do respectivo plano de recursos
1022 hídricos conforme o artigo 4º da Resolução 17 do conselho. Até que seja cumprido o caput desse
1023 artigo, ou seja, até que tenhamos o comitê se sugere que o estágio de implementação do plano seja
1024 apresentado neste conselho a cada dois anos. Garantindo no parágrafo seguinte a necessidade de
1025 que o plano seja revisado sempre que a realidade regional, os avanços na implementação do
1026 sistema justifiquem essa revisão. Finalmente a resolução propõe que o plano fique disponível na
1027 internet, pelo menos no seu relatório síntese, mas ele está todo disponível na internet tanto no site
1028 da agência como também no site do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Este era o relato
1029 introdutório que a gente gostaria de fazer para deixar bem claro o papel, a manifestação da câmara
1030 técnica naquela reunião. Foi uma reunião bastante polêmica é importante que se diga, mas sempre
1031 no sentido de aproveitar essa oportunidade para alavancar a implementação do sistema naquela
1032 região. Agora passaria a palavra para Agência Nacional de Águas. Eu não sei se o Lotufo ou o José
1033 Luiz que fará a apresentação. **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH).** Por
1034 favor, Sidnei nos acompanhe durante a apreciação da matéria. Quem vai fazer é pela agência?
1035 Lotufo. Então, por favor, Lotufo nos acompanhe aqui ou onde você julgar mais oportuno. Nós
1036 vamos encaminhar um pedido de cessão definitiva do Lotufo para o conselho para que ele
1037 incorpore e agregue a nossa equipe. Por favor, João. **Sr. João Gilberto Lotufo (ANA).** Eu espero
1038 não cansá-los hoje, vou ser o mais rápido possível já que o Sidnei apontou várias questões que
1039 estão nos primeiros slides, mas lembrando então que essa é uma síntese bastante compacta de tudo
1040 aquilo que foi feito. A gente vai dizer por que esse plano estratégico na bacia, qual foi à
1041 justificativa, que muitas delas já foram dadas, mas essa região é palco de um dinâmico processo de
1042 desenvolvimento que deve se intensificar nas próximas décadas. O modelo de desenvolvimento
1043 existente é insustentável a longo prazo, as potencialidades da região conferem um caráter
1044 estratégico dela frente ao desenvolvimento nacional, e esse desenvolvimento está fortemente
1045 vinculado ao uso do recurso hídrico e ao seu uso sustentável. As premissas do plano, os
1046 antecedentes, a questão da lei, a questão que não é um plano setorial, então depende dessa
1047 capacidade de negociação intra e inter governamental e com o público privado, essa capacidade
1048 articulação, e é um plano adaptativo que deve ser sistemicamente, como todo plano, avaliado.
1049 Como qualquer plano de recursos hídricos ele segue aquela sequência, a fase de diagnóstico, a fase
1050 de cenarização e a fase justamente de diretrizes e programas e no caso específico para

1051 principalmente evitar as questões futuras. Algumas delas obviamente minimizar já que é uma
1052 região que ainda está com uma frente de aceleração do desenvolvimento muito grande. Isso tudo
1053 dentro de um ambiente onde foi feita uma análise multicriterial e uma avaliação ambiental
1054 estratégica acoplada a todo esse processo. O processo participativo que foi bastante esclarecido
1055 aqui pelo Sidnei, mas aí ilustra bastante essa participação nos conselhos estaduais dos estados, e
1056 também o grupo formado por integrantes das diferentes composições seja no governo federal,
1057 estadual, usuários e sociedade civil. O período de 2006 a 2008 de desenvolvimento do plano, um
1058 longo período, justamente para construir essa visão ampla das questões de consenso sobre as
1059 questões da região e integrar esses pontos de vistas diferentes. Essas três rodadas de reuniões
1060 públicas, 14 apresentações nas cinco unidades da federação, como foi falado a participação dos
1061 conselhos estaduais de recursos hídricos e cerca de 135 instituições que foram catalogadas nesse
1062 processo. A reunião do grupo técnico de acompanhamento que tem mais de 35 titulares. Foram
1063 feitas cinco reuniões em Brasília com a participação de 47 instituições. Esse é o site da ANA vocês
1064 podem ter acesso a todos os produtos, como foi colocado, destacando aí uma quantidade muito
1065 grande de relatórios principalmente na fase de diagnóstico até chegar nesse relatório síntese e no
1066 sumário executivo que são os dois últimos que dão em poucas páginas toda a essência dessa
1067 construção. Um diagnóstico, aí a região do país, cerca de 11% da área do país, uma população
1068 pouco superior a 7 milhões de habitantes, onde se destacam o rio Tocantins e o rio Araguaia e
1069 grande quantidade de municípios inferior a 5000 habitantes, indicadores abaixo em geral das
1070 médias do país. Um grande potencial e o desenvolvimento da agropecuária, aí onde se destacam
1071 naqueles círculos vermelhos os polos de rebanhos bovinos, mais de 29 milhões de cabeças, 14% do
1072 país. Agricultura se destacando principalmente no sul, naquela área mais esverdeada destacada
1073 onde prevalecem principalmente as culturas de soja, mas ainda alguma coisa de milho e arroz.
1074 Outro grande potencial da região é o recurso mineral que é espalhado em toda a região, mas com
1075 destaque especial para a província de Carajás que é internacionalmente relevante. O altíssimo
1076 potencial de áreas irrigáveis, são aquelas que estão mostradas em verde próximas aos principais
1077 rios, cerca de 5 milhões que é quase 6% de toda a região, sendo que hoje só se irriga pouco mais de
1078 2%, ou seja, 125.000 hectares. Isso significa que nós temos aí uma grande capacidade da região em
1079 se desenvolver na geração de... **Ministro Carlos Minc Baumfeld (Presidente do CNRH).** Eu
1080 chamo atenção especialmente para esse ponto porque uma das metas do governo é aumentar a
1081 produção alimentar, combater a carestia alimentar, e isso daí nós queremos que cada vez mais se
1082 faça por intensidade e não por extensão, e uma das possibilidades de isso acontecer é por
1083 tecnologia, mas é também por irrigação. Então nós estamos vendo aí um potencial, quer dizer, você
1084 podendo irrigar 5 milhões, irrigando cento e poucos mil, você vê o quanto um plano como esse
1085 pode combinar com planos de auto-suficiência alimentar e produtividade agrícola no momento que
1086 se discute se há poucas ou muitas terras para agricultura. E aí pode estar uma das chaves de
1087 aumentar via irrigação à produção e atendendo outros elementos estratégicos da política alimentar
1088 e de segurança alimentar do governo. **Sr. João Gilberto Lotufo (ANA).** Até aproveitando o
1089 ensejo essa vai ser uma das recomendações importantes do plano de integrar o governo formando
1090 um grupo que cria um programa específico nessa direção de desenvolver irrigação de forma
1091 sustentável do ponto de vista hídrico, mas também com instrumentos econômicos regulatórios.
1092 Então isso é importante destacar. Esse é um tema altamente relevante dentro do planejamento
1093 regional. A questão da geração de energia então, quase 25.000 MW de potencial de geração dos
1094 quais 11.600 aproximadamente já estão instalados, 16% do potencial hoje instalado com destaque
1095 para Tucuruí com mais de 8.000 MW. Essas são as usinas instaladas, o grande potencial no rio
1096 Tocantins, 84%, 16% no Araguaia, lembrando que o Araguaia está em fase de re-inventário. Nós
1097 vemos basicamente o plano decenal onde estavam previstos 13 empreendimentos, o planejamento
1098 do setor, sendo que São Salvador já está construído e Estreito está em fase de construção. A
1099 questão dos transportes. Destaque para Belém-Brasília; para BR-158; para a Ferrovia Carajás que
1100 vai até para exportação; a ferrovia Norte-Sul também sempre na linha de transportes ou de

1101 minérios ou de grãos, e o potencial de navegação em especial destacando a questão do Tocantins, a
1102 hidrovia, e lembrando que a eclusa de Tucuruí está praticamente finalizando, e nós temos a eclusa
1103 de Lajeado no processo inicial e a de Estreito não prevista. Então mostrando aí exatamente essas
1104 compatibilizações de planejamento e visão de governo necessária para que a gente consolide o
1105 desenvolvimento da região. **Ministro Carlos Minc Baumfeld. (Presidente do CNRH).** Fazer
1106 aqui um comentário. Eu tenho conversado com o Ministério da Agricultura e os ganhos em custos
1107 que a gente tem com o desenvolvimento de algumas grandes hidrovias no sentido de baratear o
1108 custo de transporte, portanto, o custo final do cereal; e que no fundo com algumas dessas eclusas
1109 nós podemos levar talvez alguns milhares de quilômetros de hidrovia e o que isso vai ser de ganho
1110 para a articulação da região de vários tipos de produtos inclusive minerais e inclusive agrícolas.
1111 Então daqui a pouco um planejamento pelo lado hídrico vai significar uma diminuição do custo
1112 Brasil no sentido de viabilizar um custo que às vezes chega à metade do preço sem contar a
1113 emissão menor de diesel pelos ônibus e de asfalto nas estradas. **Sr. João Gilberto Lotufo (ANA).**
1114 Perfeito. Vamos entrar um pouco mais na água. A questão da precipitação mostrando que Belém
1115 ao norte chove muito e exibe uma sazonalidade, mesmo no período seco temos uma chuva bastante
1116 elevada. Ao passo que aqui DF-Brasília, onde está mais vermelho temos uma sazonalidade
1117 bastante significativa e um período praticamente sem chuvas ainda na época de junho, julho e
1118 agosto caracterizando a grande dispersão da distribuição de água na região. Apesar disso é uma
1119 região que tem muita água, se a gente olhar o conjunto, mais de 5.000 m³ por segundo, isso é uma
1120 abundância muito grande. Destaque até para os empreendimentos hidrelétricos que regularizam
1121 alguns desses rios em especial Serra da Mesa que tem uma capacidade substantiva de
1122 regularização, e a importância nessa região também da água subterrânea que praticamente tem
1123 cerca da possibilidade de utilização da ordem de 1.000 m³ por segundo. Lembrando obviamente
1124 que água superficial e água subterrânea estão integradas e indissociáveis. Se nós estamos pegando
1125 uma de alguma forma nós temos algum impacto nas outras. A cenarização que foi feita, tem o
1126 cenário do plano que adotou um crescimento de 3,5% ao ano e metas factíveis de implementação
1127 no que diz respeito à gestão e também a questão do saneamento e meio ambiente, tendo em vista
1128 atender às metas do milênio. E os cenários alternativos que eu não vou me deter, mas para a gente
1129 justamente ter um balizamento dessas alternativas. As demandas hídricas, mostrando o maior
1130 usuário que é a irrigação, seja hoje ou no cenário do plano, as vazões ainda da ordem de 100 m³
1131 por segundo de retirada muito pequenas perto daqueles 5000, mas obviamente isso não significa
1132 que isso é linear em toda a bacia. Nós vamos ter problemas em alguns locais que já se manifestam,
1133 mas de uma maneira geral isso mostra o alto potencial de irrigação aqui mostrado e a grande
1134 disponibilidade hídrica se nós formos competentes nós vamos fazer um desenvolvimento bastante
1135 harmônico e sustentável. Aí nos diferentes cenários as possibilidades da irrigação, a gente vê que
1136 dificilmente a gente vai ultrapassar 500.000 hectares mesmo que acelere bastante esse processo
1137 porque não é de uma hora para outra que se consegue mudar, mas já mostrando o seguinte: como a
1138 pecuária é o último, é o menos rentável dos investimentos, primeiro a soja, depois vêm outros
1139 produtos, a pecuária na verdade a gente colocou como restrição de uso do solo, apesar do gráfico
1140 mostrar a restrição de vazão, mas isso significa o seguinte: que o uso atual da terra hoje vai
1141 esbarrar nos limites oficiais formais de uso territorial. Ou seja, isso mostra com clareza que a
1142 pressão vai se dar cada vez mais ainda se ela já existe hoje em relação a esse desmatamento em
1143 áreas que deveriam ser preservadas. Então esse é um dado importante também do plano no sentido
1144 de anteceder essa pressão em relação à ocupação territorial. Só para ilustrar, apesar do excesso da
1145 quantidade grande de água aquelas cobrinhas que estão identificadas naquelas elipses mostram
1146 exatamente alguns pontos onde a relação entre retirada de água e disponibilidade hídrica já é algo
1147 que merece acompanhamento, e a mesma coisa acontecendo no cenário do plano. Está certo? Ou
1148 seja, se a gente não tiver atenção essas questões podem se propagar. No que diz respeito à
1149 qualidade a mesma coisa ocorre e nesses casos eles estão anotados como àquelas cobrinhas
1150 vermelhas. Com destaque para o seguinte: se a gente for olhar onde elas estão situadas é ao longo

1151 da Belém-Brasília que é exatamente onde os municípios se estabeleceram, nas cabeceiras, no
1152 divisor de águas e obviamente pouca capacidade de diluição dos afluentes, por isso mesmo que a
1153 gente... Nós não vamos ter condições de manter classes muito exigentes, então é proposta no
1154 enquadramento classe menos exigente até para viabilizar a implementação de estações de
1155 tratamento de esgoto que não seriam implementadas se a gente adotasse metas restritivas demais.
1156 A nível de programas e ações a gente faz aí uma síntese dos principais impactos e conflitos. Um
1157 dos problemas que a gente passou rapidamente, mas que é importante na região é a erosão,
1158 praticamente na área sul, nas cabeceiras, em Goiás principalmente. A questão de pressão pelo uso
1159 da água em alguns pontos localizados que são aquelas elipses com destaque para aquela que está
1160 em vermelho tracejado que é onde há um intenso uso da irrigação, ali no rio Javaés Formoso.
1161 Houve conflito, a ANA já suspendeu a outorga num determinado período, e ali há necessidade de
1162 implementar um modelo diferenciado de gestão, uma negociação específica, apesar de toda essa
1163 abundância de água. Destaque também a gente coloca ali em Itacaiúnas onde para que a gente
1164 continue usando a água de forma sustentável e permita o desenvolvimento do Sistema Carajás, a
1165 exploração, nós precisamos compatibilizar o uso naquela bacia para que a gente tenha água em
1166 quantidade e qualidade adequada. A nível de conflitos intersetoriais que eu já comentei tem a
1167 questão da construção das eclusas, Lajeado não previsto, além disso, tem a questão das praias que
1168 são usadas no Tocantins e para isso já existe regra operacional dos reservatórios que na época de
1169 estiagem limitam as suas defluências dos reservatórios para permitir o uso das praias nessa época,
1170 então é muito intenso. Essa compatibilização já foi feita entre ANA, setor elétrico e a região, e se
1171 apontam ali duas áreas em especial sensíveis a intervenções estruturais. Uma delas do lado direito
1172 que está colocado ali próximo a Lajeado é a bacia do Rio do Sono, onde está a reserva do Jalapão,
1173 onde se entende que essa área deveria ser efetivamente preservada. Outra área muito sensível é
1174 essa região que se situa próximo à Ilha do Bananal, no médio Araguaia, que é uma grande bacia de
1175 inundação, é o pantanal do Araguaia, vamos dizer assim, que é uma área que tem muitas unidades
1176 de conservação. Existem parques nacionais ali e é muito sensível também, então esse é um ponto
1177 relevante a ser destacado neste processo. A questão da qualidade da água e a saúde pública com
1178 destaque à questão do fornecimento de água, 16% da população urbana não têm acesso à água, e
1179 8% só da população contam com rede coletora de esgoto, dos quais praticamente 50% são tratados,
1180 ou seja, quase nada coletado, e um pouco do coletado é tratado. Isso mostra o desafio que se tem
1181 pela frente onde o destaque nesse caso específico é a região metropolitana de Belém, é toda a
1182 bacia, mas a região metropolitana de Belém concentra esses problemas em maior amplitude. A
1183 questão de secas é um dado relevante também, no Paraná, no sudoeste que é uma área muito seca
1184 onde exige cautela também, e a questão das inundações em particular em Belém. A questão que
1185 precisa ser cuidada é a questão da compatibilização do turismo com o meio ambiente, e aí vem
1186 uma questão que o plano sugere educação ambiental, principalmente para uso sustentável das
1187 praias, e ainda a implementação de novas hidrelétricas, principalmente no Tocantins, são aquelas
1188 bolinhas cinza mostradas que tem a possibilidade eventual de algum grau de interferência com
1189 outras utilizações e alguns impactos dependendo do tipo de aproveitamento. Próximo. São os
1190 objetivos do plano, eu não vou ficar me detendo neles, mas eles atendem a legislação, metas do
1191 milênio e etc., e para a estruturação do plano se propôs três componentes. Um foi o fortalecimento
1192 institucional já que nós precisamos melhorar o sistema, os estados ainda têm dificuldades para
1193 instalar seus sistemas de gestão de água. O segundo componente, o saneamento ambiental que
1194 redundando diretamente em melhoria de qualidade de vida e qualidade das águas, e o componente três
1195 que é o uso sustentável dos recursos hídricos que tem a ver todos com os usos múltiplos e o
1196 conhecimento em maior detalhe da própria região. Desagregados então vocês podem ver nos
1197 relatórios, em 15 programas e 40 ações que são detalhadas. Nós selecionamos de tudo isso quatro
1198 temas que a gente considerou mais estratégicos: a articulação interinstitucional já para poder
1199 viabilizar a implementação desse sistema. A questão dos conflitos pelo uso da água, da irrigação e
1200 da qualidade da água que já foi destacado. E a gente passa nos slides seguintes e finais a colocar

1201 quais são eles. Na questão da articulação interinstitucional a proposta de criar o colegiado gestor de
1202 recursos hídricos que teria a missão de implementar o plano e implementar o plano significa
1203 implementar o sistema com a recomendação de que o mais breve possível se possa caminhar na
1204 direção de um comitê de integração onde os comitês seriam instalados em áreas específicas ao
1205 longo do tempo em função das oportunidades do caso. A questão da internalização das ações do
1206 plano dentro do governo, então a idéia é criar através de decreto, é uma sugestão, um grupo para
1207 implementar essas ações; apoiar os estados na institucionalização dos seus órgãos gestores de
1208 recursos hídricos, e nesse processo todo estabelecer parcerias com atores estratégicos,
1209 principalmente em áreas críticas já que a região é muito grande. No caso de conflitos pelo uso da
1210 água no horizonte do plano sugere-se a priorização da construção dos empreendimentos
1211 hidroenergéticos no rio Tocantins pelo seu alto potencial; que se proteja a Bacia do Rio do Sono;
1212 que se proteja o curso médio do Araguaia que é aquela área do Bananal e, portanto, as intervenções
1213 e barramentos planejados devem assegurar que não haja alteração na dinâmica fluvial desse trecho
1214 médio; concluir as eclusas já iniciadas de Tucuruí e Lajeado e também de Estreito; e implantar um
1215 sistema integrado para a gestão de reservatório já que é grande o número de reservatórios nessa
1216 bacia e nós precisamos criar modelos e sinergias nesse processo de gestão integrada. Irrigação já
1217 foi bastante destacado aqui pelo Ministro. Nós dependemos também, propõe-se a criação de um
1218 núcleo de referência em inovação e irrigação para orientar e capacitar irrigantes. O grupo para
1219 desenvolver esse programa para alavancar a irrigação na região, e também junto com os estados
1220 avançar nesse pacto das águas estabelecendo esses critérios de alocação de água, rateio de água
1221 entre os diferentes estados que já tem uma proposta inicial dentro do plano. A qualidade da água:
1222 implementar o enquadramento e obviamente chegar a um programa de saneamento básico para a
1223 região com destaque em um programa especial para a região metropolitana de Belém. Passando
1224 obviamente pelo fortalecimento das empresas de saneamento. É isso em linhas bastante rápidas o
1225 plano, e como a gente já falou, ele está disponível e foi distribuído antecipadamente. Eu agradeço a
1226 todos a oportunidade de estar aqui lembrando que José Luiz foi um dos condutores, está aqui junto
1227 comigo. Eu me esqueci de citar e cito agora no caso da conjuntura lembrando a equipe porque a
1228 gente nunca pode se esquecer disso, do Alexandre que ele foi alma praticamente do trabalho
1229 anterior de conjuntura. Muito obrigado a todos. **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo**
1230 **do CNRH).** Muito obrigado João Lotufo. Eu vou fazer um pedido para que você permaneça
1231 conosco à mesa ao lado do Marley caso haja durante o debate que vai se seguir alguma necessidade
1232 de esclarecimento. Então nós vamos colocar a matéria em discussão lembrando que os
1233 conselheiros devem se apresentar dizer seu nome, entidade que representam e tem três minutos
1234 para se manifestar. Colocado em discussão. Eu pediria que o Marley que tem mais familiaridade
1235 com todos os conselheiros pudesse nos ajudar na organização dos inscritos. Então o primeiro
1236 inscrito e na sequência você vai organizando. Quem é o primeiro inscrito? Por favor, Conselheiro
1237 Lobato por até três minutos. O seguinte? Então a seguir ao Lobato a Maria de Lourdes, então a
1238 Maria de Lourdes pode também se aproximar aqui do microfone. **Conselheiro Francisco José**
1239 **Lobato da Costa (OTEP).** Bom dia senhor Ministro, senhores Conselheiros, meu nome é
1240 Francisco Lobato, eu sou Conselheiro Suplente e como Vice-Presidente representante da
1241 Associação Brasileira de Recursos Hídricos – ABRH. Eu me recordo que em 2005 no simpósio da
1242 ABRH nós fizemos a primeira avaliação do Sistema Nacional de Recursos Hídricos, eram oito
1243 anos. Uma mesa onde eu tive a oportunidade de apresentar uma palestra presidida pelo Dr. José
1244 Machado. Em 2007, a própria ANA empreendeu um simpósio sobre os 10 anos da ABRH e em
1245 paralelo a publicação GEO Brasil Recursos Hídricos que nós tivemos a oportunidade de coordenar
1246 também fez uma avaliação do Sistema Nacional. Em todas essas avaliações um item que se repetia
1247 era o que se chamou às vezes desconfortavelmente de elevados custos de transação do sistema
1248 nacional. Um número enorme e exaustivo de reuniões sem resultados objetivos e eventualmente
1249 até as próprias pautas das câmaras técnicas abertas e sem um objetivo bem traçado. Agora em
1250 março deste ano é com enorme satisfação que eu participo de uma reunião do Conselho Nacional

1251 de Recursos Hídricos onde trabalhos substantivos, concretos, objetivos são dispostos na pauta do
1252 Conselho Nacional. Eu gostaria de fazer, portanto, o registro de uma menção a excelência dos
1253 trabalhos que a Agência Nacional de Águas tem posto e aqui não só o trabalho de conjuntura,
1254 interessantíssimo, como este plano estratégico e outros trabalhos que nós temos conhecimento que
1255 andam em curso como o Atlas ANA que agora se expande não só para o Nordeste, mas para a
1256 região Sul, áreas metropolitanas e etc., de modo a conferir consistência, objetividade às pautas do
1257 Conselho Nacional. Gostaria inclusive de propor à direção do Conselho Nacional que começasse a
1258 vincular de modo mais objetivo trabalhos como o da Conjuntura e a pauta do Conselho Nacional.
1259 Só de ver uma apresentação sintética me deu enorme curiosidade sobre o trabalho e isso define,
1260 pode definir, deve definir a pauta prioritária do Conselho Nacional e inclusive as pautas das
1261 câmaras técnicas, a partir daí os tais dos enormes custos de transação tenderiam a sumir em virtude
1262 da consistência técnica. Um modelo institucional não deve ser um fim em si mesmo, ele deve ser
1263 uma resposta para melhorias objetivas das disponibilidades hídricas do país. Por isso aqui os meus
1264 cumprimentos aos trabalhos da Agência Nacional de Água e essa proposição de um vínculo
1265 objetivo entre trabalhos desta forma e a pauta do Conselho Nacional. Obrigado. **Sr. Vicente**
1266 **Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH)**. Muito obrigado Conselheiro Francisco Lobato.
1267 Ficam aqui os registros. Só um informe muito rápido de que nós fizemos uma oficina das câmaras
1268 técnicas justamente com vistas à determinação da pauta do Conselho Nacional. Os conselheiros
1269 estão recebendo esse material, e fica aqui também incluída a sugestão de que a pauta seja montada
1270 também a partir de trabalhos com esse conteúdo apresentado. Então, por favor, Maria de Lourdes.
1271 Em seguida para também se aproximar ao microfone? **Conselheiro Márley Caetano de**
1272 **Mendonça (MMA/SRHU)**. Secretário me permita ler a lista porque pode ser que eu tenha deixado
1273 de anotar algum nome. Depois da Maria de Lourdes o Conselheiro Julio Rocha, Cisino, Imbiriba,
1274 João Clímaco, Dalto e Rosalvo. **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH)**.
1275 Então feita à leitura eu vou sugerir que durante a fala da Conselheira quem desejar se inscrever se
1276 inscreva durante a fala dela e com isso nós encerramos a lista de inscritos. Em seguida Julio Rocha.
1277 Por favor, Julio Rocha depois se aproxime do microfone. Três minutos. **Conselheira Maria de**
1278 **Lourdes Pereira dos Santos (Indústria)**. Bom dia a todos. Eu sou Conselheira Suplente
1279 representando o Instituto Brasileiro de Mineração, eu sou suplente do IBS. Essa inversão de pauta
1280 foi especialmente oportuna porque o meu propósito, o nosso propósito de colocar aqui essa nossa
1281 preocupação foi reforçado pelas palavras do Presidente deste Conselho, o Senhor Ministro Minc,
1282 que colocou a dimensão da importância deste plano estratégico. Eu quero começar também
1283 repetindo as palavras do Lobato, um trabalho de altíssimo nível. Tive oportunidade de fazer uma
1284 leitura um pouco mais aprofundada, porém a nossa preocupação é a seguinte: eu assisti à
1285 apresentação da cenarização da parte dois em Belém e também tive oportunidade de na CTIL
1286 discutir isso e apresentar e em nome do IBRAM que eu represento aqui eu quero colocar a
1287 preocupação de que continua na apresentação que está disponível na internet, continua sendo a
1288 mineração referida como um problema na região hidrográfica. Ela está elencada como um
1289 problema juntamente com pesca predatória, falta de saneamento, erosão, desmatamento e com
1290 relação à mineração nessa região nós sabemos que às condições geológicas favoráveis é que
1291 colocam a mineração como uma atividade econômica importante e expressiva. Então a nossa
1292 intervenção aqui é no sentido de que a mineração não seja colocada como um problema e sim dado
1293 o crédito à mineração de uma importante atividade econômica não só no Brasil, mas
1294 principalmente na região hidrográfica Tocantins/Araguaia. Eu não sei se vou subverter a ordem
1295 Presidente e Secretário, mas eu não posso perder a oportunidade aqui de dar os parabéns em nome
1296 do IBRAM para o novo Diretor da ANA, tem quinze anos que o conheço caminhando pelas águas
1297 do Brasil e é um prazer ver o coroamento do seu talento. Obrigada. **Sr. Vicente Andreu Guillo**
1298 **(Secretário Executivo do CNRH)**. Obrigado. Por favor, Julio Rocha, e em seguida Marley?
1299 Cisino. **Conselheiro Julio Cesar de Sá da Rocha (CERH/BA)**. Ressaltar a importância desse
1300 momento. Eu acho que o Conselho, eu defendo a tese de que tem gente que pensa que o conselho é

1301 uma instância sem eficácia das suas decisões. Eu acho que esse conselho tem um papel relevante
1302 no sistema, não tem distinção nenhuma e nem patamar diferenciado de nenhum outro conselho
1303 nacional, ele tem relevância, a eficácia das suas decisões faz parte da sua natureza jurídica. Acho
1304 importante, aliás, nós temos desde a aprovação do Plano Nacional feito avanços significativos,
1305 então eu queria ressaltar, não é só esse plano, a própria configuração do Plano Nacional aprovado
1306 na antiga gestão inclusive da Presidente Marina Silva significou um avanço significativo desse
1307 conselho. Então eu quero ressaltar que nós temos feito um esforço de dar eficácia a 9433, esse
1308 conselho como instância superior do sistema tem cumprido seu papel, inclusive colaborado em
1309 questões estratégicas e em resolução de conflitos em bacias também. Eu acho fundamental. Dizer
1310 que este momento é fundamental e importante, e eu queria só fazer um questionamento da minha
1311 área do Direito e à equipe muito competente da ANA ressaltar esforço que foi feito da
1312 denominação “nome juris” Plano Estratégico. Ele não é um Plano de Recursos Hídricos? Então é
1313 só um esclarecimento do ponto de vista metodológico didático para aprender com a competência
1314 da Agência Nacional. **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH).** Muito
1315 obrigado Julio. Cisino e depois Imbiriba. **Conselheiro José Cisino Menezes (Irrigantes).** Bom
1316 dia. Eu sou José Cisino Menezes Lopes, representante dos irrigantes como titular e sou Diretor do
1317 Meio Ambiente da AIBA - Associação dos agricultores irrigantes da Bahia. Eu estou
1318 particularmente muito satisfeito com o que eu ouvi aqui hoje da preocupação do Senhor Ministro
1319 com relação a essa dificuldade que nós temos de licenciamento ambiental para essa área de
1320 irrigação especificamente. Esse plano dando essa cobertura para isso a gente vê com muita
1321 satisfação porque isso provavelmente vai facilitar as coisas para nós. Agora, outra coisa que eu
1322 queria ressaltar é que para o grupo de trabalho que for desenvolver esse projeto, principalmente no
1323 caso do Araguaia precisa definir algumas coisas porque nós somos muito criticados de modo geral
1324 pela questão do uso da água, dizendo que o sistema de irrigação usa água inadequada ou usa água
1325 demais. Na realidade nós temos vários sistemas de irrigação que são adequados para culturas
1326 diferentes. Então quando se faz uma comparação à agricultura irrigada do Rio Grande do Sul com
1327 inundação que é apropriada para aquilo com a fruticultura do São Francisco que é com micro-
1328 aspersão ou gotejamento há uma diferença muito grande, mas é preciso levar em consideração isso.
1329 E outra coisa, o empresário hoje irrigante ele encontra tudo isso porque apesar de ele não estar
1330 pagando uma conta de água hoje, mas custa muito caro para ele, ele faz questão de tudo isso. Então
1331 eu gostaria de ver se desmistificava esse tipo de coisa. Porque o agricultor tudo bem, em alguns
1332 lugares eu reconheço que têm um desperdício de água, mas o estado pode melhorar muito da
1333 seguinte forma: colocando estações agro-meteorológicas nas regiões para quando você for irrigar
1334 você clica lá em algum ponto e está lá dizendo: hoje a lâmina ideal é essa. Isso sim tem
1335 desperdício, porque você não tem essa informação e você fica irrigando ainda sem essa
1336 informação, e essa informação é fundamental. Então neste plano se puder acompanhar... Essas
1337 tecnologias são fundamentais para a racionalidade do uso da água, então eu queria deixar essa
1338 contribuição e dentro deste plano se preocupasse com essa questão da informação tecnológica para
1339 irrigação. Muito obrigado. **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH).** Muito
1340 obrigado Cisino. O próximo a seguir é o Imbiriba, e em seguida o Conselheiro João Clímaco. Por
1341 favor, João se aproxime. **Conselheiro Manoel Imbiriba Júnior (CERH/PA).** Boa tarde. O meu
1342 nome é Imbiriba, sou Geólogo da Secretaria de Estado de Meio Ambiente. Estou Diretor de
1343 Recursos Hídricos, talvez uma repactuação política, foi colocada a diretoria de recursos hídricos no
1344 jogo político, isso é importante, então a gente pode estar fazendo a última fala como conselheiro
1345 titular. Paciência. Ossos do ofício. Primeiro parabenizar o governo federal, o Governo Brasileiro
1346 no que diz respeito aos estudos da Amazônia. Muito se fala da Amazônia muitos colocam o dedo
1347 nas políticas da Amazônia sem conhecer a Amazônia. Eu sou de Belém, portanto, a maior área da
1348 bacia é dentro do Estado do Pará, apesar de todo Estado do Tocantins fazer parte da bacia. É uma
1349 região estratégica, a mais rica do nosso Estado, já foi demonstrado, das 29, 30 milhões de cabeças
1350 15, 20 milhões estão nessa região. É a região que o separatismo do estado é muito forte porque tem

1351 ali não só Carajás, mas Marabá, a gente vem trabalhando pela ausência de políticas públicas e
1352 talvez pela falta de informação de um banco de dados que tem uma couraça para a gente trabalhar
1353 as essas políticas públicas. E desde já eu convido o Ministro Minc a fazer essa apresentação no
1354 estado através da Agência Nacional e a Secretaria para a Governadora Ana Júlia, o nosso mote de
1355 campanha foram 200.000 novas ligações, parece pouco, mas na realidade a gente dobra a
1356 capacidade em quatro anos de abastecimento. Nós temos na região sul/sudeste, a (inaudível)
1357 entrando porque não abastecemos água em 11 municípios daquela região, a não ser as regiões que
1358 ficam nas duas divisas dos rios, no Araguaia e no Tocantins, portanto, Carajás, a mineração, são
1359 200 milhões de toneladas/ano de produção de minério de ferro, fora os outros que vão aquecer
1360 aquela região, então tem toda uma geopolítica de fundamental importância para o estado. O estado
1361 participou, eu acompanhava quando era do município, as discussões do GTA, nós participamos da
1362 Câmara Técnica do Plano Nacional e dizer que o Conselho Estadual de Recursos Hídricos aprova,
1363 ontem fizemos a reunião da Semana da Água, isso foi pautado. Tem uma discussão de comitê de
1364 bacia, mas nós precisamos ver qual o modelo mais adequado para a Amazônia para fazer essa
1365 gestão de recursos hídricos. Eu tenho colocado, o ZEE da BR-163 é fundamental, foi pedido vista
1366 de processo pelos ambientalistas, talvez não conheçam a realidade e nem conhecem a realidade da
1367 Amazônia, dia 15 uma reunião extraordinária, isso atrasou um pouco, mas é de fundamental
1368 importância para o planejamento e ordenamento territorial do nosso estado. Um trabalho inclusive
1369 do Governo Federal, do macro-zoneamento e que a gente está melhorando essa qualidade, e a bacia
1370 do Araguaia/Tocantins só no nosso estado nós temos três, a Amazônica e novamente o esforço
1371 conjunto do governo federal, da Agência Nacional com os governos dos estados trabalhando
1372 principalmente Xingu e Tapajós, já em estado adiantado. Nós temos participado efetivamente
1373 dessas discussões, referendando os estudos técnicos, contribuindo inclusive com o conjunto de
1374 secretarias não só operativas, mas de planejamento e execução dos projetos no Estado do Pará.
1375 Portanto, a nossa fala é a fala do conselho, é a fala do Governo do Estado no sentido pela
1376 aprovação dessa resolução importante para o Estado do Pará e para a Amazônia como um todo e
1377 principalmente para essa região tão rica. Rica no sentido não só de minério, mas rica pelo povo que
1378 mora lá. São 409 municípios onde a minha cidade será contemplada, espero, nos projetos e ações
1379 juntamente com o governo federal para a gente melhorar a qualidade de vida da nossa população.
1380 Obrigado. **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH).** Muito obrigado
1381 Imbiriba. O Conselheiro João Clímaco e em seguida o Dalto. Por favor, Dalto depois se aproxime
1382 do microfone para que a gente ganhe tempo. João Clímaco, três minutos. **Conselheiro João**
1383 **Clímaco Soares de Mendonça (ONG).** Bom dia a todos. Eu vou me apresentar. Meu nome é João
1384 Clímaco, eu sou representante das organizações não-governamentais e quero aqui primeiramente
1385 saudar o nosso Secretário e o Ministro em nome da mesa e fazer alguns esclarecimentos.
1386 Primeiramente corroborar algumas afirmações que foram feitas aqui quanto à conduta que se
1387 estabelece hoje em dia em relação ao tratamento de grandes temas que valorizam esse conselho;
1388 que traz a esse conselho uma legitimidade que até então eu nunca tinha visto. Eu faço isso fazendo
1389 um cumprimento especial ao senhor Ministro e ao nosso Secretário, que nos quase três anos que
1390 nós estamos aqui a nossa representação em especial foram pouquíssimas as vezes que o Secretário
1391 nos chamou para tratar de assuntos que estavam prontos ou tinham uma importância estratégica
1392 para a gente poder contribuir com os nossos posicionamentos. Então eu fico feliz que nós estamos
1393 vendo que o Conselho Nacional de Recursos Hídricos tem nesses últimos tempos assumido um
1394 processo de legitimação e em função disso me sinto muito a vontade para nesse espaço que se
1395 torna cada vez mais real, democrático, colocar as considerações que temos recebido dos
1396 companheiros. Eu queria saudar aqui também os meus colegas e também a atuação apreensiva, o
1397 acompanhamento apreensivo que fazem agora com essa inovação do nosso Ministro, do nosso
1398 Secretário de colocar público tudo que está acontecendo aqui aos companheiros de Alto Paraíso,
1399 aos companheiros de Estreito, da Associação (inaudível) da Barragem de Estreito, aos
1400 companheiros de Imperatriz e os companheiros do FONASC Maranhão e demais entidades que

1401 atuam naquela região. Em função disso, de tudo que foi discutido aqui eu queria que fossem
1402 entendidos alguns aspectos que eu vou citar aqui agora. A questão dos planos de bacias
1403 hidrográficas quem vê e tem acompanhado o nosso acompanhamento nas câmaras técnicas do
1404 Conselho sempre foi objeto muito incisivo, sempre foi pautado por uma nossa afirmação muito
1405 constante, desde o tempo que nós começamos o nosso mandato e que está terminando em junho e
1406 esperamos com os companheiros de Estreito em continuar. Fazer uma campanha aqui também. Foi
1407 sempre incisivo no sentido de compatibilizar o que se pensava no Conselho com os planos
1408 estratégicos que eram desenvolvidos na Agência, na ANEEL, na CODEVASF. Nós vivemos uma
1409 proliferação de planos estratégicos nesse país e o que me doía era que não havia uma
1410 compatibilização entre o que está escrito na resolução do Conselho e aquela quantidade de planos,
1411 como se nós fossemos os irmãos feios da governança do meio ambiente. Isso me incomodava e fui
1412 muito incisivo, o próprio Gusmão foi muito vítima da minha euforia, mas ele sabe que eu sempre o
1413 tive como uma pessoa muito competente, e felizmente eu vejo agora que se tem um momento de
1414 começar a mudar essa coisa. Eu parabeno a direção do Ministério hoje para provocar essa
1415 mudança. Então nesse princípio, dentro desse contexto, eu devo admitir que acho que vamos
1416 melhorar ainda esse plano, até porque ele seguiu, ele apresentou-se em muitos momentos como foi
1417 citado antes dentro da mesma metodologia que fala a resolução do conselho de como fazer os
1418 planos, prognósticos e todo um cenário de considerações. **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário**
1419 **Executivo do CNRH).** João Clímaco, eu estou embevecido pelos elogios, nós estamos sendo
1420 generosos com o tempo, mas nós já ultrapassamos os três minutos... **Conselheiro João Clímaco**
1421 **Soares de Mendonça (ONG).** Mas eu acho que você tem que ser tal qual como foi com.... **Sr.**
1422 **Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH).** Perfeito, mas eu só queria que em
1423 respeito a todos os conselheiros inscritos... **Conselheiro João Clímaco Soares de Mendonça.**
1424 **(ONG).** Eu queria dar essa introdução, me perdoe Secretário, dizendo que fiquei lisonjeado com o
1425 esforço de fazer com que esse plano fosse unanimemente acatado e colocado em prática. Contudo,
1426 quero que se entenda que o que a gente está querendo aqui é exatamente que esse plano se viabilize
1427 de uma maneira acordada, de uma maneira construtiva. O cumpra-se que o senhor falou. Então eu
1428 recebi algumas incumbências dos nossos companheiros da região e que foram aqui passadas por
1429 fax, dada a intempestiva necessidade de se colocar o plano para aprovar de uma maneira que para
1430 nós foi intempestiva, pouco tempo para que a gente tivesse um posicionamento. Então eu tive que
1431 fazer um esforço nesses últimos 15 dias de divulgar todas essas sínteses e aí recebi algumas
1432 considerações que primeiro passa por uma idéia que nós não concordamos no plano, que é uma
1433 visão muito subalterna da questão da participação. A metodologia ainda nem contempla as próprias
1434 resoluções do Conselho no que diz respeito a como fazer essa questão de construção de
1435 participação nos planos de bacia. Concordamos plenamente que o Conselho tem total autonomia de
1436 ocupar essa jurisprudência quando não tem comitê, mas, contudo, achamos que essa situação não
1437 pode prevalecer acima da questão da construção dos mecanismos de participação que são os
1438 comitês mais atuantes a nível local. Então esse argumento não nos convence de colocar uma
1439 prioridade atrás da outra quando na verdade nós sempre achamos que o comitê de bacia pode ser
1440 esse exemplo, pode ser muito mais eficazmente construído dentro de um processo, de um plano
1441 desse do que esperar o plano, fazer um plano para depois fazer o comitê. Diante disso tudo outras
1442 reflexões que dizem respeito a uma visão muito economicista do plano, que tem um olhar, uma
1443 abordagem utilitária que está indo ao desencontro dos anseios de vários tipos de atores sociais,
1444 inclusive aqueles memoriais assuntos e temas que dizem respeito ao pessoal do Araguaia que tem
1445 um medo enorme de ver aquele santuário histórico coberto por hidrelétricas. Então eu tenho aqui
1446 uma quantidade de demandas. Cabe a mim o papel de representação política. Não sou aqui
1447 nomeado, eu tenho que me reportar aos meus companheiros que aqui me deixam representá-los
1448 com muita honra. Eu preciso dizer aos senhores que nós vamos pedir a compreensão da mesa e
1449 desse Conselho para que nós possamos numa medida até parecida, para uns até intempestiva, mas
1450 para nós, muito sensata, e pedir vistas para esse plano e gestar outra proposta considerando alguns

1451 aspectos; inclusive no que diz respeito à questão da cobrança sobre uso de água já sendo colocada
1452 no plano, porque nós temos umas demandas que dizem respeito, que vão ao encontro dessa visão
1453 economicista que está no plano e não está sendo contemplada. Então nós temos aqui um
1454 documento Secretário e senhor Ministro que me fundamenta e me justifica. Ainda que eu
1455 pessoalmente tivesse uma posição pautada na confiança que eu tenho no senhor Secretário eu teria
1456 que atender aos anseios das várias entidades que aqui assinam esse documento. Associação
1457 Agroecológica da Região de Tijupa, aqui tem 15 entidades que me pedem essa postura. Diante
1458 disso eu não tenho o que fazer a não ser atender e corroborar e fundamentado no regimento, pedir
1459 vista do processo no sentido do prazo mais amplo possível com a colaboração dos técnicos da
1460 ANA, juntando com os nossos técnicos do Fórum Carajás, do FONASC Maranhão, fazer com que
1461 esse plano seja aplicado dentro dos anseios da sociedade brasileira. **Sr. Vicente Andreu Guillo**
1462 **(Secretário Executivo do CNRH)**. Muito obrigado Conselheiro João Clímaco. Nós vamos seguir.
1463 Tem um pedido de vista, ele em tese interrompe aqui a sequência da discussão, mas nós vamos
1464 garantir as falas, e em seguida dar o encaminhamento necessário. O Conselheiro Imbiriba se
1465 inscreveu, provavelmente sobre o pedido de vista, mas nós vamos seguir a ordem de inscrições dos
1466 conselheiros e das conselheiras no que tange as suas contribuições, e em seguida tratar
1467 especificamente dessa questão. Muito obrigado Conselheiro João Clímaco. Por favor, Dalto. Em
1468 seguida ao Dalto? Marley, por favor. Rosalvo, em seguida ao Conselheiro Dalto o Conselheiro
1469 Rosalvo. **Conselheiro Dalto Favero Brochi (Consórcios e Associações Intermunicipais de**
1470 **Bacias Hidrográficas)**. Bom dia a todos. Bom dia Senhor Ministro Carlos Minc. Bom dia
1471 Secretário, colegas do conselho. Meu nome é Dalto Favero Brochi, eu sou Secretário Executivo do
1472 Consórcio TCJ e represento aqui o segmento dos consórcios e associações intermunicipais. Eu
1473 gostaria de parabenizar os técnicos da ANA que elaboraram esse estudo, esse trabalho, e com base
1474 nesse relatório síntese nós gostaríamos em nome do segmento que ele permanecesse apenas como
1475 Plano Estratégico, e não como consta na página 3 do próprio relatório um plano de bacia, porque aí
1476 nós estaríamos rasgando a 9433. Nós deveríamos passar o plano de bacia para apreciação do
1477 comitê de bacia e não nós aqui no Conselho. Então o pedido aí é para que seja encarado, que seja
1478 apresentado somente como um plano estratégico e que não só o mais breve possível, talvez até
1479 antes de implementar esse plano fossem envidados esforços para a criação do comitê de bacia lá no
1480 Araguaia/Tocantins para que apreciasse esse instrumento, se ele for encarado como plano de bacia.
1481 Essa é a nossa posição. Obrigado. **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH)**.
1482 Muito obrigado Conselheiro Dalto. O Rosalvo e a seguir o Hugo. **Conselheiro Rosalvo de**
1483 **Oliveira Júnior (MI)**. A nossa colaboração ao debate e ao aperfeiçoamento da proposta vai no
1484 sentido de que o Ministério da Integração tem uma obrigação legal que é a elaboração dos planos
1485 de desenvolvimento regional. Esses planos tem origem na nossa constituição que determina que
1486 cabe à União à elaboração desses planos regionais, e por isso o Ministério da Integração elabora
1487 esses planos. Para a bacia do Araguaia/Tocantins nós temos para a Região Centro-Oeste o plano de
1488 desenvolvimento regional do Centro-Oeste. Então eu acredito e na continuidade desse debate, me
1489 parece que já tem um pedido de vista, é muito importante que a gente leve em consideração e
1490 busque cada vez mais a interseção do plano estratégico com o plano de desenvolvimento regional.
1491 Gostaria de lembrar também que o Presidente da República lançou junto com os governadores da
1492 Região Norte e grande parte da área do Araguaia/Tocantins está no Estado do Pará, que é um
1493 estado que está na região Norte, o Plano Amazônia Sustentável. Ou seja, é outro diálogo que nós
1494 temos que fazer desse plano estratégico com o Plano da Amazônia Sustentável. Por outro lado
1495 também o Ministério da Integração vai lançar logo e o Dr. Machado da ANA também liderou uma
1496 reunião, uma discussão no país sobre as questões da irrigação nesse país. Eu me lembro que eu
1497 participei da reunião, existe uma grande mobilização nacional e proximamente nós também vamos
1498 lançar o Plano Nacional de Irrigação, ou seja, que é outra ponte que deve ser feita com esse plano
1499 estratégico. Dito isso e aí contribuindo já para essas discussões de dois anos e já encerrando, eu
1500 gostaria de lembrar que esse país durante muito tempo ficou sob a égide da ditadura militar, e o

1501 fato de ter ficado sob a égide da ditadura militar os planejamentos foram feitos centralizados, ou
1502 então não tiveram planejamento. Um planejamento centralizado não é um planejamento. Então
1503 agora que nós temos a oportunidade e aí a densidade desse trabalho traz isso, no sentido da gente
1504 tentar ocupar o espaço de maneira respeitando as questões ambientais; as questões sociais e todos
1505 os outros setores que estão nesses planos que eu citei aqui, por exemplo, é que nós não deveríamos
1506 esquecer isso na história do avanço que é para o país, a existência, por exemplo, de um plano
1507 estratégico. A gente pode até divergir se é agora ou se é o conselho ou isso ou aquilo, mas essa não
1508 é a questão central. A questão central é que a gente nunca teve um planejamento neste país e agora
1509 nós começamos a ter um planejamento. Seja esse desse plano apresentado, seja aquele trabalho que
1510 o Ministério do Planejamento fez com a regionalização e a territorialidade do Plano Plurianual,
1511 seja nos trabalhos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional onde nesta semana o
1512 Presidente da República abriu a 1ª Mostra de Experiências, Práticas Efetivas de Desenvolvimento
1513 Regional e foi assinado pelos governadores lá presentes e as autoridades o Pacto pela Redução da
1514 Desigualdade. Então, ou seja, nós hoje estamos avançando. Aí eu colocaria para essa plenária que
1515 prestasse atenção que antes nós não tínhamos planejamento, hoje nós temos planejamento. É muito
1516 melhor a gente ter algum planejamento do que nunca ter tido nenhum planejamento. Eu acho que a
1517 gente avança em termos de ocupação do espaço, com isso garantindo a conservação, a preservação
1518 ambiental, a melhoria da qualidade e da quantidade de água e o desenvolvimento regional e
1519 sustentável que é aquilo que está no nosso pacto político expresso na Constituição de 88. **Sr.**
1520 **Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH).** Muito obrigado Conselheiro Rosalvo.
1521 A seguir o Conselheiro Hugo e em seguida tem mais alguém Marley? **Conselheiro Carlos Hugo**
1522 **Suarez Sampaio (MJ).** Depois da fala do Dalto me surgiu também uma dúvida. Pode ser um
1523 pormenor jurídico, eu acho que dá até para a gente resolver isso, mas realmente, como fica essa
1524 relação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos com planos como esse que não foi originado
1525 de um comitê de bacia? Porque a 9433 fala em planos de bacia apenas quando fala em comitês. O
1526 comitê encaminha, o comitê aprova o plano de bacia? Mas eu acho que dá para a gente resolver
1527 isso com as outras atribuições, mesmo que não seja mencionado especificamente que é atribuição
1528 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos em aprovar planos de bacia, a não ser o plano nacional
1529 de recursos hídricos. Teria que dar uma pensada melhor. Foi uma questão que surgiu agora com a
1530 fala do Dalto. Eu tenho apenas outra contribuição a fazer com relação ao prazo de apresentação dos
1531 resultados da implementação do plano que está na proposta de resolução, foi apresentado pela
1532 Secretaria Executiva que em vez de ser de dois anos seja anual, então a gente teria um
1533 acompanhamento desse plano anualmente ao invés de dois anos pelo menos nesse princípio,
1534 porque eu acho que dois anos nesse princípio é um espaço muito longo. **Sr. Vicente Andreu**
1535 **Guillo (Secretário Executivo do CNRH).** Muito obrigado Conselheiro Hugo. A seguir? A seguir
1536 Marley? Tereza. Em seguida da Tereza? Por favor, Marley. **Conselheiro Márley Caetano de**
1537 **Mendonça. (MMA/SRHU).** João Bosco e por último o Hernani. **Sr. Vicente Andreu Guillo**
1538 **(Secretário Executivo do CNRH).** Então temos a Tereza, João Bosco e Hernani. Por favor,
1539 Tereza. Vamos garantir primeiro a ordem e depois nós vamos tratar de algumas questões aqui que
1540 já podem ser solucionadas e evidentemente apreciar como dar o tratamento no prosseguimento
1541 dessa resolução. **Conselheira Tereza Cristina Esmeraldo de Oliveira (CERH/DF).** Eu
1542 cumprimento a mesa, ao Senhor Ministro, ao Secretário e os colegas conselheiros. A nossa
1543 contribuição é no sentido de primeiro parabenizar a ANA por esse trabalho. Nós tivemos a
1544 oportunidade de participar do GTA em duas reuniões e também nesse período ao mesmo tempo
1545 participamos de reunião do PROTAR - Plano de Revitalização da Bacia, um trabalho também
1546 realizado aqui pela Secretaria de Recursos Hídricos. Essa é uma bacia muito rica tanto em
1547 problemas como em necessidade de planejamento para que as políticas públicas sejam coerentes
1548 para não prejudicarem mais ainda, não causarem mais danos ao meio ambiente, e nesse sentido
1549 como Conselho de Recursos Hídricos, e no sentido de fortalecimento do sistema eu acho que é
1550 importante fortalecer a idéia da criação do comitê. Aproveitar essa oportunidade desse plano, dessa

1551 discussão desse plano para fortalecer os sistemas estaduais da região. Fortalecer a necessidade da
1552 criação do comitê para exatamente por meio desse fortalecimento da criação desse comitê
1553 realmente esse plano seja efetivamente implementado e que em sendo agora plano estratégico com
1554 o comitê ele se torne plano de bacia. Ele não é um plano de bacia, a proposta é um plano
1555 estratégico. Então que ele possa com a discussão interna no comitê ele se tornar efetivamente um
1556 plano de bacia que tenha o comprometimento de todos os atores envolvidos no comitê e assim ele
1557 possa ser efetivamente executado e a gente não tenha um planejamento, um trabalho exaustivo
1558 elaborado que fique só numa gaveta ou prateleira, mas que ele possa realmente servir para a
1559 execução efetiva por todos os atores. Obrigada. **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo**
1560 **do CNRH).** Muito obrigado Conselheira Tereza Cristina. Próximo Conselheiro João Bosco e o
1561 último inscrito na lista original Conselheiro Hernani. **Conselheiro João Bosco Senra**
1562 **(MMA/SRHU).** Eu queria primeiro parabenizar a Agência Nacional de Águas por esse trabalho e
1563 queria parabenizar a Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos e a CTIL pelo
1564 trabalho que teve e que buscou incorporar e teve nas suas discussões, buscou incorporar algumas
1565 questões que foram trazidas aqui como essa questão de plano de bacia e plano estratégico. Como
1566 vocês podem observar a resolução fala em plano estratégico. A resolução fala no seu artigo 2º da
1567 importância do comitê, então essas questões trazidas aqui foram intensamente debatidas na reunião
1568 da CTIL e da Câmara técnica do plano e que busca resolver essa questão, avançar nessa
1569 perspectiva. Outra questão importante e aqui o Conselheiro Hugo traz em relação à revisão, revisão
1570 não, apresentação do estágio de implementação do plano a cada dois anos que as câmaras tinham
1571 aprovado, mas que ele sugere que seja um ano, isso mostra e dá a possibilidade da dinâmica de
1572 participação, de envolvimento. Essa é a idéia de um plano dinâmico e não de um plano estático.
1573 Então dentro dessa perspectiva eu queria aqui propor ao meu amigo Conselheiro João Clímaco que
1574 declinasse desse pedido de vista no sentido de entender como foi muito bem abordado aqui pelo
1575 Conselheiro Imbiriba, pedindo a aprovação do plano pela importância, pelo processo do debate e
1576 por essas possibilidades de avanço na implementação da própria política. Eu acredito que
1577 aprovando esse tema, aprovando esse plano estratégico nós teremos possibilidade de avançar ainda
1578 muito mais, como é o caso de possibilitar aprovar o enquadramento proposto nesse plano que vai
1579 possibilitar um investimento na área de saneamento em toda a região. Então são algumas questões
1580 que certamente a aprovação desse plano se torna estratégica e mais urgente e que possibilita
1581 também o conselho avançar dando a sua contribuição no avanço da política de recursos hídricos
1582 dentro dessa visão de múltiplo uso. Então nesse sentido eu faço um apelo para que ele possa,
1583 entendendo até as demandas, mas compreendendo que essas demandas do setor podem ser
1584 atendidas no processo de revisão nesse espaço democrático que é o Conselho Nacional; e
1585 certamente tenho certeza pelo próprio espírito da construção do plano que foi participativo e pelo
1586 próprio espírito da Agência Nacional de Águas certamente incorporaria na próxima reunião que
1587 isso vai ser apresentado, a necessidade de implementação aqui ao conselho. Muito obrigado. **Sr.**
1588 **Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH).** Muito obrigado Conselheiro João
1589 Bosco. O último inscrito é o Conselheiro Hernani. Automaticamente nós estamos alterando e
1590 depois vamos informar qual o horário de almoço e o retorno em função que a extensão dos nossos
1591 debates já avançou no horário previsto inicialmente que era de 12h30min. Nós vamos concluir esse
1592 tema para depois suspender para o almoço. Por favor, Conselheiro. **Conselheiro Hernani Goulart**
1593 **Fortuna (Setor Hidroviário).** Senhor Ministro e Senhor Secretário esse é um momento de imensa
1594 alegria para o setor hidroviário. Nós acompanhamos exatamente essa região há mais de 50 anos.
1595 Quando na realidade nós no início da década de 60, final da década de 50 nós víamos a Marinha
1596 fazer uma comissão de levantamento permanente exatamente do rio Tocantins. Os avanços que
1597 foram feitos já na década de 60 e na década de 70 com o PRODIAT que na realidade alinhou uma
1598 série de informações extremamente preciosas que se refletiam diretamente nesse setor hidroviário.
1599 O que seria na realidade possuímos efetivamente no maior eixo de penetração norte-sul do Brasil
1600 com mais de 12.200 km de extensão uma via regular, navegável. E vimos também agora há pouco

1601 tempo com esse desenvolvimento extraordinário que foi feito aqui com a criação do Conselho
1602 Nacional de Recursos Hídricos os estudos que estão sendo feitos aqui e ao mesmo tempo no
1603 pensamento aqui do Ministro Minc apresentar algo que antigamente não era apresentado de
1604 maneira nenhuma, com uma uniformidade de procedimento no sentido de que a questão da
1605 navegação fosse observada. A geração de energia, o setor de irrigação, o setor de saneamento
1606 básico, a agricultura, então num pensamento integrado e em estudos que pudessem na realidade
1607 não apresentar divergências por questões políticas, por questões ideológicas, mas principalmente
1608 por resultados a serem alcançados quanto à uniformidade de procedimento no sentido de que esses
1609 problemas pudessem ser abordados. Então para o setor hidroviário hoje é um dia de festa senhor
1610 Ministro, sob todos os aspectos. Nós desejamos aqui é que na realidade nós não tenhamos
1611 absolutamente divergências no sentido de que esse resultado que foi alcançado hoje de forma
1612 concreta e teremos que considerar também de uma forma brilhante, não venha a ser interrompido
1613 por questões secundárias; por questões que não estejam considerando o principal e, portanto, que
1614 ele não venha a ser prejudicado pelo acessório. Se nós conseguirmos realmente fazer desse eixo de
1615 penetração uma hidrovía regular nós temos certeza que o setor hidroviário estará contribuindo para
1616 todos os demais setores a que me referi nesse momento: a irrigação, o saneamento básico, a
1617 agricultura, a geração de energia e principalmente porque é um setor que tem consciência que ele é
1618 quase (inaudível), na realidade ele gera muito menos problema de natureza de poluição para o
1619 meio ambiente do que o faz os seus componentes, os outros modais, seja ele o ferroviário seja o
1620 rodoviário. Então nesse momento em que na realidade nós estamos aqui representando esse setor
1621 hidroviário e por coincidência estamos também representantes da Federação Nacional, a
1622 FENAVEGA, que está completando agora 21 anos de existência, que é uma empresa que na
1623 realidade é uma entidade de classe para as empresas de navegação marítima, fluvial, lacustre e para
1624 o tráfego portuário. Então hoje é um dia de festa para o setor hidroviário, para a FENAVEGA, e
1625 ficamos felizes em verificar que agora nós temos um caminho muito mais claro com esse plano. O
1626 nosso apelo final senhor Ministro é que as eclusas sejam efetivamente construídas, com essa
1627 construção dessas eclusas é a única forma de nós viabilizarmos a existência de uma verdadeira
1628 hidrovía, se isso for feito para o Araguaia/Tocantins eu acho que as próximas reuniões, os
1629 próximos anos, já falamos aqui do período de praticamente 50 anos e esse é o motivo pelo qual o
1630 setor hidroviário está aqui presente. Eu raramente venho a essa tribuna aqui embora esteja com os
1631 senhores há quase 5 anos e posso dizer que para nós hoje é um dia de festa. É um dia de
1632 reconhecimento. É um dia inclusive que nós gostaríamos que pudéssemos ter outros estudos
1633 complementando esse que aí está no sentido que nós pudéssemos ter os resultados alcançados
1634 agora de uma forma mais concreta. Ministro, nós ficamos felizes inclusive porque verificamos que
1635 o seu pensamento é o pensamento que na realidade marcha de uma forma uniforme com os nossos
1636 propósitos, com os nossos desejos e até com as nossas esperanças. **Sr. Vicente Andreu Guillo**
1637 **(Secretário Executivo do CNRH)**. Muito obrigado Conselheiro Herrnani. O senhor gostaria de
1638 fazer uma consideração? **Ministro Carlos Minc Baumfeld (Presidente do CNRH)**. Eu queria
1639 fazer uma consideração rápida. Primeiro mais uma vez elogiando esse maravilhoso trabalho e
1640 dizendo que ele é urgente para o país. Ele é urgente e nós temos que trabalhar rapidamente com
1641 esses resultados, o pior de tudo é quando a gente fica dois anos fazendo um estudo maravilhoso e
1642 por alguma razão menor a gente não pode tirar as conseqüências dele, quem perde é o país; quem
1643 perde é a irrigação, quem perde é a energia; é o saneamento; é a hidrovía. Eu queria fazer uma
1644 consideração rápida e também fazer um apelo ao Conselheiro João Clímaco que é o seguinte: veja,
1645 eu vou dar um exemplo concreto do plano de mudanças climáticas. Nós estávamos há três anos
1646 discutindo o plano, e não saía o plano. Aí nós chegamos no Governo, chamamos a Secretária
1647 Nacional Suzana Khan, altíssimo nível, ela própria do IPCC, laureada com Nobel junto com a
1648 equipe do All Gore, em três meses saiu a primeira versão do plano. Saiu fraca, foi para consulta
1649 pública em setembro. Várias críticas. Nós incorporamos essas críticas saiu o Plano Nacional e o
1650 Presidente Lula assinou dia primeiro. Esse plano está perfeito? Não. Marcamos para o dia 1º de

1651 março de 2010 a revisão desse plano. Agora, só o fato da gente já ter um plano, ainda que
1652 imperfeito, permitiu a gente conseguir ontem 110 milhões da Noruega, de dólares, para o Fundo
1653 Amazônia, e o elogio do All Gore. A mudança a gente conseguiu com base nesse plano mais mil
1654 fiscais para o Chico Mendes e o IBAMA na Amazônia, ou seja, são questões que ainda não
1655 concluídas, o conceito de obra em progresso gera efeitos imediatos. O Plano Clima estava há três
1656 anos parado, no que a gente conseguiu dar uma mexida chegaram recursos, chegou o
1657 reconhecimento, a gente vai aprovar o Plano Clima na Câmara, vai ter mais 900 milhões por ano
1658 para adaptação. Então eu queria fazer a seguinte consideração: Eu quero dizer que eu fui vinte anos
1659 parlamentar e fiz todas as possíveis emendas, pedidos de vista e etc., e considero isso um elemento
1660 altamente democrático e legítimo, e exerci-os a exaustão durante o período. Não seria eu a criticar
1661 algo que eu próprio pratiquei, mas o apelo e o pedido de compromisso é o seguinte: o Brasil
1662 realmente precisa desse plano já porque várias coisas estão acontecendo e a gente não tem a menor
1663 possibilidade de postergar mais tempo. Então nós temos duas alternativas. Uma: legítimo o pedido
1664 de vistas, estaria marcada para quarta-feira, dia 15 de abril uma reunião extraordinária para votação
1665 desse plano. Então o prazo máximo eu consultei a nossa prerrogativa e os nossos prazos, mantido o
1666 pedido de vista a reunião extraordinária estaria marcada para votação definitiva no dia 15 de abril,
1667 quarta-feira. Essa é a possibilidade número 1. Eu não sei que avanços nós teríamos de hoje ao dia
1668 15 de abril. Outra possibilidade talvez mais interessante que nos contemple a todos é no artigo 2º,
1669 parágrafo 2º que fala da revisão do plano, mas com a data em aberto. Nós anteciparmos essa data
1670 para seis meses, ou seja, garantindo uma primeira revisão do plano em seis meses, talvez com essa
1671 posição intermediária, Conselheiro João Clímaco, nós garantimos que não perderíamos um
1672 segundo em relação ao trabalho que demorou dois anos para ser feito, e dá indicativos concretos
1673 que podem a partir de amanhã melhorar o setor elétrico, a hidrovia, o saneamento, a irrigação; e
1674 garantir que os setores regionais que mencionou os setores populares todos muito importantes que
1675 devem ser ouvidos, teriam um período até maior para apresentar uma série de sugestões junto com
1676 outros conselheiros, até vendo o desempenho inicial da aplicação desse plano, então num prazo de
1677 6 meses nós promoveríamos a primeira revisão. Isso significaria que o artigo 2º do parágrafo 2º
1678 que fala da revisão incorporaria para a primeira revisão um prazo de seis meses a contar da data.
1679 Então essas são as duas possibilidades que nós temos que analisar. Não havendo entendimento
1680 porque é legítimo e sagrado o direito do pedido de vista, nós tivemos várias manifestações de
1681 diversas áreas, da área estadual, da área agrícola, da irrigação, hidrovia, todos mostrando a
1682 importância de que este acúmulo que foi feito seja o mais pronto possível posto à disposição do
1683 desenvolvimento e da defesa do país. Então eu coloco essas duas possibilidades e ouço o
1684 Conselheiro que pediu vista dizendo o seguinte: mantida a vista, sagrado direito, eu próprio exerci
1685 várias vezes, adianto logo que a reunião extraordinária para julgar e votar em definitivo está já
1686 marcada para o dia 15 de abril, quarta-feira nesse mesmo horário. É uma prerrogativa, será
1687 exercida, em vista da prioridade nacional. Nem um dia a mais, 15 de abril. Pouca possibilidade de
1688 amplas discussões e amplas alterações nesse período. Possibilidade dois: o Conselho vota hoje o
1689 plano como está, que cá para nós é uma obra prima, e como toda obra prima é um processo em
1690 construção e pode e deve ser aperfeiçoado, e ao invés de deixar aberto para daqui a dois anos
1691 anteciparíamos para seis meses o que em grande parte contempla o desejo de algumas regiões, de
1692 alguns movimentos sociais, de algumas áreas que querem conservar mais. Até porque eu garanto
1693 que nesses seis meses nada será destruído, nenhuma área importante mencionada aqui será
1694 destruída nem nesses seis meses, nem nos meses subsequentes. Em vista dessas minhas
1695 considerações eu gostaria que o conselheiro que pediu vistas se pronunciasse quer no sentido da
1696 manutenção legítima da sua propositura, quer no sentido de aceitar uma sugestão intermediária que
1697 entendo eu em parte contempla o anseio; até porque dificilmente todos os pontos levantados seriam
1698 resolvidos no prazo que o Brasil exige para essa definição cujo limite máximo eu já defini qual é
1699 na prerrogativa de presidente do conselho que é o dia 15 de abril quarta-feira. **Sr. Vicente Andreu**
1700 **Guillo (Secretário Executivo do CNRH).** Por favor, Conselheiro. **Conselheiro João Clímaco**

1701 **Soares de Mendonça (ONG).** Mais uma vez Ministro e senhor Secretário eu agradeço o espírito
1702 democrático que reúne essa reunião, mas entendi como muito positivo a proposta que o senhor fez
1703 aqui e acho que a gente pode fazer a coisa de maneira mais... Aglutinar muito mais as duas
1704 propostas. Não tem problema nenhum para nós conseguirmos reunir um grupo de técnicos que
1705 estão à disposição dos movimentos sociais lá na região e conseguirmos até o dia 15 de abril junto
1706 com os técnicos da ANA e todos os setores interessados montarmos uma proposta que contemple o
1707 que o senhor falou na segunda fase. Quer dizer, eu vejo a segunda fase como positiva, mas dado o
1708 espírito ansioso da região, eu acho que nós poderemos contemplar a segunda dentro da primeira.
1709 De modo que no dia 15 de abril nós deixemos, conseguimos flexibilizar os princípios que o senhor
1710 tão bem flexibiliza na segunda proposta, e consigamos fazer o plano que é necessário, é
1711 importante, contemplando os princípios que a gente fala. Eu queria aproveitar para dar um sentido
1712 de formalidade e legitimidade ao nosso pleito, passar a comunicação que eu recebi para ser
1713 incorporada aos anais dessa plenária justificando a nossa posição. Então entendemos que no dia 15
1714 de abril poderemos somar com os técnicos de todos os setores envolvidos interessados em
1715 contribuir. Nós temos um convênio agora com o CONFEA, Conselho Federal de Engenharia que é
1716 exatamente para conseguir os técnicos para agregar os técnicos interessados no tema que estão
1717 apoiando os movimentos sociais. **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH).**
1718 Muito obrigado Conselheiro João Clímaco. Eu só queria alertar, uma vez que está mantido seu
1719 pedido de vista, de que o pleito de que haja uma reunião dos técnicos com as organizações, esse
1720 pleito não existe. Evidentemente cabe ao Conselho suprir as informações necessárias para os
1721 representantes que assim desejarem informações necessárias ao pleito. Agora, nós não colocaremos
1722 o plano em discussão exclusivamente com uma representação do conselho. O Conselheiro Imbiriba
1723 tem insistentemente pedido a palavra. Eu vou conceder a palavra e logo em seguida vamos fazer o
1724 encaminhamento com relação a essa questão. **Conselheiro Manoel Imbiriba Júnior (CERH/PA).**
1725 São duas coisas. Primeiro é a questão regimental, e a gente não quer aqui no conselho nacional que
1726 se repita o CONAMA, portanto, a gente deve discutir com a CTIL ou câmara técnica competente
1727 para discutir a questão de vista de processo. O CONAMA insistentemente a pauta tem caído, são
1728 dois dias, mobiliza o maior conselho democrático e a gente vê vista do processo por um processo
1729 que tem dois anos de discussão no caso especificamente, aí eu estou defendendo sim
1730 corporativamente a questão do meu estado, do meu conselho. Isso qualquer conselheiro tem
1731 direito, o Ministro já falou como Presidente e utilizou muito esse recurso, mas nós vamos ter que
1732 discutir também agora no Conselho Nacional como vai proceder a esse pedido de vista, nem que a
1733 gente tenha que modificar o regimento, ou se o conselho se posiciona porque é complicado. Quero
1734 dizer que no caso das representações da sociedade civil o nosso estado ela é respeitada muito mais
1735 além. O nosso conselho hídrico vai ser inclusive paritário, 1/3, 1/3 e 1/3 porque a gente acha que a
1736 representação é muito aquém da necessidade de fazer da sociedade civil. Agora, outra coisa: a
1737 gente quer solicitar a quem pede vista no caso o Conselho Estadual que pela questão de méritos
1738 submeta essa discussão, esse documento com o conjunto de entidades que estão de fato assinando
1739 para que a gente possa analisar no conselho e eu enquanto conselheiro e membro do conselho
1740 estadual possa estar prestando conta da nossa atividade aqui dentro, lá dentro do conselho estadual
1741 porque isso para a gente é passivo. Isso não é nenhuma atitude policialesca, na realidade é a
1742 necessidade até para acompanhar e verificar e quando há possibilidade de chamar essas instituições
1743 para que elas venham fazer parte das discussões, qualquer que seja a discussão e o mérito dela no
1744 nosso estado e dentro da bacia. Não quero fazer aqui nenhuma discussão em relação à questão de
1745 comitê de bacia, porque esse é um processo que eu acho que o próprio Conselho Nacional vai dar
1746 cabo ao longo da sua existência na importância... **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário**
1747 **Executivo do CNRH).** Muito obrigado Conselheiro Imbiriba. Eu queria dando encaminhamento
1748 final a essa proposta mencionar o seguinte: das diversas falas agradecendo o posicionamento dos
1749 conselheiros sobre os temas mais gerais, específicos e também o posicionamento, elogio geral à
1750 elaboração e consistência desse plano, nós entendemos que foram feitas duas contribuições Lotufo

1751 que eu queria ver, elas não entram no mérito do plano, mas seria importante registrar para a
1752 próxima reunião. Primeiro a do setor de mineração no sentido de que ele não seja classificado
1753 como um problema, mas assim como outras atividades econômicas que geram impacto. A segunda
1754 é outra contribuição também do Conselheiro Cisino no sentido de que haja algum apontamento
1755 com relação à questão das tecnologias de irrigação, porque elas respeitam também a geografia, a
1756 cultura e questões de utilização de recursos hídricos em cada região. Então são contribuições que
1757 elas nem entrariam no mérito porque elas se ajustam ao plano. Ficam já registradas duas emendas
1758 que eu não posso colocá-las em votação, mas registrar a existência de duas emendas, essas sim
1759 emendas ao plano. A primeira no parágrafo 1º do artigo 2º que propõe que seja cumprido a cada
1760 um ano, apresentado pelo Conselheiro Hugo. Então manter esse registro para a próxima reunião, e
1761 no parágrafo 2º que ele será revisado sempre que necessário, ou justifique, um adendo que eu estou
1762 sugerindo a redação que é: “ocorrendo à primeira revisão no prazo máximo de 6 meses da sua”...
1763 (Intervenção fora do microfone). Retirou? Está retirado. **Ministro Carlos Minc Baumfeld**
1764 **(Presidente do CNRH)**. Em vista da manutenção do pedido de vista eu retiro essa proposta e
1765 passa a ser um ano, a reunião passa a ser dia 14 porque dia 15 tem uma reunião do CONAMA. **Sr.**
1766 **Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH)**. Então em relação a esse tema... Por
1767 favor, Conselheiro Dalto. (Intervenção fora do microfone). Então fica também como registro para
1768 discussão. Na verdade aqui eu tinha colocado um problema da natureza desse conceito estratégico
1769 plano/bacia. O plano de bacia e aí vocês tem até um conhecimento maior do que o meu, mas um
1770 plano de bacia ele pode ser aprovado pelo comitê que nesse caso inexistente e ele pode ser aprovado
1771 também pelos conselhos estaduais de recursos hídricos. Então não é exclusividade do comitê a
1772 aprovação do plano de bacia, então estrategicamente eventualmente um plano de bacia pode ser
1773 aprovado a partir dos conselhos estaduais que foram envolvidos. Não há uma deliberação dos
1774 conselhos, mas os quatro conselhos estaduais foram envolvidos como aqui atestou também o
1775 Conselheiro Imbiriba eles foram envolvidos na elaboração do seu plano. Então essa questão da
1776 natureza de como aprovação eu queria mencionar à Conselheira Tereza Cristina não fica
1777 condicionada a existência do comitê, isso já está definido na Lei de Águas que você pode ter a
1778 aprovação dos planos de bacias pelos conselhos estaduais aos quais este plano está vinculado.
1779 Portanto, dado o pedido de vista, a manutenção do pedido de vista, esse ponto está suspenso. À
1780 mesa cabe oferecer ao Conselheiro um tempo de análise, por favor, Marley você quer me ajudar
1781 nisso se eu cometer algum engano. A mesa deve oferecer ao Conselheiro João Clímaco um prazo
1782 para análise e apresentação por escrito, além do que o pedido foi feito oral, mas a apresentação
1783 depois por escrito das suas emendas e contribuições ao plano, e dado esse posicionamento que
1784 seguirá ao final da reunião de que já está convocada, mas isso será formalizado, a próxima reunião
1785 extraordinária para o dia 14 de abril, então a mesa oferece ao Conselheiro João Clímaco até o dia
1786 13 para apresentação dos seus... (Intervenção fora do microfone). Pois não? **Conselheiro Márley**
1787 **Caetano de Mendonça. (MMA/SRHU)**. Senhor Secretário, em razão da marcação da reunião
1788 para o dia 14 nós temos que oficializar a convocação até o dia 30 de março. **Sr. Vicente Andreu**
1789 **Guillo (Secretário Executivo do CNRH)**. Será feito. **Conselheiro Márley Caetano de**
1790 **Mendonça. (MMA/SRHU)**. E o parecer do Conselheiro tem que ser encaminhado até o dia 30 de
1791 março porque ele tem que ir juntamente com a convocação. **Sr. Vicente Andreu Guillo.**
1792 **(Secretário Executivo do CNRH)**. Então João Clímaco você tem um bom fim de semana, você
1793 tem até o dia 30 de março, então dadas essas condições regimentais, assim como o regimento
1794 assegura essas condições aqui já manifestadas pelo nosso Ministro, é um direito legítimo, isso não
1795 entra em discussão. Oportunamente essas questões serão revistas no conjunto das revisões
1796 necessárias para o regimento, mas como determina o regimento o Conselheiro tem até o dia 30
1797 para apresentação das suas considerações a respeito do Plano Nacional. **Conselheiro Márley**
1798 **Caetano de Mendonça. (MMA/SRHU)**. Secretário nós temos que fazer um alerta. Tem inclusive
1799 um horário, porque a convocação sai logo após o almoço, então até o final da manhã nós temos que
1800 estar recebendo o parecer, porque se mandar às 6 horas da tarde, nós não teremos como enviar. **Sr.**

1801 **Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH)**. Está bem. Então, por favor, João
1802 Clímaco, essas questões obviamente vão gerando ações em cadeia no sentido da observância estrita
1803 do regimento. Então até 14h do dia 30 para apresentação das suas considerações para
1804 encaminhamento aos demais membros do conselho. Em razão o ponto está suspenso. Fica o
1805 registro. Eu queria só resgatar as palavras do último conselheiro que se manifestou Conselheiro
1806 Hernani. Eu acho que ele expressou muito bem, muito embora com uma visão do seu segmento,
1807 mas ele expressou muito bem a sensação manifestada aqui também por vários conselheiros de que
1808 se não hoje é um dia de festa, mas a aprovação desse plano sem dúvida nenhuma representará um
1809 dia de festa para o sistema de recursos hídricos. Passo a palavra ao Ministro. **Ministro Carlos**
1810 **Minc Baumfeld (Presidente do CNRH)**. Eu tenho que me ausentar para outros compromissos,
1811 além da reunião com o Zoneamento Econômico Ecológico de manhã e agora com o Conselho
1812 Nacional de Recursos Hídricos, ainda tenho mais algumas outras três ou quatro missões para
1813 desempenhar. Uma delas é equacionar a questão do solar térmico no PAC da habitação e algumas
1814 outras questões ligadas à conclusão que nós fizemos ontem do licenciamento da transnordestina,
1815 uma ferrovia fundamental para o Nordeste. É outra que há dois anos estava empacada e nós
1816 conseguimos desempacar, então essas são algumas das coisas que eu tenho que cuidar agora. Eu
1817 queria dizer para todos para também não gerar nenhum anticlímax com essa questão que surgiu
1818 aqui ao fim que isso é natural, por exemplo, na reunião anterior do CONAMA foram levantadas
1819 algumas questões muito importantes. Uma sobre aquicultura, simplificar o licenciamento da
1820 aquicultura, foi discutido e foi pedido vista e será votado agora no dia 15 na reunião do CONAMA.
1821 Outra fundamental que é o Zoneamento Econômico Ecológico do Pará, da 163 e da
1822 Transamazônica, zoneamento de alto nível, excelente, foi pedido vista também por um conselheiro
1823 do CONAMA e embora isso tenha causado realmente algum problema no Pará eu quero dizer que
1824 isso vai ser votado e aprovado porque há amplo consenso na reunião do CONAMA do dia 15,
1825 assim como dois pontos novos vão ser levados a essa reunião do CONAMA. Um deles é que
1826 garante a realização da vistoria veicular em todos os estados. Isso é bom para a questão da
1827 segurança veicular e da emissão veicular, atualmente apenas um estado faz isso, por acaso é o Rio
1828 de Janeiro por causa de uma lei estadual minha de 12 anos, e isso será feito por todos os estados,
1829 vai ser já uma determinação do Plano Nacional de Mudanças Climáticas. Então assim como as
1830 questões são apresentadas, debatidas, se busca um amplo consenso nesse caso entendo eu que se
1831 obtive um amplo consenso porque de todas as pessoas que entrevistaram dos mais diversos setores
1832 houve um dos conselheiros que legitimamente apresentou a sua questão. Isso daí eu acho que nos
1833 dá... E algumas emendas pertinentes, pontuais que poderiam eventualmente ter sido aprovadas até
1834 hoje mesmo, mas isso nos dá uma ampla segurança que no dia 14 esse plano estratégico será
1835 aprovado e será um marco para o país. Assim como no dia seguinte, no dia 15 aprovaremos no
1836 CONAMA a aquicultura, o novo sistema de licenciamento para habitação popular em 30 dias para
1837 garantir que esse PAC da habitação saia do papel, garantindo moradia digna e menos agressão aos
1838 rios, as encostas, ao meio ambiente. E eu vejo que assim caminha a humanidade. Importante no
1839 caso não são os 15 dias. O importante é o processo, a qualidade dele, a forma de consulta e como
1840 setores tão diferentes como agricultura, mineração, hidrovia, saneamento se sentiram
1841 contemplados, se sentiram reconhecidos no trabalho dessa qualidade apresentado pela ANA. Então
1842 até dia 14 para escrever mais um capítulo do avanço do Brasil na gestão e preservação dos seus
1843 recursos hídricos. Saudações ecológicas. Bom trabalho e até a próxima. **Sr. Vicente Andreu**
1844 **Guillo (Secretário Executivo do CNRH)**. Por favor, só um minuto. Só um encaminhamento. Eu
1845 queria agradecer ao Lotufo, queria agradecer ao Sidnei Agra que em férias esteve aqui conosco
1846 para fazer o encaminhamento da matéria. E a sugestão é que a gente tenha uma hora de almoço.
1847 São 1h15min, nós retomaremos às 2h15min com uma pequena flexibilidade aí até 2h30min. Então
1848 o retorno, o início da reunião às 2h30min. Muito obrigado. Quem tiver dúvida a Raquel pode dizer
1849 quais são os restaurantes aqui próximos para aqueles que desejaram almoçar aqui próximo. -
1850 **Tarde - Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH)**. Passamos um pouco

1851 aquele horário previsto de 14h30min para reinício da reunião, são 15h. Visivelmente a frequência
1852 em plenário ficou reduzida por conta da chuva. Fui convidar algumas pessoas para almoçar aqui
1853 em volta, todas foram, exceto as mulheres que são sempre prevenidas, estou vendo aqui a Rosa
1854 Mancini guardando seu guarda-chuva, todo o restante todo mundo tomou chuva nesse retorno aqui
1855 para a reunião. Eu acho que a gente poderia dar início à reunião, dar continuidade à reunião. Eu li,
1856 agora só falta achar onde que a ausência do comitê pode ser aprovada pelo Conselho e está aqui
1857 uma polêmica onde foi que eu li. Mas eu vou achar onde foi que eu li e vou trazer aqui sobre essa
1858 questão, mas felizmente ela está superada por conta dos desdobramentos aqui da reunião, mas até a
1859 próxima daqui a quinze dias eu tenho que justificar aquela minha fala sobre os conselhos estaduais
1860 e o plano de bacia. (Intervenção fora do microfone) O Rodrigo eu já o vi. Ele está ali no cantinho
1861 fazendo umas contas, quanto ele gastou lá em Istambul. A pauta... Então Marley eu não vou
1862 formalizar o pedido de quórum porque eu acho que algumas pessoas ainda vão chegar. O quorum
1863 era um quorum bastante largo, então vamos dar início à reunião e depois a gente no andamento
1864 dela a gente restabelece eventualmente a necessidade de verificar o quorum. Alguma observação
1865 Marley antes de dar reinício? Não? (Intervenção fora do microfone). Mas isso você ajusta na hora
1866 de eu fazer o encaminhamento. Então agora nós temos o item 3.1 da ordem do dia que é
1867 deliberação sobre proposta de resolução que aprova o detalhamento operativo dos programas VIII,
1868 X, XI, e XII do Plano Nacional de Recursos Hídricos encaminhada pela câmara técnica do plano
1869 nacional de recursos hídricos. Aqui diz assim: explicar que sobre essa matéria foram apresentados
1870 pedidos de vista a esses programas na última reunião e que eles foram regimentalmente
1871 concedidos. Tem uma proposta de encaminhamento para avaliação desses programas que é assim,
1872 como a resolução é uma resolução única a idéia então é apresentar programa por programa
1873 inicialmente, os pedidos de vista serão apresentados aqui em plenário, serão apresentados na tela, é
1874 isso Raquel? Será apresentado na tela o detalhamento do programa contendo as proposições em
1875 destaque; os autores dessas emendas farão a sua apresentação, verificaremos se há alguma emenda
1876 adicional a cada um desses programas como é uma prerrogativa dos conselheiros e depois faremos
1877 a votação do texto. Primeiro uma aprovação do texto e depois a votação das emendas, então vejam,
1878 regimentalmente eu acho que esse é o detalhe mais importante, nós vamos encaminhar a votação
1879 do texto sem prejuízo das emendas e depois a gente faz a votação de cada uma das emendas sejam
1880 oriundas do pedido de vista seja alguma que venha a acontecer aqui no plenário. Está claro isso?
1881 Pois não Hugo? (Intervenção fora do microfone). Pois não, se você puder fazê-la ao plenário.
1882 **Conselheiro Carlos Hugo Suarez Sampaio (MJ).** Senhor Secretário é uma questão de
1883 esclarecimento com relação à aprovação da ata, eu fiquei em dúvida de exatamente qual é a ata que
1884 a gente aprovou e o que ficou em anexo. **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do**
1885 **CNRH).** O que nós aprovamos são os pontos da ata. Na verdade nós temos a ata em duas partes, é
1886 parte integrante da ata a transcrição literal, mas nós aprovamos a parte sintética, a transcrição
1887 literal é a transcrição literal, não tem... **Conselheiro Carlos Hugo Suarez Sampaio (MJ).** Eu sei,
1888 a transcrição literal ficou como anexo e a gente aprovou o resumo da ata. **Sr. Vicente Andreu**
1889 **Guillo (Secretário Executivo do CNRH).** Isso. **Conselheiro Carlos Hugo Suarez Sampaio**
1890 **(MJ).** Eu sei, mas é porque o que a gente recebeu está escrito como anexo... **Sr. Vicente Andreu**
1891 **Guillo (Secretário Executivo do CNRH).** Na verdade houve uma inversão. **Conselheiro Carlos**
1892 **Hugo Suarez Sampaio (Ministério da Justiça).** Está legal. **Sr. Vicente Andreu Guillo**
1893 **(Secretário Executivo do CNRH).** E isso atende até... Nós tivemos uma conversa preliminar,
1894 atende até mesmo a preocupação do conselheiro de que a ata é o resumo, é o conjunto das
1895 deliberações tomadas em plenário, à transcrição das falas elas entram como um anexo para aquele
1896 conteúdo, e no primeiro encaminhamento deu-se o entendimento de que ata era a transcrição
1897 literal. Então isso está superado na contribuição que você apresentou e que também foi corrigido
1898 aqui. Tudo bem? Então só retomando nós vamos fazer programa a programa, tem apresentação do
1899 programa com os destaques de cada um deles, o autor da emenda tem um tempo para apresentar,
1900 aquele que solicitou vista tem um tempo para apresentar sua emenda, volta ao plenário, o plenário

1901 tem ou não emendas complementares a cada um desses planos e depois nós fazemos o
1902 encaminhamento da votação. A votação aprova-se ou não, mas o conjunto inteiro da proposta
1903 original e depois se vota a emenda contra o texto caso isso venha a ser necessário. Tudo bem? É
1904 isso? Fiz certinho Marley? Então o primeiro, o Programa XIII - Programa Nacional de Águas
1905 Subterrâneas, parecer do representante do Ministério das Relações Exteriores, Conselheiro
1906 Fernando Coimbra que não está aqui no momento ainda e também do representante das
1907 organizações civis de recursos hídricos. Fica com o microfone aqui e aí você não precisa passar e
1908 já vai falando com o plenário, por favor, Marley. **Conselheiro Márley Caetano de Mendonça**
1909 **(MMA/SRHU)**. É que a conselheira suplente do MRE está presente, não é isso? Maitê?
1910 Conselheira Maitê. **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH)**. A Conselheira
1911 Maitê terá até dez minutos para sua apresentação. Foram dois pedidos de vista em relação a esse
1912 tema. O segundo é do Conselheiro João Clímaco são pareceres distintos. Em outro programa
1913 também houve mais de um pedido de vista, mas houve um parecer conjunto, nesse caso há dois
1914 pareceres. Por favor, Maitê, por até 10 minutos. **Conselheira Maitê de Souza Schmitz (MRE)**.
1915 Obrigada. Acredito que será mais rápido do que isso. Prezado secretário, prezados conselheiros,
1916 boa tarde meu nome é Maitê Schmitz, eu sou conselheira suplente do Ministério das Relações
1917 Exteriores e inicialmente eu gostaria de transmitir as desculpas do Ministro Fernando Coimbra que
1918 é o Conselheiro titular que não pode permanecer na reunião agora no turno da tarde porque ele está
1919 coordenando outra reunião no Ministério das Relações Exteriores exatamente nesse momento.
1920 Então em nome dele eu gostaria de apresentar algumas propostas do Ministério. Inicialmente em
1921 nome dele gostaria de parabenizar pelo excelente trabalho de detalhamento de todos os programas,
1922 dos programas VIII, X, XI e XII do Plano Nacional de Recursos Hídricos, e os pequenos ajustes
1923 sugeridos no parecer do Ministério das Relações Exteriores são referentes aos programas VIII e X.
1924 Eu não vou entrar em detalhes, então eu vou tratar dos dois em um só porque foi feito um parecer
1925 apenas, e é basicamente a mesma justificativa. Os ajustes eles visam somente aproximar a
1926 linguagem do detalhamento operativo dos programas à linguagem de teor dos documentos
1927 internacionais sobre recursos hídricos, sobretudo recursos hídricos fronteiriços e transfronteiriços.
1928 Eu imagino que todos já tenham recebido as propostas de emenda do Itamaraty e as respectivas
1929 justificativas, todas contidas no parecer. Então por isso a fim de não tomar muito tempo da reunião
1930 eu não vou entrar em detalhes sobre cada uma das propostas. Apenas a idéia é de que no plano
1931 internacional um dos princípios básicos aplicável, um dos princípios mais relevantes ao tema dos
1932 recursos hídricos é a soberania dos estados sobre os recursos naturais presentes em seu território.
1933 Então a idéia de ajustes que a gente colocou no texto eles visam em geral refletir esse princípio da
1934 soberania dos estados sobre os seus recursos naturais que está consolidado em inúmeros
1935 documentos. Por fim eu gostaria apenas de me colocar à disposição para eventuais esclarecimentos
1936 que se fizerem necessários com relação às sugestões apresentadas pelo Itamaraty que vão aparecer
1937 na tela dentro em breve. Muito obrigada e mais uma vez parabéns pelo excelente trabalho. **Sr.**
1938 **Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH)**. Muito obrigado Maitê. Há
1939 necessidade de leitura de alteração por alteração? Vou fazer a leitura de uma delas só para mostrar
1940 o sentido, esse espírito aqui refletido. A substituição de: o Brasil conta com um projeto de
1941 abrangência transfronteiriça que contempla o estudo de águas subterrâneas. Trata-se do projeto de
1942 proteção ambiental e desenvolvimento sustentável do sistema aquífero guarani que prevê a
1943 ampliação do conhecimento, bem como a construção de um futuro marco comum institucional
1944 legal e técnico de gerenciamento e preservação do sistema aquífero guarani para as legislações
1945 presentes e futuras, nos quatro países Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. No texto sugerido: o
1946 Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai participam do projeto de proteção ambiental e
1947 desenvolvimento sustentável do sistema aquífero guarani com vistas a avançar no conhecimento
1948 sobre o tema. O projeto, até atualiza, encerrou suas atividades no dia 31 de janeiro de 2009 e
1949 produziu como resultado final o Programa Estratégico de Ações, o PEA, contendo descrição dos
1950 projetos pilotos realizados, conclusões quanto às características do SAG e sugestões para o futuro

1951 da cooperação entre os países. Então esse é o espírito que norteou essas contribuições apresentadas
1952 pelo Ministério das Relações Exteriores, pelo Itamaraty. Também foi pedido... Por favor, Maitê,
1953 você nos acompanha aqui durante a votação de cada um desses pontos? Também foi pedido vista
1954 pelo Conselheiro João Clímaco, conselheiro das ONGs. O conselheiro eu não o vi em plenário
1955 ainda. Tem quem possa fazer... João Bosco? João Bosco em nome de João Clímaco. (Intervenção
1956 fora do microfone) Vai para o currículo dele. Em nome de João Clímaco. **Conselheiro João Bosco**
1957 **Senra (MMA/SRHU)**. Não em nome do Conselheiro João Clímaco porque não estou autorizado
1958 para isso, mas apenas porque nós tivemos o cuidado de analisar com a equipe técnica da nossa da
1959 secretaria. Ele propõe acrescentar esse item, um diagnóstico dos sistemas de informações,
1960 implantado, articulado com outras bases de dados da gestão de recursos hídricos, e aquele outro
1961 ponto, nos indicadores de monitoramento incluir número de pontos detectados não cadastrados ou
1962 não absorvidos por iniciativa de gestão e monitoramento. A avaliação da equipe técnica é que são
1963 questões que não teria problema. Entendemos que as sugestões do MRE todas foram muito
1964 importantes do ponto de vista de contribuir e melhorar inclusive a própria redação, então a nossa
1965 posição seria pela incorporação das emendas do MRE e do João Clímaco. **Sr. Vicente Andreu**
1966 **Guillo (Secretário Executivo do CNRH)**. Muito obrigado João Clímaco, quer dizer, João Bosco.
1967 Só brincadeira. Eu na presença do Ministro eu não falei para o João Clímaco que eu joguei
1968 muito futebol lá. Mas, por favor, Hugo. (Intervenção fora do microfone). Está ao vivo, ele está
1969 assistindo. **Conselheiro Carlos Hugo Suarez Sampaio (MJ)**. Eu só pediria para a gente unificar a
1970 redação ali porque todos os outros são verbos, inserir e etc., e de repente realizar um diagnóstico
1971 ou uma coisa assim. Naquele outro. **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do**
1972 **CNRH)**. O tempo verbal disso é gerúndio? É isso, está certo? Se me lembro bem? Não? Qual é?
1973 (Intervenção fora do microfone). Infinitivo. Feitas essas observações colocamos em apreciação e
1974 discussão em plenário. Se algum conselheiro tem alguma emenda em relação ao Programa VIII -
1975 Programa Nacional de Águas Subterrâneas? Em não havendo vamos encaminhar à votação
1976 inicialmente só para cumprir a formalidade. Inicialmente do programa e na sequência disso as
1977 emendas que foram apresentadas através do parecer do Conselheiro João Clímaco e do Conselheiro
1978 Fernando Coimbra. Então conselheiros e as conselheiras que aprovam o plano VIII sem prejuízo da
1979 votação das emendas, por favor, levantem seus crachás. Muito obrigado. Aqueles que são
1980 contrários? O Braga perdeu o crachá dele. Aqueles que são contrários? Abstenções? Então
1981 aprovado por unanimidade. Encaminho então à votação das emendas apresentadas pelo
1982 Conselheiro Fernando Coimbra. Os conselheiros que são favoráveis, por favor, levantem o crachá.
1983 Muito obrigado. Os contrários? Abstenções? Então o programa contempla as contribuições do
1984 Conselheiro Fernando Coimbra. Em votação as contribuições do Conselheiro João Clímaco.
1985 Conselheiras e conselheiros que são favoráveis, por favor, levantar o crachá. Muito obrigado.
1986 Contrários? Abstenções? Com registros de duas abstenções em relação às inclusões apresentadas
1987 pelo Conselheiro João Clímaco os dois itens estão aprovados. Então agradeço a presença.
1988 (Intervenção fora do microfone). Ela permanece porque é o seguinte, você já apresentou junto, por
1989 favor, continue conosco Maitê. Então o Programa VIII, Programa Nacional de Águas Subterrâneas
1990 a matéria está aprovada. Em relação ao item 3.1.2 da ordem do dia, o programa X – Programa de
1991 Gestão Ambiental de Recursos Hídricos na Região Amazônica. Então nós vamos apreciar o
1992 parecer do representante do Ministério das Relações Exteriores, Conselheiro Fernando Coimbra
1993 aqui representado pela sua suplente a Maitê, e ele teria então um tempo de 10 minutos para fazer a
1994 sua apresentação. Entendo que já foi feita no item anterior. Coloco a matéria em discussão. João
1995 Bosco em seu nome próprio? **Conselheiro João Bosco Senra (MMA/SRHU)**. Eu só queria
1996 encaminhar favoravelmente tanto o programa quanto a emenda proposta pelo Ministério das
1997 Relações Exteriores que vem também nesse sentido de aperfeiçoar a redação adequando aos termos
1998 de gestão de recursos hídricos fronteiriços e transfronteiriços. **Sr. Vicente Andreu Guillo**
1999 **(Secretário Executivo do CNRH)**. Mais alguma manifestação de conselheiros do plenário? Então
2000 em regime de votação: os conselheiros e as conselheiras que aprovam o Programa X de Gestão

2001 Ambiental de Recursos Hídricos na Região Amazônica, por favor, levantem os seus crachás. Muito
2002 obrigado. Contrários? Contrário um? Contrários nenhum. Abstenções, por favor. Uma abstenção.
2003 Então registre aprovação com uma abstenção. Agora em votação as contribuições apresentadas
2004 pelo Ministério de Relações Exteriores em regime de votação. Conselheiras e conselheiros que são
2005 favoráveis às contribuições apresentadas, por favor, levantem o crachá. Muito obrigado. Aqueles
2006 que são contrários? Abstenções? Então aprovado por unanimidade as contribuições apresentadas
2007 pelo MRE. Muito obrigado, a matéria está aprovada. Item 3.1.3 da ordem do dia, Programa XI –
2008 Programa de Conservação de Águas no Pantanal em especial em suas áreas úmidas. Parecer do
2009 representante dos conselhos estaduais de recursos hídricos do Mato Grosso do Paraná, Conselheiro
2010 Luís Henrique Magalhães Noquelli, no que ele terá então dez minutos para sua apresentação.
2011 **Conselheiro Luis Henrique Magalhães Noquelli (CERH/MG)**. Boa tarde a todos, Marley,
2012 Secretário. A justificativa de nós termos solicitado vista em relação a esse programa foi ao término
2013 já agora do Plano Estadual de Recursos Hídricos do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul; com
2014 isso nós conseguimos reunir através da parceria do Ministério do Meio Ambiente, o Estado do
2015 Paraná, o Estado do Mato Grosso do Sul, a Agência Nacional de Águas e o Ministério do Meio
2016 Ambiente e discutimos toda a proposta. Então na realidade nós só fizemos algumas
2017 complementações, não houve mudança do texto. Nós melhor detalhamos esse programa. Na
2018 introdução nós mudamos, colocamos que não estava complementando o Plano Estadual do Mato
2019 Grosso e do Mato Grosso do Sul, os objetivos específicos eles foram melhor detalhados; as ações
2020 previstas houve um detalhamento completo bem mais aprofundado e dividimos em três
2021 componentes dentro das ações previstas; área de abrangência e beneficiários também nós
2022 substituímos pantanal mato-grossense pela bacia do Alto Paraguai, e preços e fontes de recursos
2023 um melhor detalhamento, e o cronograma físico/financeiro nós incluímos porque até então não
2024 tinha. Então assim, mudança substancial não ocorreu, ocorreu um melhor detalhamento do
2025 programa. **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH)**. Muito bem Luis fique
2026 conosco aqui durante a votação. Matéria em discussão. João Bosco. **Conselheiro João Bosco**
2027 **Senra (MMA/SRHU)**. Eu queria encaminhar também a votação a favor do programa e das
2028 emendas aqui apresentadas. Queria dizer que foi um exercício muito importante e interessante
2029 coordenado pelo Noquelli que possibilitou uma reunião do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul,
2030 Agência Nacional de Águas com todo o programa do (inaudível) pantanal que desenvolveu. O
2031 programa pantanal que temos na Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério e pode integrar
2032 todas essas ações já em curso existentes aliado aos dois planos estaduais que se estão encerrando
2033 agora, estão já em pauta para serem votados nos conselhos estaduais de recursos hídricos. Então
2034 queria parabenizar e pedir a votação de todos favoravelmente ao programa e as emendas propostas
2035 aqui pelo Conselheiro Luís Noquelli. **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do**
2036 **CNRH)**. Muito obrigado João Bosco. Mais alguma manifestação do plenário? Em regime de
2037 votação. Coloco em votação o programa XI - Programa de Conservação das águas do Pantanal em
2038 especial nas suas áreas úmidas. Conselheiros e conselheiras que são favoráveis, por favor,
2039 levantem os seus crachás. Muito obrigado, podem abaixar. Os que são contrários? Abstenções?
2040 Aprovado então o Programa por unanimidade. Encaminho então em votação, em regime de
2041 votação as contribuições do Conselheiro Luis Henrique Magalhães Noquelli. Conselheiros e
2042 conselheiras que são favoráveis, por favor, levantem os seus crachás. Muito obrigado, pode
2043 abaixar. Aqueles que são contrários? José Machado está votando contra? Só uma brincadeira José
2044 Machado. Só uma brincadeira com o nosso presidente da Agência Nacional de Águas. Nenhum
2045 voto contrário. Abstenções? Então, portanto, aprovado o Programa XI - Programa de Conservação
2046 de Águas no Pantanal. Muito obrigado Luis. Em discussão o item 3.1.4 da ordem do dia, que é o
2047 Programa XII - Programa de Gestão Sustentável de Recursos Hídricos e Convivência com o Semi-
2048 Árido Brasileiro. Foram feitos dois pedidos de vista. O primeiro do representante dos Conselhos
2049 Estaduais de Recursos Hídricos da Bahia e Ceará, Conselheiro Julio Rocha que não se encontra
2050 aqui conosco, e do representante do Ministério da Integração, Conselheiro Rosalvo de Oliveira

2051 Júnior. Então o Conselheiro Julio comunicou que haveria uma única apresentação das propostas
2052 feita pelo Conselheiro Rosalvo de Oliveira Júnior, por favor, em até dez minutos. **Conselheiro**
2053 **Rosalvo de Oliveira Júnior (MI)**. As emendas feitas elas são produtos de um trabalho interno do
2054 Ministério da Integração, eu e o José Luís, é um trabalho junto com a equipe do Estado da Bahia e
2055 também um trabalho feito com a equipe do Estado de Alagoas que na realidade também a Dra. Ana
2056 Catarina tinha feito pedido de vista, e as emendas que nós apresentamos eu tinha enviado dois
2057 textos e acabou sendo no malote e todo mundo recebeu as emendas analisadas e não... (Intervenção
2058 fora do microfone). Pois é. Não. É outro. E as emendas consistiram basicamente senhor presidente
2059 e demais conselheiros e conselheiras em incluir a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São
2060 Francisco e Parnaíba – CODEVASF e está lá no final, o DNOCS e a Secretaria de Infra-Estrutura
2061 do Ministério da Integração que é a secretaria responsável por esses três órgãos que são os órgãos
2062 do governo federal responsáveis por grande parte das obras de infra-estrutura no semi-árido
2063 brasileiro. E as outras emendas que a gente fez que está aí ao longo do texto foram emendas mais
2064 de redação do que de conteúdo. A única emenda que a gente entendeu de conteúdo é essa daí que a
2065 gente incluiu os três órgãos e teve o de acordo do Estado de Alagoas, do Estado da Bahia e do
2066 Ministério da Integração Nacional. Eu não sei se é necessário que a gente passe emenda por
2067 emenda de redação e aí eu acredito, eu até não sabia João, e eu acho que a equipe do João deve ter
2068 feito uma análise e é importante a gente escutar o que eles colocaram também e aí a gente responde
2069 ponto a ponto. **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH)**. Rosalvo fique aqui
2070 conosco. João Bosco, por favor. **Conselheiro João Bosco Senra (MMA/SRHU)**. Na verdade a
2071 construção das propostas também seguiu esse processo coletivo, três pessoas pediram vistas e
2072 conversaram entre si. Nós inclusive encaminhamos anteriormente um material porque chegaram
2073 individualmente às sugestões, e depois do processo da entrega dos documentos regimentalmente na
2074 Secretaria que encaminhamos a todos, o Conselheiro Rosalvo junto com o Conselheiro Julio e a
2075 Conselheira Ana consensaram uma proposta única. A nossa avaliação da nossa equipe técnica são
2076 emendas também que contribuem na redação e do ponto de vista da inclusão da CODEVASF, do
2077 DNOCS e etc., é perfeitamente correto incluí-la no processo de execução dessas ações previstas no
2078 programa regional. Não temos nada contra, então eu também encaminharia à votação, pediria o
2079 encaminhamento a favor do programa e das emendas aqui apresentadas pelos três conselheiros. **Sr.**
2080 **Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH)**. Muito obrigado Conselheiro. Em
2081 discussão. Inscrição do Conselheiro Lobato, por favor. **Conselheiro Francisco José Lobato da**
2082 **Costa (OTEP)**. Senhor Secretário, senhores conselheiros. Primeiro iniciaria que se for apenas
2083 uma falta de informação da minha parte, as minhas desculpas, mas a pergunta é a seguinte: a
2084 aprovação dos programas do plano nacional se refere única e exclusivamente a essas fichas
2085 resumo? Porque na aprovação do plano em janeiro de 2006 já havia uma primeira versão das fichas
2086 resumo, isso foi crescendo e foram sendo incorporadas outras observações e tal, mas houve um
2087 momento onde a articulação entre a Secretaria de Recursos Hídricos e a ANA definiu uma
2088 estratégia para o detalhamento do plano nacional. Nós elaboramos uma matriz de como isso
2089 deveria seguir à frente, de modo que ao fim e ao cabo uma ficha resumo terminasse na elaboração
2090 de um termo de referência que permitisse a contratação, por exemplo, de um estudo ou de uma
2091 consultoria especializada ou instrísse um edital de licitação com normas técnicas se isso
2092 significasse alguma intervenção física. Nós estamos em 2009, 3 anos depois da aprovação do plano
2093 nacional nós continuamos com fichas com meia dúzia de páginas, às vezes nem isso, eu acho que
2094 há uma diferença substantiva e muito grande desse conselho aprovar fichas resumo do plano
2095 nacional e sofrer o pedido de vista de um plano estratégico como o que nos foi apresentado hoje
2096 pela manhã. Então eu estou vendo que tem aí um descasamento entre o avanço que vimos hoje de
2097 manhã e a derrapagem e eventualmente incorporação de dois ou três parágrafos em fichas resumo
2098 de quatro páginas de programas do plano nacional. Então a pergunta é: como o plano nacional está
2099 sendo detalhado? E se aquela matriz que indicava pelo menos um termo de referência para
2100 contratar uma consultoria especializada se a gente tem avançado nesse sentido? Porque se o plano

2101 nacional for apenas fichas resumo dos programas é sinal que nós estamos em janeiro de 2006. **Sr.**
2102 **Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH).** Muito obrigado. Acabei de inscrever
2103 o Conselheiro João Bosco para dar uma resposta, por favor. Eu não tenho essa informação, o João
2104 Bosco vai nos ajudar a responder essas questões formuladas pelo Lobato. **Conselheiro João Bosco**
2105 **Senra (MMA/SRHU).** Eu até compreendo o Conselheiro Lobato porque nós discutimos isso
2106 muito no programa, mas essa discussão ela foi levada no âmbito da câmara técnica do plano pela
2107 equipe, pelo GTCE trabalhando em uma perspectiva porque efetivamente nessas regiões existem
2108 vários programas em execução, buscando atender a demanda que era efetiva de construir
2109 programas, avançar na implementação de políticas públicas efetivas nessa região; e a câmara
2110 técnica do plano definiu por aprovar esse programa nesse formato. Foi uma definição da câmara
2111 técnica e que na última reunião do Conselho Nacional de Recursos Hídricos a Agência Nacional de
2112 Águas, eu não sei se foi o Lotufo ou quem apresentou aqui, discutiu e o conselho aprovou estar
2113 trabalhando nessa perspectiva dentro de uma perspectiva em que você tem alguns programas
2114 estruturantes acontecendo nessas regiões como é o caso, por exemplo, do pantanal onde você tem
2115 programas estruturados nesse sentido. Então ela vem no sentido de fortalecer esses programas
2116 existentes e buscar investimentos nessa área como é o caso do Amazonas que você tem o projeto
2117 (inaudível) Amazonas, como é o caso do PROAGUA, por exemplo, que tem sido um programa de
2118 suporte as políticas do semi-árido brasileiro e agora em todo o país, o PROAGUA nacional. Então
2119 nessa perspectiva e nessa demanda apresentada da importância de uma articulação com os novos
2120 planejamentos é que foi encaminhado pelo GTCE à câmara técnica do plano nacional que aprovou
2121 esse formato e trouxe ao conselho nacional na reunião passada, inclusive foi extensamente
2122 discutido esse formato, a apresentação nessa perspectiva. Então as contribuições vieram em cima
2123 desse formato dos programas a partir da apresentação dessa demanda trazida. **Sr. Vicente Andreu**
2124 **Guillo (Secretário Executivo do CNRH).** Muito obrigado. Está inscrito também para falar sobre
2125 o tema o presidente da câmara técnica o Conselheiro Sidnei Agra. Por favor, Sidnei. **Sr. Sidnei**
2126 **Gusmão Agra (Presidente da CTPRNH).** Eu acho que é importante só para reforçar o que foi
2127 dito pelo João. Realmente à discussão no âmbito da câmara técnica a respeito desse formato para
2128 os quatro programas regionais verdadeiramente e entendendo que o programa de água subterrânea
2129 não é um programa regional é que: nessas quatro regiões consideradas estratégicas pelo plano
2130 nacional a proposta do GTCE, notadamente da ANA, era que nessas quatro regiões os programas
2131 regionais fossem o rebatimento dos oito programas anteriores sob a ótica dos projetos específicos
2132 que aconteciam em cada uma delas. De modo que se preferiu fazer seguindo a proposta do GTCE
2133 aprovada pela câmara técnica uma ficha mais simplificada para esses quatro programas, inclusive
2134 quando se comparava o detalhamento desses quatro últimos com os primeiros eu cheguei a
2135 mencionar na reunião passada que talvez nem devêssemos chamar detalhamento operativo porque
2136 são muito pouco operativas as minutas que a gente tem aqui porque na verdade elas querem
2137 possibilitar isso: uma articulação desses programas que existem com os órgãos estaduais e os
2138 conselhos estaduais de recursos hídricos para alavancar a gestão nessas áreas consideradas
2139 especiais no âmbito do plano nacional de recursos hídricos. Inclusive foi tamanha a polêmica a
2140 respeito do formato das fichas que todos os programas sofreram pedido de vista e estão voltando
2141 hoje para análise do conselho. Obrigado. **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do**
2142 **CNRH).** Sidnei, você vai voltar conosco, fique aqui porque você vai encaminhar depois o próximo
2143 ponto. Então isso foi no ponto de vista de alguma explicação, esclarecimentos ao que foi
2144 manifestado aqui pelo Conselheiro Francisco Lobato. Ainda a matéria está em apreciação. Alguma
2145 manifestação do plenário? Não havendo vamos colocar a matéria em regime de votação. Em
2146 votação a aprovação do Programa XII - Programa de Gestão Sustentável de Recursos Hídricos e
2147 Convivência com o Semi-Árido Brasileiro. Os conselheiros e as conselheiras que são favoráveis,
2148 por favor, levantem seus crachás. Muito obrigado, podem abaixar. Aqueles que são contrários?
2149 Abstenções? O programa então está aprovado. Agora em votação as contribuições apresentadas
2150 pelo Conselheiro Rosalvo e Julio Rocha. Em regime de votação. Os conselheiros e as conselheiras

2151 que aprovam as contribuições apresentadas, por favor, levantem os crachás. Muito obrigado,
2152 podem abaixar. Os que são contrários? Abstenções? Então está aprovado o Programa XII –
2153 Programa de Gestão Sustentável de Recursos Hídricos e Convivência com Semi-Árido Brasileiro.
2154 Muito obrigado ao Conselheiro Rosalvo. O item seguinte é que nós votamos ponto a ponto cada
2155 um dos programas, dos quatro programas, e agora há uma proposta de resolução. Essa proposta de
2156 resolução é que aprova o detalhamento operativo dos programas VIII, X, XI e XII do Plano
2157 Nacional de Recursos Hídricos. Ela foi encaminhada pela câmara técnica do plano nacional, e aí eu
2158 passo a palavra ao Sidnei Agra para encaminhar essa matéria. Por favor, Sidnei já o fez em parte,
2159 mas, por favor. **Sr. Sidnei Gusmão Agra (Presidente da CTPRNH).** A Resolução é muito
2160 simples e direta. Após aquele conjunto de considerandos que mencionam a aprovação do plano e a
2161 aprovação do primeiro detalhamento operativo dos programas I a VII, considerando também a
2162 estratégia de implementação do plano que o próprio Conselheiro Lobato já referiu, ela tem um
2163 artigo único de aprovar o detalhamento desses quatro programas. Até para reavivar a nossa
2164 memória se alguém fizer a conta ali está faltando o IX pela sequência. O Programa IX diz respeito
2165 à gestão costeira, das áreas costeiras do país. Havia o acordo entre os presidentes de câmara técnica
2166 de que esse programa passaria pela câmara técnica de gestão costeira do conselho nacional, como
2167 eles ficaram prontos... Está entrando o presidente da câmara técnica no plenário nesse momento. E
2168 como ficou pronto não a tempo de fazer esse trâmite, então por isso tem um parágrafo único
2169 remetendo, dando mais prazo para o detalhamento do programa IX considerando a importância de
2170 que isso seja discutido na câmara técnica especialista. Da mesma forma que o programa VIII foi
2171 discutido conjuntamente com a câmara técnica de águas subterrâneas, inclusive com reuniões
2172 conjuntas entre as duas câmaras técnicas. Para encerrar a apresentação e respondendo,
2173 complementando a resposta ao Lobato que eu não dei completa na fala anterior, a matriz a gente
2174 considerou como um instrumento fundamental para a implementação do plano; mas consideramos
2175 que aquelas duas últimas colunas que diziam respeito ao que dos programas é importante para as
2176 pautas das câmaras técnicas e para a pauta deste Conselho essa matriz está circulando em todas as
2177 câmaras técnicas do conselho nesse momento. Ela ficou pronta em versão final apenas no segundo
2178 semestre do ano passado, foi remetida na última reunião de presidentes que aconteceu se não me
2179 engano no mês de setembro, não é secretário? Uma reunião de presidentes de câmara técnica, ela
2180 foi então repassada a todos os presidentes para que conforme combinado naquela ocasião que até a
2181 primeira reunião deste ano todas as câmaras técnicas trabalhassem naquela matriz preenchendo
2182 àquelas duas últimas colunas nos temas que diziam respeito à sua atuação. É fato relevante também
2183 que nesse dia nessa reunião de presidentes estavam presentes todos os representantes da ANA e da
2184 Secretaria de Recursos Hídricos nas diversas câmaras técnicas, de modo que eles mesmos
2185 pudessem fazer a defesa da matriz nessas reuniões porque não haveria pernas no GTCE para visitar
2186 todas as câmaras técnicas, muito menos desse presidente de câmara técnica do plano que começou
2187 a haver demanda. Então não tinha como ir a todas, e a gente preferiu optar por essa estratégia,
2188 todos os representantes da ANA e da Secretaria participaram dessa reunião e agora é esperar o
2189 retorno das câmaras técnicas relativo à discussão daquela matriz para que aí sim ela possa ser
2190 incorporada ao detalhamento dos programas do plano. **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário**
2191 **Executivo do CNRH).** Muito obrigado Sidnei. Matéria em discussão. Por favor, Rosalvo. Mais
2192 algum inscrito? Em princípio apenas a inscrição do Rosalvo. Até 3 minutos. **Conselheiro Rosalvo**
2193 **de Oliveira Júnior (MI).** Senhor presidente apenas para fazer justiça ao trabalho, a emenda que
2194 nós aprovamos com relação ao semi-árido eu tenho que fazer essa anotação ela é oriunda um
2195 pouco desse segundo seminário do semi-árido brasileiro onde tem uma agenda pactuada para o
2196 semi-árido e tem um relatório do segundo seminário que está aqui. Esses dois documentos
2197 serviram de base para nossas emendas, como serviu de base também um conjunto de reuniões e
2198 debates técnicos que a ANA executou no segundo semestre de 2008, onde presidente João
2199 Machado a gente baixou todas aquelas apresentações, lemos e debatemos. Enfim, então existem
2200 muitas atividades e muitos trabalhos que a própria ANA faz e não é divulgada na forma do livro,

2201 por exemplo, desse de hoje de manhã e que a sociedade brasileira se apossa desses conhecimentos
2202 e dessas discussões que são geradas. E aí aproveitou também senhor presidente para dizer que tem
2203 um documento que no meu entendimento é excelente que eu tive inclusive a oportunidade de
2204 participar no Rio de Janeiro nessa cooperação Brasil/França dos comitês de bacias. Nós ficamos
2205 dois dias no Rio de Janeiro e também foi gerado um documento onde tem um relatório, eu faço
2206 questão de colocar isso em público porque eu acho que a gente deve acessar esses documentos. Eu
2207 recebi e pelo menos no Ministério da Integração eu encaminhei esse documento dessa atividade no
2208 Rio de Janeiro que foi sobre os comitês de bacia Brasil/França onde todos os funcionários do
2209 Ministério receberão cópia, e recomendo que não só os conselheiros presentes, mas as pessoas
2210 possam acessar esses e outros inúmeros documentos que a ANA gera e nem sempre eu acho que é
2211 feita uma divulgação mais intensa. **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH).**
2212 Muito obrigado Conselheiro Rosalvo. Mais alguma manifestação do plenário? Em não havendo,
2213 em regime de votação. Os conselheiros e as conselheiras que aprovam a resolução que aprova o
2214 detalhamento operativo dos programas VIII, X, XI e XII aqui apresentado, por favor, levantem os
2215 seus crachás. Os contrários? Abstenções? Então com o registro de uma abstenção. Aprovada a
2216 resolução. Muito obrigado Sidnei. Passamos agora também ao item 3.2 da ordem do dia que é a
2217 deliberação sobre proposta de resolução que define os procedimentos de indicação dos
2218 representantes do governo federal, dos conselhos estaduais, dos usuários e das organizações civis
2219 de recursos hídricos no Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Ela foi encaminhada pela CT de
2220 assuntos legais e institucionais. Foi solicitado na última reunião o pedido de vista pelo Conselheiro
2221 João Clímaco a quem nós convidamos para apresentar seu parecer em até dez minutos. João
2222 Clímaco você sabe que o Ministro não está mais aqui não é? Eu já te falei que eu jogava muita bola
2223 no bairro de São João Clímaco? (Intervenção fora do microfone). **Conselheiro João Clímaco**
2224 **Soares de Mendonça (ONG).** Nesse bairro de São João Clímaco eu fiquei sabendo que no futuro
2225 eu ia entender que existem vários tipos de secretários de governo e de ministros, e... **Sr. Vicente**
2226 **Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH).** Está correndo seu tempo. **Conselheiro João**
2227 **Clímaco Soares de Mendonça (ONG).** E você não está incluso em nenhum deles. Nesse campo
2228 eu vi que a minha tese antiga está errada. Senhor presidente é notório que esse tema é um tema
2229 muito caro e muito importante para esse conselho; haja vista que desde que nós entramos para
2230 nosso mandato em 2006 ele já estava em discussão e continuou praticamente o nosso mandato todo
2231 em discussão e com visões até muito apaixonadas que não refletiam o que cada um queria quanto
2232 ao processo de construção de representatividade. Fizemos uma série de palestras e convidamos
2233 professores eméritos da UNB e de várias formações relacionadas com questão de política e
2234 representatividade e foram muito boas as contribuições. O certo é que esse processo ficou muito
2235 emocional a meu ver e até politicamente mal construído porque ele refletia um estado de pensar
2236 incompatível com a realidade dos 10 anos do Conselho. E aí posições extremadas e até tradicionais
2237 decorrentes da própria conjuntura da formação, do tempo que o conselho foi construído queriam
2238 permanecer sem reconhecer as mudanças e os tempos que novamente impõe novo processo, nova
2239 forma de construção de democracia e de aperfeiçoamento da instituição. O Conselho não pode
2240 continuar ainda hoje com a forma de eleição de seus membros a nosso ver não só para o nosso
2241 segmento, mas para todos os outros segmentos. Então a tônica do nosso discurso o tempo todo foi
2242 que ele fosse um conselho mais democrático e fosse mais representativo. Infelizmente esse é o
2243 discurso que todo mundo tem, mas na hora de executar nós fomos obrigados a não aceitar a forma
2244 como foi conduzida na CTIL. Pedimos vista, fizemos um parecer, esse parecer jurídico foi como é
2245 que se diz? Desconsiderado, e nós chegamos ao ponto de estarmos fazendo uma nova eleição com
2246 o mesmo modo da antiga, no modelo de há três anos atrás. Não é o que a gente gostaria que fosse,
2247 mas também não íamos aceitar que fizessem uma eleição para o conselho dessa forma como estava
2248 sendo proposta, onde prevalecia o corporativismo e a manutenção de privilégios de grupos mais
2249 organizados em detrimento da cidadania e de maior participação. Então fizemos uma proposta
2250 alternativa que eu espero sensibilizar esse conselho, os meus pares aqui que gostaria de contar com

2251 a colaboração de vocês no melhor entendimento. Na verdade eu vi que a solução não está tão
2252 complexa assim não porque o que nós queríamos era uma implementação dos princípios da política
2253 da Lei 9433, e tal como está hoje, como está sendo sempre, isso estava ficando desatualizado.
2254 Então na parte de considerandos nós fizemos uma observação que é exatamente a base de nossa
2255 mudança que é: o item 3 dos considerandos, considerando a necessidade permanente de
2256 atualização da eleição das representações, eu acho que está aqui, considerando o disposto no artigo
2257 1º inciso 4º parágrafo 4 da Lei 9433 de 8 de janeiro de 1977. Esse artigo da lei ele fala muito claro
2258 que há um princípio de descentralização e de participação das comunidades no processo de
2259 legitimação da representação nas instâncias de gestão do sistema, e isso para nós nunca foi
2260 entendido, nunca houve dentro do conselho. Na verdade isso para nós sempre foi exposto de uma
2261 maneira muito superficial, então não fizemos mudanças substanciais em alguma parte que
2262 significou para nós avanço na discussão e fizemos algumas alterações onde colocamos em prática
2263 esse princípio que a gente chama de descentralização do processo eleitoral, descentralização da
2264 eleição. De modo que haja uma maior participação dos atores envolvidos, de todos os atores que
2265 estão de fato participando no sistema desde o comitê de bacia até o conselho nacional. De certa
2266 forma isso está sendo fundamentado nesse considerando que nós colocamos. No mais o parágrafo
2267 1º do artigo 1º ele repete algum avanço nesse sentido que serão pessoas jurídicas devidamente
2268 indicadas para tal fim, tem uma discussão, eu acho que até pessoa física podia antigamente e agora
2269 a gente acha que tem que ser pessoa jurídica mesmo. Outro aspecto que nós fizemos alterações que
2270 mostram essa nossa preocupação, para fins de representação, é o artigo 4º, o artigo 4: para os fins
2271 de representação no âmbito do Conselho Nacional de Recursos Hídricos usuários de recursos
2272 hídricos são grupos e entidades públicos ou privados e associações, entidades sindicais que
2273 representam os seus congêneres e de suas atividades utilizando recursos hídricos como insumo,
2274 diluição de efluente, suporte de atividade da produção, consumo, transporte e lazer. Nós
2275 reforçamos esse aspecto que foi discutido como aspecto que vai legitimar e dar importância aquele
2276 membro usuário participante aqui do Conselho, e atividades cuja sustentabilidade requer outorga
2277 permanente de uso de recursos hídricos. Então esse seria o usuário. O usuário de recursos hídricos.
2278 O artigo 5º também a gente também aprofunda esse artigo definindo mais o que é usuário. Um
2279 aspecto e aí no que diz respeito para nós, artigo 5º, a irrigação, instituições encarregadas de prestar
2280 serviços públicos contem hoje: concessionárias autorizadas de geração, hidrelétricas e hidroviária,
2281 industrial e instituições de representação de pescadores e usuários de recursos hídricos com
2282 finalidade de lazer e turismo. No parágrafo 2 do artigo 5º a gente repete e absorve um trabalho
2283 importante da CTIL... **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH)**. Sete
2284 minutos. **Conselheiro João Clímaco Soares de Mendonça (ONG)**. E vai contemplar a questão da
2285 geração de hidrelétrica contemplando empresas menores e maiores. O artigo 6 ele considera alguns
2286 aspectos que diz respeito ao que é e o que não é a organização não-governamental ou sociedade
2287 civil; haja vista o problema que a gente está tendo de sempre há uma crise de identidade de alguns
2288 segmentos que se confundem com a organização não-governamental. Então a gente faz com
2289 clareza o que podemos para evitar problema, quando a gente vê entidades que não se enquadram
2290 no artigo que diz respeito ao que é a organização não-governamental na gestão de recursos hídricos
2291 a gente define no artigo 6. Nós acrescentamos aqui em cima dos estudos que foram desenvolvidos
2292 pela CTIL, instituições que dentro de suas finalidades e objetivos se destinam ao desenvolvimento
2293 de programas de responsabilidade social das entidades que se caracterizam conforme artigo 5º.
2294 Significa dizer o seguinte: que às vezes às empresas constituem entidades paralelas para fazer os
2295 seus programas de responsabilidade social, ONGs e organizações não-governamentais que na
2296 verdade às vezes se confundem quando vai se candidatar, habilitar para processo eleitoral aqui. A
2297 outra parte que a gente deixa muito claro é instituições que se caracterizam como usuários de
2298 recursos hídricos. Nós estamos tendo nessa eleição agora um absurdo, uma entidade representante
2299 dos serviços municipais de saneamento se habilitou como organização não-governamental para
2300 concorrer. Eu não sei como seria se uma entidade dessas fosse eleita para ser representação da

2301 sociedade civil e dos movimentos sociais no conselho. A Associação Brasileira das Indústrias de
2302 Água Mineral foi habilitada como ONG no setor de usuários de água. Então certas anomalias
2303 seriam corrigidas com esses artigos. E no final, artigo 8 a gente faz exatamente o programa que se
2304 quer fazer, se institui uma comissão nacional de organização do processo eleitoral que faria o seu
2305 trabalho compatibilizado com as comissões regionais que seriam instituídas a partir das regiões
2306 hidrográficas, onde haveria dois representantes de cada segmento seja ele o que tiver e faria a
2307 comissão eleitoral das regiões hidrográficas. Envolvendo os comitês de bacia, então as ONGs, os
2308 usuários, o setor das organizações técnicas e científicas, participariam desse processo a nível de
2309 bacia, isso forçaria uma dinâmica política maior, por exemplo, o candidato a nível nacional ele
2310 teria que fazer o debate político de qual a política de recursos hídricos que ele quer representar e
2311 quer contribuir a nível nacional; geraria uma dinâmica de atualização do processo político e
2312 constituiria uma legitimidade maior ao representante aqui. Basta ver que eu não estou nem um
2313 pouco preocupado de que esse modelo ao qual a gente está tendo o prazer de representar aos
2314 nossos congêneres do país inteiro seja abolido no sentido de que a gente possa concorrer discutindo
2315 nossa proposta e nossa plataforma nos comitês, nas próprias bacias hidrográficas. E aquelas
2316 entidades que estão lá no comitê ou mesmo fora do comitê possam votar de maneira mais tranquila
2317 sem ter o empecilho de ter que vir a Brasília ou criar uma comunicação difícil de legitimação,
2318 quando na verdade essa dinâmica política dos candidatos que teriam tempo para fazer campanha,
2319 tempo para fazer sua discussão de projeto de representação de que tipo de política ele queria. Então
2320 o artigo 8 ele vem instituir esse processo eleitoral através da instituição de uma comissão diretora...
2321 **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH).** Seu tempo acabou conselheiro.
2322 **Conselheiro João Clímaco Soares de Mendonça (ONG).** Secretário eu estou terminando. Uma
2323 comissão nacional e uma comissão regional onde se organizaria esse pleito tal qual a gente faz hoje
2324 só que de uma maneira mais local, regional instituía-se um cadastro específico para essa reunião,
2325 para essas assembléias e para esse processo eleitoral, haveria um recurso presidente para a
2326 comissão nacional. Isso já acontece em confederações de trabalhadores no país quando há um
2327 processo eleitoral em confederação de trabalhadores as eleições são diretas, embora o presidente
2328 fique aqui ou o representante fique em Brasília, a pessoa lá do sindicato, lá na sua base sindical ela
2329 pode votar no seu presidente de confederação aqui. Então eu estou dando, pegando esse exemplo
2330 como ex-sindicalista que fui mostrando que é possível. Não existe problema técnico nem jurídico a
2331 meu ver nem econômico porque o sistema todo se uniria para envidar esforço para que esse
2332 processo eleitoral fosse regional dando ampla participação de mais entidades e a nível federal seria
2333 descentralizado, mas com uma responsabilidade de homologar todo processo nacional dentro de
2334 uma agenda conforme está no artigo 8 aqui que eu espero que vocês tenham lido. Eu espero que
2335 esses meus irmãos aqui, esses meus pares aqui entendam que é uma necessidade premente esse
2336 tipo de eleição porque do jeito que está nós estamos vendo que não vamos superar problemas de
2337 interesses corporativos e falta de representatividade; e até mesmo o fortalecimento do sistema se
2338 dando sem uma eleição que seja com uma maior universalidade, capilaridade e consequentemente
2339 mais representatividade. Eu acho que nós fizemos uma proposta que é viável. O conselho a altura
2340 da responsabilidade que ele tem hoje e conforme suas questões sendo colocadas ele teria muito
2341 mais vantagem e respeitabilidade pela sociedade brasileira. **Sr. Vicente Andreu Guillo**
2342 **(Secretário Executivo do CNRH).** Muito obrigado conselheiro, fique conosco aqui. Só uma
2343 menção que quando ele falou sobre capilaridade eu e o Rodrigo Flecha não gostamos muito dessa
2344 situação porque estaremos fora. Só uma brincadeira com o cabelo... Você tem bastante.
2345 Conselheiras, Conselheiros o encaminhamento da matéria será feita. Essas contribuições foram
2346 apreciadas pela CTIL eu poupei você José Machado, eles foram apreciados pela CTIL, então eu
2347 vou pedir para que durante três minutos, até 3 minutos, a CTIL dê a sua compreensão em relação a
2348 essas propostas aqui apresentadas. Em seguida abriremos para a discussão do plenário. O
2349 Conselheiro Cybis já está inscrito. E durante a fala dos conselheiros, os conselheiros podem até nos
2350 ajudar em relação ao conteúdo, mas também no encaminhamento porque pelas informações que

2351 dispomos diferentemente do outro procedimento onde nós votávamos o básico e depois as emendas
2352 que complementavam, é possível que gente tenha que fazer a votação de uma resolução contra
2353 outra resolução. Então eu também gostaria dos conselheiros essa ajuda no sentido de qual
2354 encaminhamento dar na sequência durante as suas falas. Então Marley por até três minutos, por
2355 favor. **Conselheiro Márley Caetano de Mendonça (MMA/SRHU)**. Obrigado secretário. Na
2356 qualidade de presidente da CTIL eu preciso fazer alguns esclarecimentos para o plenário. O
2357 primeiro é que essa proposta apresentada em decorrência do pedido de vista do Conselheiro João
2358 Clímaco, quer dizer, na verdade o Conselheiro não apresentou um parecer, mas sim uma proposta
2359 substitutiva. Então nós temos uma proposta diferente, alternativa àquela que foi encaminhada pela
2360 CTIL. Um segundo esclarecimento é que esse tema foi amplamente discutido pela CTIL, inclusive
2361 inicialmente com a criação de um grupo de trabalho específico. A CTIL realmente fez um debate
2362 que demorou cerca de dois anos para concluir seus trabalhos e quando do encaminhamento para o
2363 plenário esse encaminhamento não foi por unanimidade porque houve uma discordância do
2364 Conselheiro João Clímaco. Um terceiro esclarecimento é de que essa proposta substitutiva
2365 apresentada pelo Conselheiro João Clímaco ela foi discutida na CTIL, ela foi apresentada e
2366 discutida na CTIL. A CTIL a época identificou uma série de dificuldades na viabilização da
2367 proposta. Só para fins de exemplo o processo criado, o processo eleitoral criado pela proposta ele
2368 traz uma série de instâncias que não estão devidamente identificadas e que não há uma lógica
2369 sequencial de atuação dessas instâncias. A gente verifica aqui ao longo da proposta, eu não vou
2370 colocar necessariamente na ordem que está na proposta, mas menção à audiência homologatória
2371 regional, comissão eleitoral regional, audiência deliberativa específica, comissão nacional, isso
2372 tudo fazendo parte de um processo eleitoral nacional que não há uma construção lógica e
2373 sequencial de como funcionaria. Então concluindo: a CTIL já avaliou esse documento ao longo
2374 desse processo de dois anos e se posicionou contrária ao acatamento dessa proposta, e eu mais uma
2375 vez coloco aqui que a posição da CTIL é de encaminhamento ao plenário da proposta
2376 originalmente encaminhada na última reunião que foi objeto do pedido de vista pelo Conselheiro
2377 João Clímaco. Obrigado. **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH)**. A
2378 matéria encontra-se em discussão. Eu queria só... O Conselheiro João Clímaco tem solicitado à
2379 mesa o direito de resposta. Não cabe direito de resposta. Agora, cabe a ele como Conselheiro
2380 utilizar o tempo caso ele deseje de 3 minutos, ele fez a sua justificativa, a CTIL fez a sua
2381 justificativa, abriremos então ao plenário. O primeiro inscrito é o Cybis, então aqueles que desejem
2382 falar sobre o tema, por favor, levantem seus crachás para que o Marley possa fazer a relação de
2383 oradores. Então Cybis, por favor. **Conselheiro Luiz Fernando de Abreu Cybis (OTEP)**. Boa
2384 tarde a todos. Luiz Fernando Cybis, representante das OTEPS nesse conselho. Eu me deparei com
2385 essa proposta alternativa que foi apresentada no parecer de vista ao principal e ao olhar com
2386 cuidado me surpreendeu partindo de uma pessoa que eu tenho bastante respeito aqui dentro do
2387 conselho pelas suas posições, mas me surpreendeu que tenha partido dele uma proposta num
2388 sistema participativo descentralizado, uma proposta extremamente excludente de entidades. Eu não
2389 posso conceber o sistema de recursos hídricos fechando as suas portas ao invés de abri-las cada vez
2390 mais. Então especificamente falando sobre a exclusão de entidades que pela Lei 9433 de 97 estão
2391 classificadas como organizações técnicas de ensino e pesquisa por uma nova definição não me
2392 parece que a Lei 9433 pode ser revogada ou mexida dessa forma que está se pretendendo aqui. Eu
2393 não sou advogado, mas eu tenho essa impressão. Da mesma forma isso acaba trespassando o nosso
2394 regimento interno. Está lá a definição das entidades, não está dito exclusão de ninguém. Como é
2395 que nós podemos mexer em uma assembléia extraordinária, mas sem necessidade de quorum
2396 qualificado, no regimento interno? Eu não vejo isso também como algo factível de ser feito. Então
2397 perante essa situação da exclusão e falo especificamente de dois tipos de usuários, dos tipos de
2398 categorias que estão em entidades civis que são excluídas, ou até 3, tem clube de serviços que é
2399 excluído, tem entidade de usuários que é excluída. De todas as categorias porque há uma confusão
2400 aqui do que é uma ONG, o que é uma OTEP e o que é consórcio e comitê de bacia. Aparentemente

2401 a ONG quer ser tudo pela definição que o João Clímaco está colocando aqui. Isso está equivocado.
2402 Se há necessidade de mais espaço vamos lutar juntos por abrir mais espaço no conselho para as
2403 entidades civis e não fazer uma carnificina interna na busca de espaço retirando espaço de outros.
2404 Então dada essa situação, esse problema de característica legal, essa característica excludente da
2405 proposta colocada, caso de universidades públicas, não foi dito pelo João Clímaco, talvez ele não
2406 quisesse chamar atenção, mas está lá excluído também das OTEPS, universidades públicas,
2407 aparentemente só as privadas têm o direito de pertencer a esse conselho. Não sei da onde vem essa
2408 interpretação, talvez por desconhecimento do que é uma universidade pública. A universidade
2409 pública é um lugar que você só entra por concurso público e que você tem apesar de não ser uma
2410 coisa muito boa para alguns, garantia de emprego, diferentemente de uma entidade privada. Então
2411 vocês se quiserem procurar uma mente aberta vão procurar na universidade pública, lá não tem
2412 chefe que diga como é que faz ou como é que não faz, ou governo que diga: se alinha ou não se
2413 alinha. **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH).** Conselheiro, seu tempo
2414 esgotou. **Conselheiro Luiz Fernando de Abreu Cybis (OTEP).** É muito equivocado esse
2415 entendimento. Em função de tudo isso eu gostaria de solicitar aos meus colegas que repudiassem
2416 essa proposta e acatassem a proposta original. Muito obrigado. **Sr. Vicente Andreu Guillo**
2417 **(Secretário Executivo do CNRH).** Obrigado Conselheiro Cybis. A seguir Conselheiro Hugo, em
2418 seguida o Conselheiro Carlos. Eu vou pedir para que seja feita a leitura, dos inscritos até o
2419 momento. Por favor, Marley. **Conselheiro Márley Caetano de Mendonça (MMA/SRHU).** Após
2420 o Conselheiro Carlão, o Conselheiro Cisino, Maria de Lurdes e Rosalvo. E Dalto agora. **Sr.**
2421 **Vicente Andreu Guillo. (Secretário Executivo do CNRH).** Então durante a fala do Conselheiro
2422 Hugo nós estaremos recolhendo as inscrições e elas estarão encerradas ao final da sua fala.
2423 **Conselheiro Carlos Hugo Suarez Sampaio (MJ).** Eu também venho aqui defender a
2424 manutenção da proposta que veio encaminhada pela CTIL. Eu coordenei esse grupo de trabalho
2425 que apresentou a proposta da CTIL, fui o último coordenador, antes disso a Maria Manuela estava
2426 coordenado. E eu quero registrar aqui que cada artigo dessa proposta foi extensamente discutido. A
2427 gente procurou realmente fazer um consenso entre todos os segmentos envolvidos, alguns artigos
2428 foram extensamente debatidos para que todas as opiniões divergentes quando possível fossem
2429 acomodadas. Então eu acredito que essa proposta que a CTIL apresentou é a melhor proposta
2430 possível no momento. Várias das sugestões que o substitutivo do Conselheiro Clímaco apresenta
2431 foram discutidas e rejeitadas no âmbito do grupo de trabalho e também no âmbito da CTIL. E o
2432 Conselheiro João Clímaco sabe disso porque ele participou dessas discussões. Então eu não
2433 consigo entender porque essa insistência de reapresentar aqui no conselho coisas que são de amplo
2434 consenso em todos os segmentos. Inclusive algumas coisas que no grupo de trabalho e na CTIL
2435 nós julgamos que não pudessem ser apresentadas porque vão contra a legislação vigente. Então por
2436 esses e acho que são motivos suficientes, eu encaminho a solicitação de que a versão apresentada
2437 pela CTIL prevaleça. **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH).** Muito
2438 obrigado. Conselheiro Carlão. Por favor, faça a leitura da relação final dos oradores sobre esse
2439 tema. **Conselheiro Márley Caetano de Mendonça (MMA/SRHU).** Em seguida, Conselheiro
2440 Cisino, Maria de Lourdes, Rosalvo, Dalto, João Clímaco e João Bosco. **Conselheiro Carlos**
2441 **Eduardo Nascimento Alencastre (CBH).** Boa tarde senhor presidente, boa tarde a todos os
2442 conselheiros e demais convidados. Com relação a essa proposta do Conselheiro João Clímaco eu
2443 concordo com os que me antecederam na questão do fechamento e eu destaco aqui inclusive no
2444 artigo 6 quando coloca que para fins de representação no âmbito do CNRH, organizações civis de
2445 recursos hídricos são pessoas jurídicas. Com isso você já excluiu os comitês que não são pessoas
2446 jurídicas, então começa a fechar ao invés de abrir como o Conselheiro Cybis colocou aqui.
2447 Obrigado. **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH).** Muito obrigado.
2448 Conselheiro Cisino, e em seguida Maria de Lourdes. **Conselheiro José Cisino Menezes**
2449 **(Irrigantes).** Boa tarde. Eu sou representante dos irrigantes e essa resolução tem muito a ver com
2450 nosso segmento. Eu achei importante a apresentação da resolução da CTIL porque nós tínhamos

2451 uma espécie de excrescência se você considerar o espírito do conselho, porque nós tivemos até
2452 esse caso agora, posso citar, onde nós tivemos vários pequenos irrigantes inscritos e aprovados
2453 como pessoas físicas. Nada contra irrigantes e nem pessoas físicas, mas essas pessoas que se
2454 inscrevem e estão habilitadas elas podem votar e ser votadas, de repente se abre brecha para que
2455 uma pessoa física seja representante do segmento nacional e na realidade legal só representa ele
2456 mesmo se ele não está participando de nenhuma instituição. Então essa resolução vem muito boa
2457 nesse sentido, e eu acho que ela está perfeita para isso, só o fato de excluir a pessoa física é até
2458 uma questão de exercício, se a pessoa quer participar de alguma coisa tem que se associar mesmo,
2459 não dá para ser uma pessoa única querendo defender o mundo. Não pode ser isso. Então eu quero
2460 defender a posição da CTIL e queria dizer também que mais algumas coisas também que eu não
2461 sei, pode ser que isso venha contra o princípio jurídico legal, mas não é tão ético, eu diria. Por
2462 exemplo, tem instituições que chega uma pessoa para representar 3, 4 ou 5 pessoas com procuração
2463 para votar. Pode até ser legal, mas isso não é ético. Se uma instituição me paga para eu vir sozinho
2464 defender a minha instituição aqui, de repente vem alguém representando não sei quantos para ter
2465 outros valores, isso é justo? Eu acho que não, mesmo a legislação dizendo, mas se tem uma pessoa
2466 dá uma procuração para ir representá-lo, aquela instituição, e não pessoas aqui que vem representar
2467 não sei quantas pessoas. Então vem corrigir pelo menos no que diz respeito à representatividade e
2468 com relação a essa questão da procuração também eu queria deixar, não sei se isso pode ser
2469 resolvido algum dia, mas eu não acho isso decente. É um protesto com relação a isso, mas
2470 realmente, me desculpe Clímaco, mas realmente eu acho que a resolução da CTIL está mais
2471 adequada para o nosso caso. **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH).**
2472 Muito obrigado ao Conselheiro Cisino. Conselheira Maria de Lourdes e em seguida Conselheiro
2473 Rosalvo. **Conselheira Maria de Lourdes Pereira dos Santos. (Indústrias).** A primeira questão,
2474 só duas observações bem breves. A primeira se esse encaminhamento dessa discussão se ele está
2475 correto Marley considerando o que você falou que esse aqui é um substitutivo e não simples
2476 emendas. Muda substancialmente o texto que foi discutido e aprovado na CTIL. Muda quase tudo.
2477 Eu gostaria de dizer para o João Clímaco que o artigo 4º dessa que foi discutida na CTIL atende a
2478 capilaridade que você quer, então assim, eu acho que essa representação de âmbito nacional não
2479 deve lhe preocupar. É isso. **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH).** Muito
2480 obrigado Conselheira. Rosalvo e em seguida o Dalto. **Conselheiro Rosalvo de Oliveira Júnior**
2481 **(MI).** Eu acho que o debate que foi feito na CTIL e o debate que está sendo feito aqui nos aponta
2482 alguns procedimentos futuros. Dentre eles a necessidade que a gente tem de discutir efetivamente
2483 as diversas categorias e como suas representações atuam aqui no Conselho Nacional de Recursos
2484 Hídricos e como é que faz a ponte entre essa representação e efetivamente a base, porque você tem
2485 ONG, você tem categoria de empresas que são travestidas de entidades da sociedade civil, isso e
2486 aquilo. Então isso nos aponta senhor presidente a necessidade e aí eu acho que é uma questão de
2487 encaminhamento da própria Secretaria do Ministério de após encerrar essa votação seja lá a que
2488 ganhe da necessidade que a gente tem de continuar discutindo esse tema; porque esse é um
2489 problema que não existe só no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, mas é um tema também,
2490 por exemplo, eu sou membro do CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente e de vez em
2491 quando esse é um tema recorrente no sentido da representatividade e da legalidade. O que é uma
2492 ONG? O que é entidade da sociedade civil? O que é usuário de recursos hídricos? Enfim, e como
2493 isso se organiza efetivamente para vir participar de uma instância de deliberação como é o
2494 Conselho Nacional de Recursos Hídricos? O Conselheiro João Bosco me convenceu e aí a gente
2495 teria duas propostas. Eu ia encaminhar uma proposta do caminho do meio, nem a da CTIL e nem a
2496 do João Clímaco pelas questões que já que foram colocadas; mas o João Bosco me convenceu de
2497 que a gente aprova essa que veio da CTIL que já é um avanço do que tinha antes. Mas gostaria que
2498 ficasse então já apontada a necessidade de que no próximo pelo menos um ano, um ano e meio, a
2499 gente aprofunde a resolução que a gente aprovar na data de hoje. Por quê? Porque há necessidade
2500 de que muitas das questões levantadas tanto pelo Clímaco como aqueles que me antecederam que

2501 você necessita aprofundar isso daí porque é um tema que ainda... A gente está naquela coisa de 10
2502 anos, a gente ainda está aprendendo, está crescendo e está vendo o que é conselho, como é que
2503 participa, qual é a legitimidade, qual é a legalidade de tudo isso. Então nesse sentido senhor
2504 presidente eu encaminho e sugiro que a gente vote e aprove a da CTIL, mas apontando já para a
2505 direção do conselho no sentido de termos um conjunto de seminários nas várias regiões do país
2506 para melhorar e aprofundar a questão da legitimidade e da legalidade das representações da
2507 sociedade civil nos conselhos da república. **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do**
2508 **CNRH)**. Muito obrigado Conselheiro Rosalvo. A seguir o Dalto, em seguida ao Dalto o João
2509 Clímaco. **Conselheiro Dalto Favero Brochi. (Consórcios e Associações Intermunicipais de**
2510 **Bacias Hidrográficas)**. Boa tarde a todos, senhor secretário. Eu sou da representação dos
2511 consórcios e associações intermunicipais. João Clímaco eu respeito a sua posição, respeito à sua
2512 proposta, mas eu vou declarar aqui que o meu voto vai ser contrário, porque como o Carlão disse
2513 você na sua proposta estaria excluindo praticamente os comitês de bacias, além também no artigo
2514 6º no primeiro inciso você fala que a entidade tem que ser de meio ambiente e não de recursos
2515 hídricos. Eu acho uma confusão, o CONAMA é em outra instância. Aqui nós estamos no CNRH,
2516 além de outros perfis que você também está fechando a participação ao invés de abrir a
2517 possibilidade de novas entidades e outros segmentos participarem. Então eu peço aos demais
2518 conselheiros também que apoiem a proposta que veio da CTIL mesmo que ela precise de algum
2519 ajuste ou arredondamento, mas não uma reforma radical como está sendo proposta pelo
2520 Conselheiro João Clímaco. Obrigado. **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do**
2521 **CNRH)**. Muito obrigado Conselheiro Dalto. A seguir o Conselheiro João Clímaco. **Conselheiro**
2522 **João Clímaco Soares de Mendonça (ONG)**. Eu acho que merecem correções algumas
2523 afirmativas aqui que a luz dos holofotes das câmeras vai parecer até que eu estou fechando,
2524 impedindo, adotando as mesmas práticas as quais eu estou combatendo com a minha proposta de
2525 resolução. Então eu acho que é preciso esclarecer isso porque o que eu estou propondo aqui é
2526 exatamente o contrário de quem fala que eu estou querendo restringir, excluir e fazer um conselho
2527 anacrônico. Ao contrário, ele já está anacrônico no que diz respeito à representatividade. Então fiz
2528 uma proposta que vai ao encontro de uma metodologia para aumentar a participação, a
2529 universalidade daqueles que estão efetivamente entrando no sistema ou estão no sistema desde os
2530 que estão no comitê ou aqui. Vale dizer que a proposta colocada pela CTIL foi feita de uma
2531 maneira que não contemplou, ao contrário do que o Conselheiro Hugo fala, uma verdadeira análise
2532 do mérito e sim mais uma atuação política de uma lógica de perde e ganha que não tinha sentido.
2533 Até porque quando você vê uma coisa assim você traz pareceres jurídicos para que sejam rebatidos
2534 com outros pareceres jurídicos. A CTIL não se preocupou com isso. Eu tenho pareceres que
2535 apontam que essa proposta da CTIL do jeito que ela está ela é ilegal. Ela está fora, ela ofende o
2536 princípio até da moralidade da questão da representação porque você não pode num conselho de
2537 uma política pública nacional estabelecer padrões de territorialidade que classifica o candidato a
2538 quem ele vai votar, quer dizer, eu posso do jeito que está lá a gente pode se habilitar para votar,
2539 mas não pode ser votado. Existe uma incongruência muito grande com os princípios da
2540 participação e descentralização que está em todos os estatutos jurídicos que falam sobre a lei de
2541 recursos hídricos. Eu acho que foi infeliz o comportamento da CTIL, o comportamento da CTIL
2542 merece ser revisto, eles estão analisando não processualmente, mas o mérito e tendo uma atuação
2543 política. O que eu propus foi uma descentralização que é o maior princípio da nossa proposta, não
2544 foi tirar ninguém, quer dizer, eu quero pedir desculpas ao meu amigo Cybis se assim foi entendido
2545 porque merecíamos ter conversado até porque eu tenho muito respeito pelo Cybis e nunca faria
2546 uma proposta de exclusão a um segmento ao qual também estou participando. Eu cheguei atrasado
2547 agora porque tive que fazer uma matrícula na UNB e não deu tempo, correndo, quer dizer, eu não
2548 sou um homem das cavernas niilista que fica pregando a ciência como um objeto de disputa de
2549 rejeição. Então eu acho que o conselho, eu estou avisando, vai entrar em um processo de
2550 ilegalidade se aprovar essa proposta da CTIL; porque a CTIL teria que primeiro responder com

2551 pareceres legais jurídicos e não com atitudes que eu digo até irresponsáveis de apenas fazer
2552 votações em um ambiente onde só tem um de um segmento, onde está claro mais interesse
2553 corporativo de segmento do que uma visão preocupada com o conselho da sua representatividade e
2554 da sua consistência de densidade política. Eu fiz uma proposta que não excluiu ninguém, ao
2555 contrário. **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH)**. Conselheiro, seu tempo
2556 já está esgotado. **Conselheiro João Clímaco Soares de Mendonça (ONG)**. Eu queria dizer para
2557 esse conselho que eu tenho muito respeito sim pelo conselho porque senão eu não estaria aqui, mas
2558 eu não vou ficar em um sistema que eu acredito 100% que é efetivo. No dia que você acreditar em
2559 um sistema que ele é 100% bom você não precisa estar nele, você vai procurar um sistema que
2560 você precisa consertar e melhorar, e aqui eu acho que está se incorrendo em uma repetição de um
2561 erro. Eu peço ao conselho que reflita. Primeiro eu voltaria para encaminhamento esse produto para
2562 a CTIL onde ela faça um contra parecer jurídico aos pareceres que a gente fez justificando porque
2563 é que só pode ser uma entidade nacional que pode se candidatar a um cargo no conselho; quando
2564 na verdade hoje existem vários conceitos de rede onde eu posso escolher dentro da minha rede a
2565 menor entidade para ser representante da maior porque a rede ela é um sistema que contempla uma
2566 questão política muito mais moderna e de inclusão social. Então eu estou vendo secretário que a
2567 proposta do meu nobre amigo Marley conforme está é uma aberração jurídica e vai trazer problema
2568 para a gente. **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH)**. Muito obrigado
2569 Conselheiro João Clímaco. A seguir o conselheiro João Bosco que é o último escrito e faremos o
2570 encaminhamento da matéria, a votação da matéria. **Conselheiro João Bosco Senra**
2571 **(MMA/SRHU)**. Eu primeiro queria fazer uma proposta de encaminhamento secretário, no sentido
2572 de que possam ser votadas as duas propostas uma contra a outra, porque são duas propostas
2573 efetivamente bem diferentes, e até porque se for aprovada a proposta apresentada pelo Conselheiro
2574 João Clímaco nós vamos ter que discuti-la depois porque têm algumas incongruências. No artigo
2575 3º ele mantém a resolução 14 e no último artigo revoga a resolução 14, então precisaria passar por
2576 uma adequação e certamente... Na proposta apresenta dois artigos 3º, então precisaria saber qual
2577 dos dois artigos que ele está efetivamente propondo se é que mantém a resolução 14. E isso eu
2578 estou pegando esse detalhe para colocar a questão seguinte: que a CTIL teve o cuidado de olhar do
2579 ponto de vista da questão institucional, da perspectiva institucional e da legalidade, então pela
2580 análise da CTIL e certamente toda a resolução aprovada nesse conselho passa pela CONJUR do
2581 Ministério do Meio Ambiente antes de ser publicada. Então eu acredito que esse argumento
2582 utilizado de que essa resolução encaminhada pela CTIL tem vícios de ilegalidade certamente isso
2583 se tiver a CONJUR certamente não vai permitir que seja publicada. Então quanto a essa questão eu
2584 acho que não seria a questão mais importante. Eu penso que essa resolução da CTIL já é um
2585 avanço em relação a que nós temos. Entendo que algumas questões que o Conselheiro João
2586 Clímaco traz de pensar um processo eleitoral mais descentralizado eu penso que futuramente nós
2587 teríamos efetivamente que desdobrar em relação a isso. Eu acho que aprovando essa resolução da
2588 CTIL hoje que define um formulário de cadastro ela sem dúvida nenhuma vai possibilitar que com
2589 o conhecimento das entidades cadastradas até discutir essa regionalização, porque não dá para
2590 implementar um sistema de regionalização de consulta se em uma determinada região você vai ter
2591 às vezes um ou dois interessados. Quer dizer, o custo para a nação, o custo para esse processo ele
2592 tem que ser pensado a partir de uma realidade que esse cadastro proposto nessa resolução da CTIL
2593 vai possibilitar planejarmos uma ação que vai atender esse objetivo. Eu acho que é justo e correto
2594 de pensarmos efetivamente de estar cada vez mais incorporando os outros atores e estar fazendo
2595 um processo mais descentralizado. Mas só que para isso é necessário que a gente avance e por isso
2596 eu defendo aqui que se vote na proposta da CTIL que é um passo. E como nós temos ainda dois
2597 anos e meio pelo menos para avançar nessa outra perspectiva que o Conselheiro João Clímaco
2598 busca e que eu na minha leitura não consegui compreender claramente na resolução. Ele não
2599 conseguiu repassar na resolução na minha leitura, posso estar equivocado, mas na resolução que
2600 ele apresenta o processo, o processual do processo eleitoral não está muito bem definido, o que

2601 geraria uma série de dúvidas e inviabilizaria inclusive o processo, a composição de um processo
2602 eleitoral na maneira que está escrito. Então por isso que eu defendo aqui que votemos, aprovemos
2603 a proposta vinda da CTIL e essas questões que ele traz que nós tenhamos aí dois anos e meio até o
2604 outro processo eleitoral, e pode influir inclusive no próximo; e que sem dúvida nenhuma com esse
2605 cadastro, isso eu quero chamar a atenção, é um passo importante, um avanço importante, e com
2606 esse cadastro ele vai possibilitar discutir não é só entre nós, mas discutir inclusive com todos esses
2607 atores que vão se cadastrar no processo de participação. Quero registrar que nós tivemos agora 550
2608 inscrições. Batemos já o recorde de inscrições, mostra o crescente interesse de participação e a
2609 importância desse conselho nacional que vem cada vez mais assumindo uma importância do ponto
2610 de vista do nosso país, não só na política das águas, mas na política pública de uma maneira geral.
2611 E sem dúvida nenhuma que esses avanços, essas questões que trazem vão contribuir para inclusive
2612 atingir os objetivos que o João Clímaco expõe nessa perspectiva de pensar se no futuro talvez
2613 numa próxima eleição um processo mais descentralizado incorporando no processo eleitoral; mas
2614 da maneira que está escrita a proposta ela não deixa claro, ela não traz essa perspectiva que é o
2615 desejo que ele diz que seria da sua proposta. Obrigado. **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário**
2616 **Executivo do CNRH).** Muito obrigado Conselheiro João Bosco. O Conselheiro João Clímaco fez
2617 uma solicitação de que o assunto retornasse a CTIL. Eu fiz uma consulta rápida e a informação é
2618 de que é possível voltar a CTIL desde que se apresente um fato novo. E que os fatos aqui
2619 apresentados e o que foi debatido não há fato novo e que ele foi apreciado na sua totalidade pela
2620 CTIL. Então a proposta do Conselheiro de estar retornando a CTIL não está acatada, então,
2621 portanto, nós vamos submeter à matéria à votação. O encaminhamento será uma proposta contra a
2622 outra. A proposta número um é a proposta apresentada pela CTIL, a proposta número 2 é a
2623 proposta apresentada pelo Conselheiro João Clímaco. Esclarecidos? Em regime de votação.
2624 Conselheiras e conselheiros que são favoráveis à proposta número um apresentada pela CTIL
2625 levantem os seus crachás. Muito obrigado, podem abaixar. Os conselheiros que votam na proposta
2626 número dois do João Clímaco, por favor, levantem o crachá. Muito obrigado. Abstenções? Sem
2627 registro, nenhuma abstenção, então venceu a proposta número um, a proposta da CTIL. Muito
2628 obrigado. O Conselheiro tem insistido na verificação do quórum. Nós tivemos na parte da manhã
2629 um respeito ao regimento, em regime de votação foi feita a votação, se o conselheiro desejar fazê-
2630 lo, faremos em seguida, mas o regimento foi cumprido. Agradeço a sua presença aqui à mesa. A
2631 discussão continua. Eu queria fazer o registro também a todos os conselheiros e as conselheiras:
2632 têm sido utilizados alguns termos bastante incisivos, também certo desrespeito às vezes a
2633 utilização do tempo. A mesa tem procurado ser um pouco condescendente com essa questão até
2634 para que ela não suscite um debate maior sobre questões que não são relevantes e que a gente
2635 possa se concentrar naquilo que é fundamental para o encaminhamento das nossas deliberações. A
2636 seguir o ponto que trata a deliberação sobre proposta de resolução que estabelece princípios,
2637 fundamentos e diretrizes para a educação, o desenvolvimento de capacidades, a mobilização social
2638 e a informação para gestão integrada de recursos hídricos no sistema nacional de gerenciamento de
2639 recursos hídricos. Ela foi encaminhada pela câmara técnica de educação, capacitação, mobilização
2640 social e informação em recursos hídricos. Então eu convido a presidente da CTEM, a conselheira
2641 Suraya Damas de Oliveiras Modaelly para em até dez minutos fazer a apresentação dessa
2642 resolução. **Sra. Suraya Damas de Oliveiras Modaelly (Presidente da CTEM).** Boa tarde a todos
2643 os conselheiros e as conselheiras. Boa tarde à mesa. Agradeço a oportunidade e gostaria de dizer
2644 que na qualidade de representante dos comitês de bacia eu estou presidente da CTEM e confesso
2645 que após assistir a essa reunião do CNRH fico muito à vontade em apresentar a resolução, porque
2646 eu acho que ficou claro a todos os conselheiros, conselheiras e participantes que a educação
2647 ambiental apesar de não ser um instrumento de gestão ela deve permear todos os instrumentos
2648 previstos na 9433. O Ministro Minc inclusive quando esteve aqui falou do papel preponderante da
2649 educação ambiental na implementação de planos estratégicos inclusive do plano de bacia e até do
2650 plano nacional que tem um programa IV que trata exatamente do tema dessa resolução. Fico à

2651 vontade também porque quando nós falamos aí de diretrizes para desenvolvimentos de capacidades
2652 ficou claro também que devemos sim estar discutindo essa questão de ampliação de visões, de
2653 novas capacitações até para a atuação nos colegiados desde comitês de bacia até conselhos
2654 estaduais e o próprio conselho nacional. Então resgatando um pouquinho a história da CTEM. A
2655 CTEM foi instituída por esse conselho em 2004 através da resolução 39 e ela veio aí com o aval da
2656 sociedade civil que tinha uma grande demanda por discutir uma maior atenção à questão da
2657 educação ambiental para a gestão de recursos hídricos; a necessidade da formação dos quadros
2658 integrantes do sistema nacional, o que eu acabei de falar, ampliando a capacidade dos atores nos
2659 processos decisivos; a importância da mobilização da sociedade para implementação da política e
2660 dos processos de comunicação social. Puxando um pouquinho as competências da CTEM nós
2661 temos ali: propor diretrizes para a educação e capacitação em recursos hídricos; mecanismos de
2662 articulação; mobilização social; difusão da política, e disseminação da informação. Então puxando
2663 por essas competências a CTEM vem apresentar a proposta que tem por objetivo estar fornecendo
2664 uma orientação básica, então nós não temos a intenção de restringir ou de engessar, mas oferecer
2665 uma orientação básica a partir da definição de diretrizes para a construção de programas, projetos e
2666 políticas públicas no âmbito das temáticas que tratam a CTEM que é: educação, capacitação,
2667 mobilização social e informação em recursos hídricos. Então a ementa da nossa resolução,
2668 proposta de resolução, estabelece princípios, fundamentos e diretrizes para a educação, o
2669 desenvolvimento de capacidades, a mobilização social e a informação para gestão integrada de
2670 recursos hídricos no sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos. O histórico dessa
2671 resolução é uma resolução que começou na verdade a ser trabalhada em 2005 quando dentro da
2672 CTEM foi criado um GT de capacitação que virou depois capacitação e educação. Esse GT ele foi
2673 instituído dentro da câmara para dar continuidade às discussões de um plano de capacitação que
2674 estava sendo discutido pela câmara técnica de ciência e tecnologia, então nós começamos aí a
2675 gestar essa resolução. A CTEM também aproveitou a oportunidade e encaminhou contribuições ao
2676 questionário do CEAP que estava para ser aplicado nos colegiados, onde nós propusemos a
2677 inclusão de questões relativas à educação ambiental também nesse questionário que seria aplicado.
2678 Em 2006 nós participamos ativamente envolvidos em duas oficinas. Uma primeira oficina que foi
2679 realizada aqui Marília, desculpe, aqui em Brasília, eu sou de Marília, aqui em Brasília para
2680 intercâmbio de informações sobre programas de capacitação em diferentes áreas que aconteciam
2681 aqui na esfera do governo federal. A outra oficina que foi realizada foi durante o 8º Encontro
2682 Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas em Vila Velha no Espírito Santo, onde nós fizemos
2683 uma discussão também sobre a capacitação e a educação ambiental. Nós procuramos nessas duas
2684 oficinas então obter subsídios para o estabelecimento dessas diretrizes e estratégias para educação
2685 e a capacitação. Em 2007 então com retorno já dos questionários do CEAP, da tabulação das
2686 informações que nós pudemos coletar nessas duas oficinas o GT de capacitação sistematizou isso
2687 elaborou então a proposta de resolução. Por fim chegamos em 2008. A CTEM querendo realmente
2688 ampliar as contribuições e ter a participação ativa da base do sistema, em especial dos comitês de
2689 bacia, nós aprovamos e contamos com a parceria do Fórum Nacional de Comitês de Bacias
2690 Hidrográficas da Rede Brasil de Organismos de Bacia, e da própria Secretaria do Conselho
2691 Nacional; e abrimos então um prazo para uma consulta pública aos comitês de bacias, entidades
2692 não-governamentais e todos aqueles que se sentiam à vontade para contribuir. Ela ficou então nos
2693 sítios eletrônicos do CNRH e do fórum nacional que compartilha o sítio com a Rede Brasil de
2694 Organismos de Bacia, de abril a julho, aliado a essa abertura para consultas públicas nós tivemos
2695 ainda o conselho nacional encaminhando um ofício a todos os conselhos nacionais e comitês
2696 estimulando a participação e interação desses colegiados com a resolução; e o fórum nacional
2697 também através do seu colegiado coordenador também fez uma mobilização para que os comitês
2698 pudessem se manifestar e os conselhos estaduais. Com a finalização da consulta pública nós
2699 tivemos aí várias contribuições de comitês de bacias, de universidades, e conseguimos então fechar
2700 a partir dessas contribuições uma proposta final da resolução. E no 10º Encontro Nacional de

2701 Comitês que aconteceu ano passado no Rio de Janeiro nós tivemos uma reunião da CTEM que
2702 consolidou a versão final desse documento. Foi uma reunião em que nós contamos com
2703 representantes de cerca de 13 estados, tinham mais de 70 pessoas participando, representantes de
2704 comitês de bacias que puderam contribuir com a CTEM no fechamento dessa proposta de
2705 resolução. E ao final do ano, isso nós já estávamos aí próximos de dezembro encaminhamos então
2706 a CTIL para que a matéria fosse apreciada. Como era realmente final do ano e a CTIL tinha uma
2707 agenda muito extensa não foi possível. Agora no início de 2009 encaminhamos novamente foi
2708 apreciada, e foi aprovado o encaminhamento aqui para o conselho. Aí a página da REBOB onde
2709 ficou então a minuta disponível para a apresentação de contribuições dos comitês, então todos que
2710 acessavam a página da REBOB ou do Fórum Nacional tinham ali o link onde eles poderiam estar
2711 se comunicando com a CTEM. Quando eles entravam no link tinha todo um documento base da
2712 montagem dessa resolução, própria resolução e o mecanismo que essa entidade, esse comitê
2713 poderia estar se manifestando e enviando a sua contribuição. Mais do que fortalecer o texto e essa
2714 resolução, toda essa discussão e esse processo participativo nos ajudou bastante também na
2715 construção das diretrizes para educação e capacitação contribuindo assim para o programa IV do
2716 Plano Nacional de Recursos Hídricos que trata do desenvolvimento tecnológico, capacitação,
2717 comunicação e difusão de informações em gestão integrada de recursos hídricos. Na resolução, o
2718 texto nós destacamos o avanço obtido através da participação e do envolvimento dos diversos
2719 setores, a proposta tem oito artigos que dispõem sobre os princípios, fundamentos e diretrizes para
2720 a criação, implementação e manutenção dos programas de educação ambiental, capacitação,
2721 mobilização e informação. Os considerandos trazem, nós tivemos uma preocupação muito grande
2722 de ter toda fundamentação legal e conceitual que disciplina a matéria. O artigo 1º nós apresentamos
2723 o objetivo da proposta de resolução. No artigo 2º e 3º as bases conceituais e orientadoras
2724 assumidas pela CTEM para efeito desta resolução. No artigo 4º especificamente as diretrizes para
2725 programas, projetos de ações de desenvolvimento de capacidades. O artigo 5º para mobilização
2726 social. O 6º para comunicação. E o 7º estabelece que os programas de educação ambiental devem
2727 buscar integração entre os entes do sistema responsáveis pela implementação das políticas de meio
2728 ambiente, educação ambiental e recursos hídricos. O 8º finaliza a proposta de deliberação. Esta é a
2729 contribuição que a CTEM traz ao conselho. Temos a certeza que fizemos a discussão até o limite
2730 que poderíamos estar fazendo e contamos aí com apoio de todos os conselheiros e das conselheiras
2731 para a aprovação dessa importante resolução. Obrigada. **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário**
2732 **Executivo do CNRH).** Muito obrigado Suraya. Por favor, fique aqui conosco durante o
2733 encaminhamento da matéria. Agradeço a apresentação. A matéria está em discussão. Por favor,
2734 Rosa Mancini, em seguida o João Bosco. Há mais inscritos? Depois o Dalton, João Clímaco, por
2735 favor, Rosa. **Conselheira Rosa Maria Oliveira Machado Mancini (CERH/SP).** Eu quero fazer
2736 na verdade uma manifestação de apoio a essa minuta de resolução. Eu normalmente sou muito
2737 crítica com relação à educação ambiental. Eu acho que muitas pessoas já me viram falando que eu
2738 sou. O que eu acho é que na verdade ele tornou-se um tema muito vago e eu acho que o grande
2739 mérito dessa resolução é dar conteúdo e objetividade para educação ambiental de uma maneira
2740 bastante clara. Então já qualificado o que é para capacitação, o que é mobilização, o que é
2741 comunicação, porque na verdade é o que falta para se adjetivar e objetivar o trabalho. Então
2742 parabéns pelo trabalho. Eu acho que só o esforço de consultar os comitês, de estar consultando já é
2743 uma coisa para ser elogiada, então muito bem. Conte com o meu voto. **Sr. Vicente Andreu Guillo**
2744 **(Secretário Executivo do CNRH).** O próximo é o Conselheiro João Bosco, eu peço para que faça
2745 a leitura de oradores inscritos. **Conselheiro Márley Caetano de Mendonça (MMA/SRHU).**
2746 Depois do Conselheiro João Bosco os conselheiros: Dalto e João Clímaco. **Sr. Vicente Andreu**
2747 **Guillo (Secretário Executivo do CNRH).** Então as inscrições serão encerradas durante a fala do
2748 Conselheiro João Bosco. **Conselheiro João Bosco Senra (MMA/SRHU).** Eu também gostaria de
2749 parabenizar a CTEM que com essa resolução ela vai cumprir uma das demandas apresentadas no
2750 Plano Nacional de Recursos Hídricos do programa IV como muito bem colocou a Suraya aqui.

2751 Isso é muito importante, quer dizer, o próximo conselho dando a sua contribuição na
2752 implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos. Queria parabenizar também não só pela
2753 resolução, mas pelo processo, o processo em si foi muito rico de construção, de incorporação de
2754 vários atores que atuam nessa área e dessa integração com a política ambiental, com a política de
2755 educação ambiental a gente vê como essa preocupação dessa integração está constante em toda a
2756 resolução. Eu queria fazer uma proposta de uma emenda que seria no artigo 2º, no primeiro inciso,
2757 a minha proposta é que seria gestão integrada de recursos hídricos, GIRH a gestão em que todos os
2758 usos da água são considerados interdependentes sobre o enfoque... Eu acrescentaria: ecossistêmico
2759 e da sustentabilidade. Isso até para refletir o que diz o inciso 2 do artigo 3º que dá a concepção do
2760 meio ambiente em sua totalidade considerando a interdependência entre o meio natural sócio-
2761 econômico cultural sobre o enfoque da sustentabilidade. Aqui ele dá essa visão porque a gente tem
2762 a questão dos usos muito usada na visão mais antropocêntrica, e incorporar essa questão do uso
2763 ambiental, então sob o enfoque ecossistêmico e da sustentabilidade. Então é trabalhar a visão
2764 integrada da água no meio natural com os usos e também atende o que está na nossa Lei 9433 da
2765 importância da gestão integrada da política ambiental e da política de recursos hídricos. **Sr.**
2766 **Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH).** Muito obrigado Conselheiro João
2767 Bosco. A seguir o Conselheiro Dalto. Por favor, a leitura de todos os inscritos. **Conselheiro**
2768 **Márley Caetano de Mendonça (MMA/SRHU).** Em seguida os conselheiros João Clímaco e
2769 Rosalvo. **Conselheiro Dalto Favero Brochi (Consórcios e Associações Intermunicipais de**
2770 **Bacias Hidrográficas).** Gostaria de parabenizar a CTEM na pessoa da Suraya. Um trabalho
2771 excepcional contando com a colaboração de várias instituições, várias entidades que trabalham e
2772 executam a educação ambiental principalmente. Eu gostaria de também apresentar uma proposta
2773 de emenda no artigo 4º, no inciso 10º. É o último, a proposta de redação seria essa: Promover... Só
2774 justificando essa proposta de redação. A experiência que nós temos no consórcio CPJ de realizar
2775 educação ambiental principalmente voltada à gestão dos recursos hídricos onde já atingimos mais
2776 de um milhão e meio de pessoas, já foram capacitadas, a dificuldade de se trabalhar principalmente
2777 com professores da rede pública para que eles possam ser capacitados. Então precisaria ter uma
2778 articulação melhor com as secretarias não só dos estados, mas também as municipais para que as
2779 professoras, os professores possam ser liberados para as suas capacitações, enfim ser trabalhada
2780 melhor a questão das parcerias. Então a proposta seria: promover articulações com órgãos e
2781 instituições, públicas e privadas de ensino e pesquisa e demais entidades envolvidas em processos
2782 de formação, para a implementação de ações, projetos e programas de educação ambiental. Essa
2783 seria a nossa contribuição. **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH).** Muito
2784 obrigado Conselheiro Dalto. Em seguida agora chamamos o Conselheiro João Clímaco. Em
2785 seguida o Conselheiro Rosalvo. João Clímaco. Eu já havia pedido também que os conselheiros por
2786 agilidade ficassem mais próximos do microfone. Em seguida o Conselheiro Rosalvo. **Conselheiro**
2787 **João Clímaco Soares de Mendonça (ONG).** Senhor secretário, com força da própria estrutura
2788 regimental às vezes a gente tem que tratar de temas que são específicos como esses, mas ao mesmo
2789 tempo tendo uma visão mais ampla de como esse processo está se dando no meio da gestão de
2790 recursos hídricos. De modo que você compara o que está querendo com o que de fato está
2791 acontecendo; porque eu me sinto aqui como representante de um Brasil real, um Brasil onde eu
2792 vejo as coisas acontecerem e a gente fica às vezes planejando o que quer e o que se deseja, mas não
2793 se consegue fazê-lo. Eu acho que está de parabéns a nossa presidente da CTEM que tem desafios
2794 imensos pela frente agora com a nossa resolução de sinalização, faz dois anos que está parada lá de
2795 modo de que a nossa presidente da CTEM está demonstrando uma agilidade com a ajuda da Ana
2796 Paula bem interessante, se destaca em meio às outras. Contudo, eu gostaria então dentro disso que
2797 eu falei de dizer que por mais que a gente tentasse chegar a uma objetividade maior para atender
2798 alguns aspectos; por exemplo, a integração do conhecimento técnico com o conhecimento social, a
2799 superação da tecnocracia e a burocracia para a gestão de geração de conhecimentos, nós
2800 terminamos saindo de uma maneira genérica, dado o nível de interesses às vezes preocupados com

2801 certos níveis de preocupação que a sociedade civil apresentava. Então isso não foi muito claro e
2802 deu uma visão meio genérica. Não é motivo para desmerecer o trabalho que é de uma postura
2803 consensual muito difícil, mas eu aproveito para dizer então que não adianta a gente fazer um
2804 documento genérico quando na verdade o sistema trabalha com muitas coisas concretas a serem
2805 efetivadas e às vezes não dá atenção para princípios e diretrizes que são a alma de qualquer
2806 processo político institucional e de aperfeiçoamento de desejos coletivos. Você ter um nível claro,
2807 às vezes você escreve uma coisa bonita, mas não resolve. Por exemplo, nós tivemos no ano de
2808 2007 um esforço muito grande para exercitar a atividade prática que estava acontecendo no âmbito
2809 do sistema de mobilização em capacitação no caso dos comitês de bacias que estavam sendo
2810 implantados. E nós escolhemos o Paranaíba como exemplo, e foi nesse momento feita uma série de
2811 consultas e houve uma boa participação dos companheiros da ANA - Agência Nacional de Águas
2812 no sentido de que a gente tivesse uma interface entre o que se discutia na CTEM e o que ANA
2813 estava fazendo. Isso foi feito em um primeiro momento, mas parou, havia um compromisso
2814 implícito de que a gente fizesse uma dinâmica de reuniões onde a ANA mostrasse como está
2815 fazendo essa mobilização e essa capacitação. Não é (inaudível) porque nós também fazemos parte
2816 do comitê de bacia do Paranaíba e recebemos o plano de mobilização do comitê de capacitação do
2817 comitê de Paranaíba, que em nada se fundamenta nesse documento que foi um esforço, quer dizer,
2818 se nós não tivermos uma integração de saberes e posturas de princípios e de instituições para que
2819 isso seja feito não adianta. **Secretário Executivo do CNRH Vicente Andreu Guillo. (Secretário**
2820 **Executivo do CNRH).** Conselheiro, seu tempo se esgotou. **Conselheiro João Clímaco Soares de**
2821 **Mendonça (ONG).** Então peço que volte a Agência Nacional de Água para discutir em cima
2822 desses princípios que foram duramente discutidos na CTEM a qual a agência também participou e
2823 nós possamos fazer no caso do Paranaíba, onde a gente está acompanhando mais detalhado e até
2824 nos outros a mobilização e a capacitação dentro desses princípios que estão aqui escritos. Muito
2825 obrigado. **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH).** Muito obrigado
2826 Conselheiro. O último inscrito Conselheiro Rosalvo. Em seguida... Pois não? É encaminhamento?
2827 Por favor, Rosalvo se aproxime. Eu vou abrir Hugo excepcionalmente, mas a gente fechou até
2828 tendo esse cuidado de alertar ao plenário que em uma determinada fala a gente encerra as
2829 inscrições, evidentemente durante as falas as questões vão aparecer, mas a lista está formalmente
2830 encerrada, mas eu vou logo em seguida ao Rosalvo eu vou abrir excepcionalmente a palavra a
2831 você, está bem? **Conselheiro Rosalvo de Oliveira Júnior (MI).** A história só daqui a 10, 20, 30
2832 anos quando a gente puder rever esses tempos e talvez muitos de nós nem aqui estejamos. Eu
2833 quero dizer para a senhora que eu estou muito emocionado, estou muito emocionado. A senhora vê
2834 que... Eu acho que essa reunião nesses tempos talvez seja a deliberação mais importante que a
2835 gente tenha aprovado nesses talvez dez anos do conselho nacional com toda a humildade, porque
2836 eu acredito que as mudanças elas só se farão efetivamente e posso lhe dizer isso pelo menos na
2837 experiência de vida de 51 anos, só com a educação, com a capacitação, com a formação e com a
2838 informação. Então eu tenho muita honra de estar participando dessa decisão talvez como o
2839 Imbiriba também seja a última participação no CNRH porque eu sou do quadro temporário e na
2840 terça-feira o meu contrato acaba e talvez não volte mais ao conselho, mas quero levar isso e é uma
2841 honra que os meus filhos terão de ter participado dessa decisão. Ela para mim também tem um
2842 significado muito grande porque uma das poucas coisas que eu consegui aprovar lá no Comitê da
2843 Bacia do São Francisco porque defendo a questão da integração de bacias, não é Ana Catarina? E
2844 lá apanho muito, eu sou 5 em 62 e toda reunião eu apanho e apanhou, mas faço a defesa firme do
2845 governo e do projeto de integração de bacias que eu entendo que é importante para esse país. E lá
2846 nós conseguimos aprovar uma moção das poucas coisas que consegui aprovar, uma moção em que
2847 a gente determinava ao Comitê da Bacia do São Francisco que tivesse efetivamente um programa
2848 de educação ambiental. Aí eu tive que estudar e ir atrás de muito material, tenho aquele material da
2849 UNESCO, tenho aquele livro excelente de um programa de educação ambiental para o Estado de
2850 São Paulo e acredito que para a gente é muita honra, muita honra mesmo a gente estar aprovando

2851 essa resolução. Se a senhora me permitisse eu queria apenas fazer uma emenda ao inciso 9º do
2852 artigo 4º que pega um pouco do conteúdo e até da emenda que foi feita, mas porque também lá no
2853 Ministério da Integração a gente está em um processo de capacitação da Política Nacional de
2854 Desenvolvimento Regional e é um tema que para a gente é muito caro. Então eu gostaria de
2855 acrescentar depois da palavra: políticas públicas correlatas, a seguinte expressão, e aí eu quero
2856 ressaltar isso, quer dizer, não fica restrito, mas ressalta: especialmente aos seus processos de
2857 capacitação, formação e informação. E queria justificar a emenda porque, por exemplo, lá no
2858 Conselho Nacional de Meio Ambiente também existe uma proposta de uma política de educação
2859 ambiental no âmbito do CONAMA para o sistema de meio ambiente lá na Comissão Nacional de
2860 Biodiversidade. Nós também estamos discutindo um programa de capacitação, formação e
2861 informação e eu já estou concluindo seu secretário, então nesses espaços, nesses conselhos todos
2862 que a gente participa, a gente tem batido muito nisso porque acreditamos que é só isso que
2863 efetivamente a gente vai fazer a mudança e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. Se a
2864 senhora acatar, eu lhe agradeço e parabéns pelo seu trabalho. Tenho muita honra de estar hoje
2865 nesse dia e nessa decisão e nesse belíssimo trabalho que a senhora, a sua equipe e a câmara fez.
2866 Muito obrigado. **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH)**. Muito obrigado
2867 Rosalvo. Conselheiro Hugo. **Conselheiro Carlos Hugo Suarez Sampaio (MJ)**. Obrigado
2868 secretário. A minha questão só surgiu realmente com a fala do Dalto, então não poderia ter me
2869 manifestado antes, deixa só aproveitar aqui. Eu acho que daí teria também para manter a coerência
2870 seria: a promoção das articulações. Eu não sei essa eu já tinha conversado com o Dalto e não tem
2871 problema, e daí eu também perguntaria a ele se teria problema a gente eliminar aquela parte final
2872 de: para implementação de ações e etc.. Porque isso daí é praticamente a mesma coisa que está no
2873 caput deste artigo 4º. Então eu acho que essa parte aí a partir do para seria desnecessário, mas aí o
2874 Dalto é que tem que concordar. Então ele acaba de concordar, eu acho que a gente poderia eliminar
2875 isso aí. **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH)**. Muito obrigado. Então o
2876 encaminhamento muito embora as propostas... Eu tenho quando há alguma manifestação até de
2877 emendas em relação às propostas de resolução eu peço uma manifestação da presidente, de quem
2878 está encaminhando a matéria no sentido de se isso ajuda ou não no encaminhamento depois se as
2879 emendas apresentadas elas são todas incorporadas ou se eventualmente alguma precisa ser votada
2880 em separado. **Sra. Suraya Damas de Oliveiras Modaelly (Presidente da CTEM)**. A princípio
2881 no meu entendimento não comprometo em nada, contribui sim com a proposta de resolução e
2882 como nós fazemos sempre tudo junto pergunto aos membros da CTEM, ao GT da capacitação se
2883 há alguma restrição as propostas de emenda? Não? Bruno, Lara? Não. Sem problemas secretário.
2884 **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH)**. Então nós vamos fazer o
2885 encaminhamento da votação e em seguida votaremos a inclusão ou não de todas as emendas em
2886 bloco já com essa orientação da câmara técnica. Tudo bem? Aprova tudo? Então está bem, então
2887 nós vamos encaminhar a aprovação com a inclusão só para não ficar formal, tem razão a Rosa, já
2888 vamos fazer a votação com a inclusão das emendas já apresentadas. Então conselheiros de
2889 conselheiras que aprovam a resolução que estabelece princípios, fundamentos e diretrizes para a
2890 educação, desenvolvimento de capacidades, mobilização social e a informação para a gestão
2891 integrada de recursos hídricos no Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos,
2892 aqueles que concordam com a proposta e com as emendas, por favor, levantem os seus crachás.
2893 Muito obrigado, podem abaixar. Aqueles que são contrários? Abstenções? Então aprovada por
2894 unanimidade. Agradeço aqui a apresentação. Muito obrigado Suraya. O próximo item da pauta é
2895 uma deliberação sobre proposta de resolução que, cria unidade de gestão de recursos hídricos em
2896 rios de domínio da União, UGRHs, um pouquinho mais de emoção não é Braga? Cria unidade de
2897 gestão de recursos hídricos de rios do domínio da União, UGRHs e estabelece as diretrizes e
2898 procedimentos complementares para a criação de comitês de bacia hidrográfica, encaminhada pela
2899 comissão técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos. Eu convido o presidente da câmara
2900 técnica, o Sidnei Gusmão Agra para encaminhar a matéria com até dez minutos para a

2901 apresentação. Para essa apresentação está sendo solicitado na sequência, já para orientação do
2902 plenário, em seguida será convidado o companheiro... Superintendente da ANA, Rodrigo Flecha,
2903 companheiro também, mas é o vício, Superintendente de apoio da gestão para complementar a
2904 apresentação. Então, por favor, Sidnei Agra por até dez minutos. **Sr. Sidnei Gusmão Agra**
2905 **(Presidente da CTPRNH)**. Eu acho que muito rapidamente eu avisei a primeira vez que me
2906 manifestei que a pauta de hoje estava recheada de matérias que passaram pela câmara técnica. Na
2907 verdade elas não são iniciativas da câmara, mas todas passaram por ela. Eu pediria a Rachel que
2908 abrisse a nota técnica. Na verdade fazer só uma introdução e deixar a apresentação da matéria
2909 mesmo para o Rodrigo Flecha. Eu acho que é importante destacar a opinião da câmara técnica
2910 também, discutiu essa resolução na sua última reunião. Essa é a nota técnica que foi produzida em
2911 função da última reunião da câmara técnica do plano. Nesse começo tem um histórico aí que vai
2912 mostrando como se deu a evolução do trabalho técnico até chegar à proposta do mapa que aparece
2913 na resolução que é o que a resolução encaminha. Foram seis meses de trabalho conjunto da ANA
2914 com a Secretaria de Recursos Hídricos. A reunião da câmara técnica foi no início de fevereiro. Aí a
2915 lógica da resolução é você ter uma possibilidade de avançar na gestão e na implementação do
2916 sistema de gestão naquelas unidades em que há massa crítica para que isso aconteça se tenha um
2917 clima na região propício para isso. A luz do que diz ali nos itens que seguem, mas ficou claro
2918 também pelo fato... É o que está mapeado ali, marcado no item número 7, ficou claro que pelo fato
2919 da resolução ser acompanhada de um mapa isso poderia de alguma forma demarcar certo
2920 engessamento, então só vai atuar aí. Então a gente ficou... Se seguir ali uma vez que... Ah não, é
2921 nesse mesmo item que aparece ali que isso possa ser revisto juntamente com as revisões do próprio
2922 plano nacional; que a cada revisão do plano nacional a gente possa rever o mapa para que não
2923 ocorra aquele risco que se manifestava naquele item. Depois se detalha o conteúdo da resolução.
2924 Eu vou deixar para apresentação do Rodrigo e a gente pode ir lá para baixo. Então se destacava
2925 ainda no âmbito da resolução que esses comitês que possam vir a ser criados no âmbito dessa
2926 resolução prestem contas. Está lá na resolução o regramento para os seus relatórios que são
2927 encaminhados a esse conselho para que a gente veja que realmente as coisas estão acontecendo
2928 com base nos princípios que estão apontados na resolução. E finalmente uma experiência que a
2929 ANA cada vez mais vem conseguindo empreender naquelas bacias com situações de conflito
2930 bastante pronunciadas que são os processos de alocação negociada como falava a Suraya antes de
2931 mim. Da mesma forma que os processos de educação não são um dos instrumentos que gestão, a
2932 ANA tem empreendido esse esforço de construir esses pactos e depois institucionalizá-los através
2933 das outorgas, mas a gente entende isso como uma oportunidade interessante que faz avançar a
2934 gestão de recursos hídricos nessas regiões, sobretudo, aquelas de maior conflito. Então foi parecer
2935 da câmara técnica que a matéria mais uma vez se configura como oportunidade estratégica para
2936 fazer avançar a gestão em regiões que demandam desse fortalecimento. Então eu passo a palavra
2937 com a licença da mesa para o Rodrigo para que apresente a resolução propriamente dita. **Sr.**
2938 **Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH)**. Por favor, Rodrigo. Sidnei conosco.
2939 **Sr. Rodrigo Flecha (ANA)**. Boa tarde. Antes de começar a apresentação só gostaria de convidar o
2940 João Clímaco a participar do grupo técnico lá do Paranaíba que já está trabalhando a questão da
2941 capacitação também. Está ok João? Já está convidado desde já. Então essa idéia da apresentação é
2942 uma idéia já antiga que a ANA vem trabalhando forte no tema. Dr. Braga colocou aqui a sessão
2943 temática que ocorreu no Fórum de Istambul, no Fórum Mundial das Águas; é a questão da
2944 necessidade que eu acho que é um tema secretário, que o conselho deveria abordar com maior
2945 profundidade, da necessidade de nós começarmos a trabalhar na construção de pactos federativos
2946 naquelas bacias que eu considero bacias de interesse nacional. Eu vou explicar um pouco mais à
2947 frente. Eu acho que quando a gente fala na resolução anterior que trata da capacitação, trata de
2948 gestão integrada de recursos hídricos e está colocado lá que a questão de usos múltiplos,
2949 consideração de todos os usos, o João acrescentou a questão ecossistêmica e sustentável, eu acho
2950 que vai além João. Eu acho que a gente precisa criar ambientes de negociação e consensos com os

2951 estados da federação para que a gente possa avançar em bacias compartilhadas. Quer dizer, os
2952 estados têm que enxergar a bacia na condição que a Lei 9433 está colocando, senão nós vamos
2953 efetivamente bater no teto com a nossa gestão integrada de recursos hídricos, porque por enquanto
2954 a nossa gestão ainda não é integrada. É uma gestão de recursos hídricos, então a temática é essa da
2955 proposta de resolução que foi aprovada depois de um dia de discussão na câmara técnica do plano
2956 nacional de recursos hídricos e dois dias de discussão na CTIL. Na realidade ela cria unidade de
2957 gestão de recursos hídricos, aí de rios de domínio da União, eu coloquei em azul, eu gostaria que a
2958 gente pudesse adotar um conceito talvez de bacias compartilhadas interestaduais. Eu acho que é
2959 um conceito que reflete muito mais os nossos desafios da nossa constituição que coloque que nós
2960 estamos em um sistema federativo e não unitário. E aí o patamar da negociação muda, e estabelece
2961 as diretrizes e procedimentos complementares para a criação de comitês. Os objetivos nós temos
2962 quatro, se eu fosse poder listar os objetivos, quatro objetivos. Quer dizer, nós estamos tentando
2963 radicalizar, aprofundar a gestão descentralizada fazendo com que os estados da federação cumpram
2964 um papel mais forte nessas bacias que a gente está considerando como bacias compartilhadas
2965 regionais. Sem esquecer aquelas bacias de interesse mais nacional, ou seja, que tenham uma escala
2966 que extrapola que necessita uma escala de articulação mais forte entre estados e União. E aí é na
2967 realidade criar uma regra. Eu acho que o Brasil precisa trabalhar com uma regra que a Lei 9433 diz
2968 que a União deve se articular com os estados. Todas as legislações estaduais dizem que os estados
2969 devem se articular com a União e com municípios, mas nós não temos nenhum mecanismo,
2970 nenhum instrumento estabelecido que crie uma regra para que a gente possa avançar nesse pacto
2971 federativo entre União e os estados. Atende também ao artigo 5º da Resolução CNRH nº 5 que
2972 define que área de atuação de comitês de bacias será estabelecida por decreto, decreto presidencial,
2973 não é isso que está na Lei 9433, e sua instituição e pela divisão hidrográfica nacional incluída no
2974 plano nacional de recursos hídricos; e também estabelecer diretrizes complementares a partir da
2975 experiência que a ANA vem vivenciando nesses últimos oito anos de instalação de criação e
2976 instalação e, sobretudo, funcionamento de comitês de bacias. Ou seja, nós não queremos mais, nós
2977 queremos que os comitês da bacia hidrográfica representem toda a bacia. No Paraíba do Sul, por
2978 exemplo, nós criamos um comitê de integração no Paraíba do Sul que é constituído por
2979 representantes dos comitês dos estados, quer dizer, foi uma experiência importante e o comitê de
2980 integração do Paraíba do Sul, (inaudível) ele passa a ter uma pauta maior, uma pauta mais
2981 estratégica; e os comitês estaduais com sua pauta local, mas o comitê de integração ele passa ter
2982 uma pauta com questões de marco relatório, com questões de temas estratégicos, pontos de
2983 controle e um conjunto de outras questões que concerne à bacia na sua totalidade. Nós tivemos aí
2984 ao longo desses últimos anos um conjunto de iniciativas de demanda de criação de comitê de bacia,
2985 quer dizer, é importante que o conselho comece a enxergar a necessidade de nós termos, quer
2986 dizer, respeitando a nossa carta magna que é o Plano Nacional de Recursos Hídricos que vai ser
2987 revisado em 2014. É necessário que a gente crie, não pulverize a criação de comitês de bacia, quer
2988 dizer, ninguém é contra a criação, muito pelo contrário, mas que a gente tenha um regimento que
2989 possa fortalecer a descentralização e essa articulação necessária entre estados e a União. Na
2990 realidade isso é uma solicitação, uma demanda do subprograma 1.4 do Plano Nacional de Recursos
2991 Hídricos que coloca a necessidade de elaborarmos estudos para definição de unidades territoriais e
2992 para a instauração de modelos institucionais e respectivos instrumentos de gestão. O que nós
2993 fizemos? Desde 2004 nós viemos trabalhando na construção dessa base territorial e nós partimos
2994 para definição dessas unidades de gestão de recursos hídricos das doze regiões hidrográficas
2995 estabelecidas e das 442 unidades estaduais de planejamento e gestão. A grande maioria, talvez não
2996 a grande maioria, uma boa parte dos conselhos estaduais de recursos hídricos já aprovou assim
2997 como São Paulo, Minas Gerais, Bahia recentemente fez um novo estudo das unidades de
2998 planejamento baianas, eles já tem as suas unidades estaduais. Outros têm estudos, então para
2999 aqueles que ainda os conselhos não são cancelaram essas unidades estaduais de gestão nós nos
3000 baseamos nos estudos existentes, quer dizer, a nossa premissa foi o quê? Para criarmos as unidades

3001 nacionais de gestão de recursos hídricos elas devem ser criadas a partir das unidades estaduais
3002 buscando harmonizar as ações. Essa foi a nossa grande premissa. Para isso a gente usou uma
3003 metodologia a partir de um conjunto de fatores de integração, para chegarmos as nossas unidades
3004 nacionais e as unidades regionais, como por exemplo, critérios hidro-ambientais, bacias
3005 hidrográficas representativas. Por exemplo, na bacia do Rio São Francisco a bacia do Rio das
3006 Velhas é uma bacia hidrográfica representativa dentro da bacia do São Francisco. Unidades de
3007 conservação ambiental: mapeamos todas as unidades de conservação da lei do sistema nacional de
3008 unidades de conservação, todos os aquíferos importantes estratégicos nacionais, todos os
3009 reservatórios para produção de hidrelétrica e as principais interligações de bacias que nós temos
3010 hoje no país. No que diz respeito aos critérios sócio-econômicos pegamos todas as regiões
3011 metropolitanas existentes no país, as unidades nacionais que o Rosalvo conhece bem de
3012 planejamento do Ministério da Integração, e as mesorregiões econômicas do IBGE. E no que diz
3013 respeito a critérios políticos (inaudível) nos referenciamos nas unidades federadas e nos comitês de
3014 bacias existentes. Então esses critérios foram os critérios, os fatores de integração. Utilizamos a
3015 metodologia de cluster para criar agrupamentos semelhantes nessa nossa modelagem matemática, e
3016 obviamente como colocou aqui o Sidnei Agra é um regramento que tem uma validade com a
3017 revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos. É importante que a gente tenha isso para que a
3018 gente tenha metodologicamente regras para que a gente possa avançar pari-passu criando esses
3019 pactos e não simplesmente falando: é importante criar o comitê x, y, z, ou é importante atuar nessa
3020 ou naquela região. Nós temos o regramento onde o Plano Nacional de Recursos Hídricos é o nosso
3021 instrumento balizador, ou seja, essa regra vai ser revisada, a idéia é essa, juntamente com a revisão
3022 do Plano Nacional de Recursos Hídricos. E aí a gente chega às unidades nacionais, são trinta
3023 unidades de abrangência interestadual. Aí eu volto no conceito de bacia compartilhada
3024 interestadual. Eu acho que é um conceito mais correto e eu venho insistindo nisso com vários
3025 estados, do que trabalharmos com esse conceito de rios de domínio da União, bacias federais ou
3026 bacias... Entendeu? É aí que a gente começa a entender a necessidade de sim fazer uma gestão
3027 integrada de recursos hídricos, e não o que nós estamos fazendo. Em vários casos tem algumas
3028 tentativas de gestão integrada, mas hoje a gente pratica uma gestão de recursos hídricos que muitas
3029 vezes ela é compartimentada por estado. Nós tivemos uma experiência interessante entre a Paraíba
3030 e o Rio Grande do Norte que foi o processo de marco regulatório acordado entre os dois estados,
3031 quer dizer, a gente está alocando água em quantidade e qualidade a partir de cenários prospectivos
3032 acordado com os estados, os órgãos reguladores dos estados. Isso foi muito importante. Você
3033 começa a criar regras de ordenamento do uso da água naquela bacia. Então nós criamos também a
3034 partir daquele conjunto de fatores de integração nós criamos uma terminologia que chamamos de
3035 uma unidade de gerenciamento de recursos hídricos de caráter nacional, ou seja, tem uma escala de
3036 articulação onde à escala de articulação e a problemática toda associada à gestão de recursos
3037 hídricos elas vão envolver obrigatoriamente estratégias nacionais, e temos bacias compartilhadas
3038 interestaduais, mas com uma escala mais regional que envolve os problemas associados à gestão de
3039 recursos hídricos e a escala de articulação envolve... O problema é restrito àquela bacia
3040 hidrográfica. Então o conceito que a gente quer de bacia nacional e de bacia regional está aí
3041 estabelecido a partir daqueles fatores de integração que nós colocamos atrás. Inegavelmente, por
3042 exemplo, a bacia do São Francisco é uma bacia de escala de articulação nacional e a bacia, por
3043 exemplo, para um gaúcho e para um catarinense do Mampituba é uma bacia inegavelmente de
3044 escala regional. Assim como a bacia do Rio Itabapoana, por exemplo, Minas, Rio e Espírito Santo,
3045 o problema não tem reflexo, a gestão de recursos hídricos nessas bacias de interesse regional ela
3046 fica restrita a própria bacia. Ela não tem um impacto nacional como tem uma bacia do São
3047 Francisco, uma bacia do Rio Grande, uma bacia do Rio Paranapanema e outras bacias que a partir
3048 daqueles fatores de integração elas têm uma abrangência que vão além da sua própria bacia. E aí à
3049 esquerda ali que vocês devem ter no anexo, o artigo 1º cria as unidades de gestão de recursos
3050 hídricos, para mim seria de bacias compartilhadas interestaduais. Eu acho que a terminologia de

rios de domínio da União carrega com ela e um centralismo de tomada de decisão e não é esse o espírito da gestão integrada que nós queremos construir, conforme o anexo da resolução. O anexo apresenta aquele mapa onde às bacias azuis, a partir dos fatores de integração nós classificamos como bacias nacionais de escala de articulação nacional, e as bacias em amarelo são as bacias com escala de articulação regional. Em branco são as bacias eminentemente que são rios que não atravessam estados, são eminentemente estaduais. Aí foi uma demanda inclusive de uma reunião que ocorreu com o governo federal, uma demanda de tentar conceituar como eu já coloquei o que é UGRH nacional. Como eu já disse, são unidades em que a escala de articulação e a problemática associada aos recursos desenvolvem estratégias de abrangência nacional, assim como a regional envolve os problemas que são mais restritos àquela própria bacia que foi uma demanda do Rosalvo, uma demanda do MI e uma demanda de alguns outros setores. Então só tem esse ajuste proposto com relação à resolução que os senhores têm em mãos, com relação a esses dois parágrafos. O parágrafo 3º diz que: a criação de comitês em bacias hidrográficas, aí eu ponho entre aspas, rios de domínio da União, observará a área de atuação definida para as UGRHs e as posições estabelecidas na Resolução 5 do CNRH de 2000. E as UGRHs poderão ser redefinidas nas revisões do PNRH que irão acontecer a partir de 2014. O artigo 2º: a criação de comitês para as UGRHs regionais poderá ser proposta pelos estados. Aí que está a idéia de aprofundar a nossa descentralização em favor dos estados. É esse o nosso conceito que nós entendemos que é um conceito correto que vai ao encontro da gestão descentralizada e participativa de recursos hídricos. O inciso 1º: atendidas as seguintes condições, ou seja, os estados se eles quiserem podem propor a criação de comitês nas unidades regionais desde que editem atos normativos nos estados atribuindo ao comitê da área abrangida pela UGRH regional o exercício das competências legais relativas ao comitê de bacia previsto nas políticas estaduais, ressalvado a critério do estado a área de atuação dos comitês já instalados na referida UGRH. Isso é um caso que acontece, por exemplo, na Bacia do rio Jequitinhonha que é uma bacia de interesse regional. Nós temos em Minas Gerais o comitê do Rio Araçuaí que é um afluente ao Jequitinhonha, quer dizer, o Estado de Minas Gerais pode junto com a Bahia eventualmente trabalhar no conceito da bacia do Jequitinhonha como um todo, ou então deixar o comitê do Araçuaí com a sua vida própria lá dentro que é possível também. Essa abertura está colocada. Agora, é importante no inciso 2 que tenha vigência de norma no âmbito dos estados com área abrangida pela UGRH regional estabelecendo um marco regulatório, ou seja, é uma alocação quali-quantitativa dos recursos hídricos. É muito importante aprovada pelos respectivos conselhos estaduais de recursos hídricos, dentro da idéia de que o conselho nacional delegaria aos conselhos estaduais de recursos hídricos as suas atribuições. O item 3º, inciso 3º, delegação também pela ANA - Agência Nacional de Águas a outorga de direito de uso de domínio da União na respectiva UGRH, e o inciso 4º: demonstração que nessa bacia haja sustentabilidade financeira da secretaria executiva do comitê da bacia. A gente vê por aí, nós temos um conjunto muito grande de comitês de bacia no Brasil e muitos deles não têm sustentabilidade, não tem recursos e não têm garantia de recursos para ter uma agenda, uma pauta importante, e esse é um problema crucial nesse país. Então esses condicionantes são colocados. Foi acrescentado... **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH).** Rodrigo, foram 16 minutos, a gente tem um limite de 20, e são oito artigos. Eu pediria que você sem perda do conteúdo e sem te interromper... **Sr. Rodrigo Flecha (ANA).** É essa a questão. Eu vou tentar passar mais rápido. O parágrafo 1º fala que quando houver o plano de recursos hídricos, quer dizer, independentemente daquela alocação quali-quantitativa, isso é óbvio, essa alocação vai ser ajustada a partir do momento da existência do plano de recursos hídricos. A ANA e os órgãos competentes no âmbito dos estados estabelecerão formas de garantir sustentabilidade da secretaria executiva do comitê. A instituição do comitê deve ser aprovada por decreto presidencial porque isso está em lei; e os estados caso eles queiram eles poderão agregar a essas unidades regionais outras bacias hidrográficas de domínio estadual contiguas. Após a criação do comitê da bacia, é aquilo que eu falei, após a criação do comitê de que trata o inciso 2 da resolução o CNRH delega aos conselhos

estaduais um conjunto de atribuições de competência que ele tem de corpos d'água de domínio da União como: enquadramento, definição de critérios e valores a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos; a questão da Lei 10881, delegação das competências de agências de água, as entidades (inaudível) funções de agência, e também com relação aos usos insignificantes para efeito de isenção de outorga e cobrança. As deliberações do comitê, e aí uma vez que o CNRH delegou, elas têm que ser obrigatoriamente aprovadas pelos respectivos conselhos estaduais. A delegação de competência pelo CNRH prevista no artigo 3º, o anterior, ela deve ser revogada se constatado descumprimento de qualquer resolução. Esse exemplo é um exemplo que tem acontecido Catarina em Alagoas e Pernambuco é a questão do Paraíba, quer dizer, aquilo que eu falei para vocês, vai ao encontro ao desejo do Estado de Pernambuco e de Alagoas no sentido de que os dois trabalhem em prioridade na formação daquilo, e o conselho nacional delega em fazer dos dois estados, dos dois conselhos, as suas prerrogativas. O artigo 5 é mais uma questão formal, mas ela é importante. É um relatório que os comitês devem fazer, quer dizer, a gente tem sentido necessidade dos comitês apresentarem as atas, essa é uma grande verdade, tem comitê fantasma por aí. Eu acho que o conselho nacional deveria tomar providências nesse sentido, porque nem eleição ele faz mais, e que era importante que os comitês criados apresentassem relatório sobre o regimento interno, sua composição, sua agenda, sua pauta, suas resoluções, como está o avanço da gestão de recursos hídricos naquela bacia no que diz respeito ao comitê de bacia. Aí é o prazo de entrega de relatório. A secretaria do conselho nacional vai disponibilizar modelo, e o artigo 6º e 7º encerram a resolução. O 6º diz que os comitês da UGRH regionais deverão juntamente com a apresentação do relatório, encaminhar comprovação da manutenção daquelas condições que eu coloquei no artigo 2º, ou seja, marco regulatório, alocação quali-quantitativa, a delegação da própria Agência Nacional de Águas, como está funcionando enfim aquelas atribuições que eles receberam. E o artigo 7º a condição definida no inciso 2 também que é a questão da alocação quali-quantitativa deve constar, isso é uma experiência que a gente já está aprendendo ao longo desses 8, 9 anos. Quer dizer, para que a gente possa trabalhar de maneira mais harmônica numa bacia hidrográfica de interesse nacional é importante que a gente comece a pensar em harmonizar instrumentos técnicos e institucionais de gestão entre a ANA e os estados da Federação. E aí tem uma condição importante e vale para toda bacia, seja regional ou nacional, que é a necessidade de uma aproximação dos estados e da União para criamos marco regulatórios nas bacias no sentido de integrarmos os mecanismos técnicos, cadastros, outorga, fiscalização, enquadramento e um conjunto de mecanismos técnicos que nós precisamos trabalhar de maneira harmônica para que a gente possa ter efetivamente uma gestão integrada. Era isso. Obrigado. **SR. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH)**. Muito obrigado. Por favor, continue aqui conosco Rodrigo. Eu agradeço a apresentação. A matéria está em discussão. Inscrições, por favor. Conselheiro Lobato, o primeiro inscrito. Por favor, seguem-se as inscrições, o Marley vai coletar as inscrições. **Conselheiro Francisco José Lobato da Costa (OTEP)**. Senhor secretário, senhores conselheiros. Confesso que eu estou surpreso com a densidade e a importância dessa reunião que estamos tendo hoje no Conselho Nacional. Aquelas avaliações do sistema nacional de recursos hídricos que nós mencionamos, se os senhores olharem a parte IV da publicação GEO Brasil Recursos Hídricos, tem lá uma avaliação do que nós chamamos de problemas do sistema nacional. Três tipos. Eram problemas operacionais, problemas estruturais e problemas de estratégia institucional e condução de processos decisórios. Nos problemas estruturais estava exatamente o desafio da dupla dominialidade dos corpos d'água no Brasil, e do timing de atuação tanto da União quanto dos estados que são os que têm titularidade sobre os corpos hídricos. Portanto, esse trabalho implica o enfrentamento de um dos problemas mais desafiadores que o Brasil tem em função da sua dimensão territorial que é essa questão da dupla dominialidade. Quais são as referências que nós temos e como é que isso é posto no mundo todo? Nós tivemos a oportunidade de participar de uma reunião da OCDE em setembro do ano passado na cidade do Porto, e também de conhecer as diretivas quadro sobre uso da água da Comunidade Européia e isso para a União Européia é um

3151 desafio muito interessante, similar aos problemas que foram aqui apresentados. A idéia básica que
3152 nós já exercitamos preliminarmente aqui no país é essa história do comitê de integração, e da
3153 divisão de trabalho entre uma instância mais ampla em termos regionais que tem que ter uma visão
3154 estratégica tal como aquela apresentada no plano estratégico do Araguaia/Tocantins hoje pela
3155 manhã e os encargos operacionais que são das unidades menores de implementação de ações de
3156 planos de bacias hidrográficas. Isso significa a aplicação na prática do chamado princípio da
3157 subsidiariedade. Tudo aquilo que puder ser resolvido localmente que não afete terceiros é mantido
3158 na bacia operacional, aquilo que tem uma abrangência maior e, portanto, uma importância regional
3159 ou nacional sobe para uma instância de articulação. Portanto, eu acho que essa resolução é
3160 fundamental, é importante, ela gerará aprendizados, dúvidas, não há forma no planeta, isso não é
3161 só um problema brasileiro, mas em diversos outros países com divisões federativas de isso ser
3162 resolvido e, portanto, todo aprendizado e acho muito notável acompanhar isso nas revisões do
3163 plano nacional, que isso vá continuamente sendo aprimorado. Fico admirado com o trabalho. Acho
3164 importantíssimo isso. A última referência é que se os senhores olharem na parte II do GEO Brasil
3165 Recursos Hídricos há uma menção do chamado mapa de gestão que eram os estudos iniciais que a
3166 ANA já tinha nos idos de 2005, 2006, exatamente sobre o traçado dessas unidades. Então meus
3167 parabéns e terão todo apoio à aprovação dessa resolução. **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário**
3168 **Executivo do CNRH).** Muito obrigado Conselheiro Lobato. A seguir Rosa Macini. Eu pediria que
3169 fizesse a leitura dos conselheiros e conselheiras inscritas. **Conselheiro Márley Caetano de**
3170 **Mendonça (MMA/SRHU).** Conselheiros: Rosa Mancini, Carlos Alencastre, José Machado e
3171 Rosalvo Júnior e também Conselheira Tereza e Conselheira Ana Catarina. **Sr. Vicente Andreu**
3172 **Guillo (Secretário Executivo do CNRH).** Por favor, Rosa. Durante a fala da conselheira Rosa nós
3173 estaremos recebendo inscrições para a lista de intervenções. Lembrado que às 17h30min está
3174 prevista a festa de posse do companheiro Paulo Varela como diretor da ANA. Está começando sem
3175 todos nós aqui. **Conselheira Rosa Maria Oliveira Machado Mancini. (CERH/SP).** As
3176 considerações que nós vamos apresentar aqui na verdade elas dizem respeito ao documento que foi
3177 encaminhado originalmente da câmara técnica para os conselheiros. Vários complementos foram
3178 feitos pelo Rodrigo nesse momento que não constam do documento. Eu vou me ater ao que está no
3179 documento. Na verdade eu vim para cá com a intenção de fazer pedido de vista, mas eu acho que
3180 nem o pedido de vista vai resolver as questões que eu estou prestes a colocar, e aí até o final a
3181 gente decide qual seria o melhor encaminhamento. Eu acho que a intenção da proposta de
3182 resolução é perfeita. Eu acho que vem para resolver vários problemas que nós temos de fato no
3183 país. Tem alguns estados que é mais fácil você resolver, no nosso caso até São Paulo é simples,
3184 porque são bacias claras com dois estados compartilhando, então nem é uma coisa complicada,
3185 mas tem outras regiões que já foram citadas várias em que isso acontece. Porém, o anexo dessa
3186 resolução que tem um mapa, e tem uma tabela que define quais são as de interesse regional e as de
3187 interesse nacional, esse quadro não é acompanhando nem no texto da resolução e nem no mesmo
3188 quadro dos critérios que definem. O Rodrigo apresentou os critérios aqui, mas eu não acho que
3189 esses critérios sejam os melhores critérios do mundo para poder resolver o que é de interesse
3190 regional e o que é de interesse nacional. Então eu acho que esses critérios deviam ser
3191 estabelecidos, fazer parte do corpo da resolução e bem fundamentados. Até a própria intenção da
3192 resolução tem que ser melhor fundamentada no corpo da resolução. Algumas das bacias que ele
3193 citou, ele usou até o termo: são inegáveis. Algumas de fato são inegáveis, outras são negáveis,
3194 portanto não tem ainda consenso sobre essa questão. O segundo ponto que são duas questões que
3195 estão relacionadas é que está estabelecida, na proposta de resolução está definindo que os futuros
3196 planos nacionais de recursos hídricos eles podem rever essas unidades. Em algumas regiões que
3197 ainda não contam com comitês de bacias e como o próprio Rodrigo disse que ainda estão
3198 estudando essas unidades, essa flexibilidade pode ser uma coisa positiva. Para bacias que já estão
3199 consolidadas e no nosso caso nós temos praticamente 15 unidades de gerenciamento de recursos
3200 hídricos que fazem parte de algum rio de domínio da União, isso para nós é muito mais

3201 complicado. Vai ser muito difícil a gente estar trabalhando num formato e o próximo plano por
3202 alguma questão fazer uma alteração. Isso é fácil de resolver? É. Você pode inserir na resolução
3203 algum mecanismo que fale: as unidades que já estão consolidadas não serão alteradas. Mas não
3204 está escrito, portanto, tem que ter essa atenção. Com relação principalmente nesse aspecto ainda
3205 nessa questão dos estados é: nós acreditamos, entendemos e apoiamos que todos os conselhos
3206 estaduais sejam consultados, assim como os comitês de bacia que já estão implantados para avaliar
3207 essa listagem, essas propostas. Eu acho que os conselhos estaduais estão diretamente envolvidos
3208 nisso, eles que deliberam a formação dessas unidades, então eu acho que eles devem ser
3209 formalmente consultados. A Suraya deu uma idéia agora a pouco, que amanhã temos a reunião dos
3210 conselhos estaduais para definir a questão da representação aqui no Conselho. Pode ser um
3211 momento de abrir essa discussão e a partir daí se fazer uma discussão aprofundada. Nós
3212 acreditamos e propomos que essa discussão seja levada para os conselhos sim para que eles
3213 possam avaliar a proposta. O terceiro item é com relação ao artigo... Eu não coloquei o artigo, mas
3214 eu acho que é o 5º, que define um controle excessivo de inúmeros documentos e relatórios para que
3215 comprove a atuação do comitê. É uma vigilância muito grande, só faltou definir a punição se a
3216 gente não cumprisse, mas eu acho que isso tem que ser amenizado, tem que ser melhor pensado
3217 porque fica uma coisa até meio agressiva a forma como foi colocada. O 4º item diz respeito à
3218 questão da operacionalização dos instrumentos de gestão. Na resolução está previsto, temos as
3219 unidades de... Sempre vai ter uma porção da União e uma porção dos estados, portanto, você tem
3220 um problema de dominialidade e a gente acredita que esse problema vai continuar porque o estado
3221 vai continuar, a não ser que a gente rompa também com o limite estadual. Caso haja a ampliação
3222 de uma unidade de gestão tem que se definir melhor a competência para o desenvolvimento,
3223 principalmente com relação à cobrança. Hoje nós temos regras que estão funcionando mais ou
3224 menos, onde está a calha principal quem domina é a União; cobra a ANA, nos estados, isso é uma
3225 coisa super complicada. Isso tem que ser melhor pensado e estar estabelecido no texto da
3226 resolução. Isso nós acreditamos que a dominialidade continua mesmo com essa proposta, você
3227 continua com o seu limite administrativo do estado e de alguma forma tem que ser pensada. Ainda
3228 com relação à questão dos instrumentos de gestão nós temos a questão, por exemplo, do
3229 enquadramento dos corpos d'água que necessariamente entram na questão de uso e ocupação do
3230 solo que é de dominialidade municipal. Então aí entra mais um complicador na história que a gente
3231 também deve pensar em algum mecanismo para ser inserido nessa resolução. Enfim, o que a gente
3232 pede é que todas essas questões sejam melhor discutidas, aprofundadas, amadurecidas,
3233 explicitadas, que os critérios sejam definidos e incorporados no corpo da resolução. Eu vou propor
3234 aqui, eu acho que posso propor, tem duas possibilidades que o Marley levantou: o pedido de vista
3235 não vai bastar porque esse processo de consulta não é possível se dar em 15 dias que é o prazo que
3236 nós temos agora considerando o do Tocantins/Araguaia, então isso não resolveria. Então temos
3237 duas alternativas, ou a suspensão da discussão hoje e depois precisamos estabelecer como se
3238 retoma, ou o pedido de retorno para a câmara técnica de origem que no caso é a câmara técnica do
3239 Sidnei, do Plano Nacional, para que se retomem essas discussões e se tenha esse processo de
3240 consulta, de aprimoramento e de amadurecimento. É isso. **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário**
3241 **Executivo do CNRH).** Muito obrigado Conselheira. Foi concedido também o tempo adicional em
3242 função da relevância e das exposições já feitas como mencionado pelo Conselheiro Lobato. A
3243 seguir nós temos... Eu pediria aos demais conselheiros que também se ativessem a possibilidade de
3244 tratar dos encaminhamentos aqui propostos. A lista, por favor. Carlos Alencastre, José Machado,
3245 Rosalvo, Tereza e Catarina. **Conselheiro Carlos Eduardo Nascimento Alencastre (CBH).** Eu
3246 queria cumprimentar o Rodrigo pelo trabalho e dizer o seguinte: a Rosa já adiantou algumas coisas
3247 que a gente ia colocar. É a questão da consulta porque está se atribuindo questões que tem que ser
3248 resolvidas pelos conselhos estaduais que não foram consultados de antemão. Então eu acho que
3249 isso que a Rosa colocou é importante. E também a questão dessa... Eu não vou colocar como
3250 ingerência, mas dessa fiscalização em cima do andamento dos comitês, de como funcionam os

3251 comitês. Eu acho que é uma coisa que a gente tem que dar uma repensada, mas a proposta como
3252 um todo é válida. Eu acho que nós estamos no caminho certo para melhorar essa questão da
3253 dominialidade no Brasil. Obrigado. **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do**
3254 **CNRH)**. José Machado em seguida. **Conselheiro José Machado (ANA)**. Primeiro eu gostaria de
3255 dizer que esse é um tema muito caro a Agência Nacional de Águas pelo fato de ser o órgão
3256 implementador das políticas definidas aqui pelo Conselho. A agência tem se ressentido de uma
3257 estratégia mais clara de implementação do sistema de gestão de recursos hídricos. Essa proposta
3258 organiza, ela dá um sentido estratégico, dá foco, dá prioridade, um rumo para o trabalho da ANA e
3259 nos livramos daquela expectativa que muitas vezes existe de que pode aparecer de repente na nossa
3260 pauta a criação de um comitê aqui, um comitê acolá sem a devida consideração sobre qual é a
3261 relevância que tem isso dentro de um contexto de prioridades mais amplo. O que nos faz refêns de
3262 certo clientelismo, entre aspas, que pode comprometer a eficiência e a eficácia da implementação
3263 da política de recursos hídricos. Eu acho que essa proposta é uma proposta amadurecida
3264 longamente na ANA, mas eu sou inclinado a concordar que pela centralidade dela essa discussão
3265 não pode ser espremida no final de uma reunião do conselho. Não pode porque ela vai mudar de
3266 patamar, vai ser uma mudança de patamar para o nosso trabalho e, portanto, é preciso que o
3267 conselho esteja muito maduro para poder dar esse respaldo para a ANA, porque caso contrário com
3268 tantas dúvidas que ainda persistem nós poderemos aprovar uma coisa um pouco (inaudível) e eu
3269 acho que isso não é a intenção de maneira alguma da ANA. Então eu estou de acordo com o
3270 encaminhamento que a Rosa está propondo aqui. Acredito que talvez o melhor mecanismo seja a
3271 suspensão da discussão de tal modo que a gente tenha condição de envolver mais os conselhos, os
3272 comitês, mas é importante que todos sintam que no momento em que nós estamos definindo quais
3273 são as bacias estratégicas nós estamos dando foco a política, ela não pode ser uma coisa que vai
3274 meio... De vez em quando chega a ANA um conjunto de prefeitos, vamos criar tal comitê, mas não
3275 existe razão para você colocar muitas vezes recursos escassos e nós temos recursos escassos em
3276 processos totalmente invertidos da política. No momento em que o conselho nos der um roteiro
3277 com clareza do que é estratégico e do que é regional, porque se há uma vontade para criar um
3278 órgão regional que se crie um órgão regional. Mas os escassos recursos que nós temos aqui no
3279 nosso âmbito, no âmbito nacional, nós temos que priorizar aquilo que tem impactos estruturantes
3280 para o sistema, então essa questão é uma questão crucial. Nós temos que ter uma definição sob
3281 pena de nós misturarmos as coisas e não darmos eficiência e eficácia ao processo de
3282 implementação da gestão. Portanto, eu queria dizer que fico feliz de ver que há uma aceitação em
3283 tese da proposta. Eu acho que nós estamos no limiar de uma mudança de qualidade em função
3284 desse debate, então eu faço uma adesão aqui à preocupação dos que me antecederam, do Carlão e
3285 da Rosa, no sentido de que a gente dê mais tempo para discutir porque nós não temos interesse de
3286 discutir uma matéria desse teor de afogadilho. De maneira alguma. Isso seria muito ruim para nós
3287 todos se fizéssemos isso. Então eu apoio essa decisão. **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário**
3288 **Executivo do CNRH)**. Muito obrigado. Conselheiro Rosalvo e em seguida Tereza. **Conselheiro**
3289 **Rosalvo de Oliveira Júnior (MI)**. O Rodrigo disse que está doido para se ver livre de mim porque
3290 eu dou muito trabalho a ele. Mas veja bem Rodrigo eu acho que é absolutamente fundamental se a
3291 gente está criando uma resolução à gente ter o conceito. O que a gente entende como uma unidade
3292 de gestão de recursos hídricos? É nacional e o que é regional. E mesmo aquele conceito que você
3293 apresentou no seu slide eu acho que a gente poderia incorporar um pouco do que você falou. O que
3294 você falou e explicou não está dentro do conceito. Eu acho que o que você falou é melhor do que o
3295 que está escrito. Em segundo Rodrigo e eu quero pedir perdão, talvez tenha sido falha minha, a
3296 gente não aportou um material que é riquíssimo que nós fizemos lá no Ministério porque como nós
3297 somos responsáveis pela política nacional de desenvolvimento regional, definir o que é uma região
3298 é uma discussão que vem desde a década de 40, e a gente nunca chegou a uma conclusão. E aí nós
3299 fizemos ano passado no Ministério uma reunião entre o IBGE e todos os estados da federação onde
3300 a gente definiu as unidades de planejamento territorial. De modo que a gente não tivesse uma

3301 divergência entre o que o Ministério da Integração pensa que é uma região, uma mesorregião; o
3302 que o IBGE pensa e o que o Estado pensa. E aí eu acredito Rodrigo, salvo melhor entendimento de
3303 que o aporte desse material ajudaria muito, muito mesmo na discussão que a gente está fazendo
3304 disso aqui. Digo para você não ficar triste porque eu acho que nós vamos aprovar isso ainda este
3305 ano, mas entenda o que é revolucionário, o que é novo, denso, o que dá um salto as pessoas
3306 tremem, as pessoas precisam pensar um pouco. Então eu acredito que talvez voltando para a
3307 câmara técnica e a gente discutindo mais uma ou duas vezes, mas com compromisso de antes de
3308 dezembro de 2009 a gente aprovar isso aqui porque eu acho que isso será o grande norte, a grande
3309 ação da política nacional de recursos hídricos. Lamento ter feito só 104 pontos e não 130, senão eu
3310 teria passado no concurso da ANA e iria trabalhar com isso lá com você. Obrigado. **Sr. Vicente**
3311 **Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH)**. Tereza. A última inscrita. Depois vamos dar o
3312 encaminhamento. **Conselheira Tereza Cristina Esmeraldo de Oliveira (CERH/DF)**. Mais um
3313 pedido de esclarecimento ao Rodrigo. Na resolução está definida unidade de gestão nacional e
3314 unidade de gestão regional, e coloca que o comitê de bacia da unidade de gestão regional pode ser
3315 proposto pelos estados e ser analisado aqui no Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Certo? A
3316 minha pergunta é a seguinte: mas já estão estabelecidos quais podem ser propostas pelos estados,
3317 os comitês das unidades de gestão regional que seriam esses aqui do anexo. Não teria uma
3318 liberdade, uma flexibilidade de dois estados pensarem num comitê onde haja um conflito de uso de
3319 água entre dois estados e trazer aqui para o conselho para ser analisada uma proposta de comitê
3320 que não sejam esses já definidos. Eu acho que é isso que emperra um pouco. Se for possível
3321 flexibilizar mais essa questão eu acho que contribuiria. Porque às vezes têm questões entre estados
3322 que não foram previstas aqui; e que um comitê ajudaria a resolver e que não tira assim como essa
3323 resolução prevê que essa criação tem que ser analisada e aprovada pelo conselho. Então eu acho
3324 que flexibilizar essa questão da criação de comitês nas unidades regionais eu acho que ajudaria
3325 melhor nessa gestão. Obrigada. **Sr. Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH)**.
3326 Não é um encaminhamento simples. Eu gostaria de ver se esse encaminhamento pode vir a atender
3327 o plenário e também a câmara técnica que fez a apresentação. É uma solicitação para que a gente
3328 possa aprofundar esse debate. Também precisaríamos deixar aqui uma data indicativa em relação a
3329 isso. Tem uma sugestão de retorno à câmara técnica que em certa medida conflita, ela se choca
3330 com o princípio dela estar apresentada aqui e com o princípio de ampliar o conjunto da discussão
3331 envolvendo comitês, especialmente os comitês de bacia. Então o encaminhamento que a gente faria
3332 sem prejuízo, há alguns questionamentos que eu tenho certeza que o Sidnei e especialmente o
3333 Rodrigo estão bastante ansiosos para responder; mas na medida em que o encaminhamento a ser
3334 proposto retornará a discussão a este plenário mais adiante, a proposta que nós estaríamos
3335 apresentando acatando a sugestão do presidente da ANA seria de suspensão dessa discussão; fazer
3336 o indicativo de que ela seria reapresentada; o indicativo é de que ela seria apresentada na reunião
3337 de maio, então não seria para essa do mês de abril, seria para o mês de maio. É um indicativo e
3338 durante esse período até para a próxima convocação da reunião nós poderíamos a partir das
3339 diversas contribuições que estão aqui fazer uma proposta de encaminhamento mais propício e
3340 definitivo com relação a tratamento desse tema. O João Bosco está muito ansioso em relação ao
3341 encaminhamento, por favor, me ajude, eu gostaria de caminhar para se não for isso nós teríamos
3342 que apreciar e votar. Por favor. **Conselheiro João Bosco Senra (MMA/SRHU)**. Proposta de
3343 encaminhamento. No sentido de que a câmara técnica do plano na sua próxima reunião marque um
3344 dia antes ou depois da reunião da câmara técnica coordenada pela câmara técnica um seminário
3345 onde seriam convidados todos os conselheiros estaduais de recursos hídricos, os comitês federais e
3346 o fórum coordenador; porque não dá para chamar todos os comitês do país, mas a coordenação do
3347 fórum nacional de comitês de bacia e que aí nesse dia se possa fazer uma grande discussão um dia
3348 antes da reunião da câmara técnica do plano. Se houver alguma sugestão que vá alterar a câmara
3349 técnica no dia seguinte incorpora aquelas sugestões que possam vir desse seminário para que a
3350 gente possa ter na reunião de maio apresentada como uma proposta sob essa coordenação. **Sr.**

3351 **Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH).** Essa hora, dessa maneira, talvez a
3352 gente tenha dificuldade de encontrar um encaminhamento que agrade a todos, mas a sugestão é de
3353 que nós tenhamos um indicativo dela ser reapreciada em maio. Será esse o encaminhamento que eu
3354 vou submeter à votação. Ele seja reapresentado em maio, esse é o indicativo, e que ele retorne a
3355 câmara técnica com esse intuito, não é o intuito de que a câmara técnica em si vai reavaliar, mas
3356 que a câmara técnica organize o processo foi aqui demandando de expansão, de envolver mais atores
3357 para que tenham conhecimento prévio desse plano tão importante. Eu vou passar ao Rodrigo, mas
3358 só resumindo: indicativo de reapresentação em maio; retorna à câmara técnica no sentido de que
3359 ela encontre o mecanismo que atendas as preocupações aqui levantadas de maior número de
3360 agentes apreciando essa proposta. Rodrigo. **Sr. Rodrigo Flecha (ANA).** Eu acho que a proposta
3361 que o Presidente da ANA fez foi no sentido de que ela... Quer dizer, ele não está disposto pela
3362 extensão que nós entendemos da resolução, e isso é uma parte do que nós gostaríamos que fosse
3363 efetivamente. Aqui nós não estamos inclusive, e vou ser franco com vocês, abordando tipologia de
3364 gerenciamento. Aqui nós estamos trabalhando em base territorial, quer dizer, a gente quer dar
3365 outros e outros passos a fim de construir um pacto federativo. Aqui eu não estou... Vocês viram
3366 que não tem nenhum tipo de estratégia de tipologia ou modelo institucional de gerenciamento
3367 nessa nossa base territorial aqui. O Lobato conhece um pouco essa minha discussão, quer dizer,
3368 outros passos poderiam ser dados nesse sentido. O que eu acho que o presidente da ANA colocou
3369 foi que: num final de reunião de conselho nacional, onde a representação caiu, um tema que Dr.
3370 Machado colocou que reputa como da mais alta relevância para gestão integrada de recursos
3371 hídricos e para estruturação e avanço do sistema nacional de gestão de água, eu acho que a
3372 consulta é importante, mas nós temos aqui no plenário do Conselho Nacional de Recursos Hídricos
3373 representantes de todos os setores. Eu acho que o Dr. Machado colocou o tema como se fosse: não
3374 vamos retornar a câmara técnica, mas sim debater o tema com maior profundidade, que as
3375 consultas, nós temos 10 conselhos estaduais de recursos hídricos aqui. Nós temos o setor usuário,
3376 nós temos sociedade civil, quer dizer, os estados estão representados aqui. Eu acho que o Dr.
3377 Machado quis colocar a necessidade de que se suspensa o tema, mas que o tema retorne na reunião
3378 que você colocou em maio Vicente, mas no plenário do próprio Conselho Nacional de Recursos
3379 Hídricos. O meu entendimento é esse. Eu não vejo porque essa proposta de resolução deveria
3380 voltar a CTPNRH. O Sidnei Agra sabe muito bem disso, nós passamos um dia, e isso aqui não é
3381 nem 1/3, Sidnei você concorda comigo, não é nem 1/3 ou 1/5 da minha apresentação. A minha
3382 apresentação na CTPNRH ela durou com inúmeros exemplos durou mais de duas horas e eu fui
3383 submetido a uma sabatina de quase seis horas, assim como na CTIL aconteceu à mesma coisa.
3384 Então o que eu acho que o Machado colocou foi à necessidade do CNRH debater o tema. **Sr.**
3385 **Vicente Andreu Guillo (Secretário Executivo do CNRH).** Como eu falei não vai ter
3386 encaminhamento num final de reunião, dada a importância e a divergência porque se tivéssemos
3387 como votar emenda por emenda seria mais simples do que discutir o encaminhamento. Foi claro
3388 não só o posicionamento do José Machado, mas outros também, especialmente da Conselheira
3389 Rosa no sentido de ampliar a discussão a respeito do tema. Nós precisamos decidir quem amplia,
3390 como se amplia, então na medida em que isso vem ao conselho essa é uma responsabilidade do
3391 Conselho, não é apenas uma responsabilidade da Agência Nacional de Águas. A Agência Nacional
3392 de Águas com certeza vai ajudar nesse processo, mas quem vai ampliar a discussão é o conselho
3393 não é a agência. O instrumento do Conselho que nós vislumbramos a partir da sugestão do João
3394 Bosco é que a câmara técnica, não que ela rediscuta o tema, se for o caso, depois talvez até tenha
3395 que fazer. Não vamos aqui nos antecipar, mas nós não estamos mandando para a câmara técnica
3396 para que os seus membros internamente rediscutam o tema, é para que a câmara técnica defina
3397 procedimentos no sentido de se atingir o objetivo aqui apresentado especialmente pelo Machado e
3398 pela Rosa Mancini de ampliação do debate. O Carlão também fez isso. Então veja não é rediscutir
3399 na câmara, mas o conselho através da câmara conduzir o processo de ampliação do debate, uma
3400 vez que essa resolução está apresentada ao conselho. Se a ANA o desejar fazer através de reuniões

3401 e apresentar evidentemente a Agência Nacional de Águas tem sua autonomia para fazer a
3402 apresentação da proposta. Está claro isso? Tem divergência em relação a essa questão? Posso
3403 encaminhar assim? Lobato quer se manifestar. É para contribuir? Por favor, garantido até o esforço
3404 daqueles que permanecem até o final garantir o direito de palavra, mas, por favor, nos ajudem para
3405 fechar, não para reabrir... **Conselheiro Francisco José Lobato da Costa (OTEP)**. É só uma
3406 proposta de encaminhamento. Eu acredito que além desta contribuição que a câmara técnica do
3407 plano deve dar, nós deveríamos manter um espaço para que o conselho se aprofunde nesse tema
3408 extremamente complexo para que todos nós tenhamos segurança a respeito dessa deliberação.
3409 Adiantaria que na próxima reunião eu desvincularia o retraçado desse mapa de gestão do Plano
3410 Nacional porque ele é um processo de negociação e de aprendizado que nós vamos executar ao
3411 longo da implementação dessa resolução. Então eu acho que essa minha proposta ela casa tudo.
3412 Vamos à câmara do plano que dá todo o encaminhamento que o Secretário está propondo,
3413 manteríamos esse tema num espaço de discussão para as nossas próximas reuniões para nos
3414 aprofundarmos e ganhar maturidade a respeito disso, e ao aprovar e implementar vamos dando
3415 mais flexibilidade, menores espaços para ir ajustando um processo de negociação do traçado de
3416 unidades de planejamento e gestão de recursos hídricos no país. Era isso. **Sr. Vicente Andreu**
3417 **Guillo (Secretário Executivo do CNRH)**. Muito obrigado. Eu gostaria de manter a fixação da
3418 data de maio como uma data indicativa, porque se nós não tivermos data nenhuma, então a reunião
3419 da CTIL para fazer a discussão pode ficar para maio, então nós teríamos aí quase que atingindo o
3420 limite apresentado pelo conselheiro Rosalvo de até o final do ano. Eu acho que nós devemos fazer
3421 um esforço com datas, mesmo que a gente entenda que elas possam ser adiadas, mas a gente fixa a
3422 data, prazo para que essa discussão seja aprofundada e acelerada. Eu vou submeter ao plenário esse
3423 encaminhamento de que o ponto seja suspenso, com indicativo de que ele será apresentado na
3424 próxima reunião de que esse tema... Não na próxima. Na reunião de maio, esse foi o cuidado
3425 inclusive para não ser na próxima porque senão nós teríamos um problema regimental a enfrentar,
3426 será indicativo para a reunião de maio e a câmara técnica teria a responsabilidade de organizar no
3427 âmbito do conselho a difusão da discussão sobre essa proposta. Está bem? Os conselheiros e as
3428 conselheiras que são favoráveis a esse encaminhamento, por favor, levantem seus crachás. Muito
3429 obrigado. Os conselheiros e as conselheiras contrários? Abstenções? Então aprovado por
3430 unanimidade. Com isso nós vencemos a pauta e nós entraríamos agora na apresentação de
3431 informes. Eu queria agradecer muito ao Rodrigo, muito mesmo Rodrigo pela sua contribuição, ao
3432 Sidnei, e entraríamos na rodada de informes. Como nós teremos uma reunião já previamente
3433 convocada para o dia 14 os informes que serão apresentados pela Secretaria e aqueles que os
3434 conselheiros entenderem oportuno eu peço que sejam encaminhados rapidamente à Secretaria por
3435 escrito e esses informes então seriam encaminhados aos conselheiros dentro da convocação para a
3436 reunião do dia 14. Com isso nós poderíamos encaminhar para o encerramento. Eu tenho a
3437 concordância em relação a isso? Suspender os informes com essa característica, por escrito e para a
3438 próxima reunião? Então acatado. Eu queria caminhar para o encerramento. Nós tivemos durante o
3439 dia muitas notícias muito importantes e duas notícias tristes, dado o envolvimento e o empenho
3440 dessas pessoas na construção do sistema e na sua militância. Que o companheiro Imbiriba com a
3441 possibilidade que nós esperamos que não se concretize de não estar presente no conselho também
3442 manifestada pelo Rosalvo em função do seu contrato. Então eu tenho a formalidade de encaminhar
3443 o encerramento da reunião e queria fazer um convite ao dois para em jogral aqui encaminhassem o
3444 final dessa reunião como uma homenagem prévia a militância, a participação e cooperação dos
3445 dois companheiros esperando que esse prenúncio não aconteça, não ocorra. Então Imbiriba delega
3446 ao Rosalvo? Então Rosalvo, por favor, encaminhamento de encerramento dessa reunião.
3447 **Conselheiro Rosalvo de Oliveira Júnior (MI)**. Obrigado Secretário. Eu acho que para encerrar
3448 apenas dizer que a ação pequena de cada um, mesmo pequeninha, momentânea no Conselho ela é
3449 um grão que a gente joga na terra e aquele grão germina e dá uma frondosa árvore. Eu acho que a
3450 participação de cada um, a contribuição, o trabalho da educação ambiental da Rosa nesse novo

3451 encaminhamento, eu acho que um dia a gente vai ver esse sistema de gerenciamento de recursos
3452 hídricos, efetivamente implantado, e o país da bio e mega diversidade e também dessa quantidade
3453 de água vai finalmente ter uma gestão importante e de exemplo para o mundo. Lembrando que nós
3454 somos dos poucos países que temos um plano nacional de recursos hídricos e exemplo para o
3455 mundo, e o funcionamento do nosso conselho nacional também é um exemplo inclusive pela
3456 quantidade e pela densidade do que a gente aprovou hoje, do que a gente discutiu. Eu acho que fica
3457 felicidade, quem sabe um dia o filho retorna a casa. Felicidades e obrigado.